



Mestrado em Estudos Euro-Asiáticos

Dissertação de Mestrado

**A NOVA ORDEM MUNDIAL –
Do fim do mundo bipolar à emergência de novos
actores internacionais**

Licenciado: HENRIQUE MANUEL CANDEIAS ROSA GOMES

Orientador científico: Professor Doutor José Fontes

Lisboa - 2009

INDÍCE

Agradecimentos	6
Resumo.....	7
Lista de Acrónimos utilizados.....	8
1. Introdução	9
1.1. Considerações conceptuais: ordem, ordem internacional ou mundial	11
1.1.1. Ordem.....	11
1.1.2. Ordem Internacional ou Mundial.....	13
1.1.3. Ordem ou Desordem Mundial.....	16
1.2. O conceito de actor das relações internacionais	17
1.2.1. A tipologia dos actores das relações internacionais	18

Capítulo I

O fim do mundo bipolar e a expansão estratégica dos EUA

1. Antecedentes: Guerra-fria e mundo bipolar	20
2. O desmoronar da União Soviética	22
3. O mundo após a guerra-fria	24

Capítulo II

Caracterização da Nova Ordem Mundial

1. Factores desencadeadores.....	28
2. Natureza sociológica	29
3. Ordem Unipolar ou Multipolar?	30
4. Ordem Económica Mundial.....	33
4.1. Génese.....	33
4.2. Ordem económica	36
4.3. Grandes espaços económicos	38

Capítulo III

Cooperação Euro-Asiática

1. História de uma relação	41
2. ASEM	42
2.1. ASEF	45
3. ASEM no século XXI	45
4. As perspectivas Europeia e Asiática da ASEM	47
5. ASEM: outras considerações	50

Capítulo IV

Relações entre Europa e Ásia

1. As relações entre a Europa e a Ásia.....	53
1.1. O agrupamento Europeu de Interesse Económico	54
1.2. “Ásia Invest”	55
1.3. Ásia IT&C	57
1.4. Ásia LINK	59
1.5. Ásia PRO ECO	60
1.6. Ásia URBS	61
1.7. AUNP (Rede de Universidades ASEAN-EU)	62
2. A União Europeia	63
2.1. A integração europeia e a Teoria das Relações Internacionais	64
3. As Relações Sino-Europeias	65
3.1. A posição da União Europeia	67
3.2. A posição chinesa	69
3.3. A União Europeia e China no século XXI. Que futuro?	71
3.4. A União Europeia no século XXI	73
4. As relações entre União Europeia e Índia ..	74
4.1. O diálogo político	74
4.2. Relações comerciais e investimento	75
4.3. Cooperação económica científica e tecnológica	75

Capítulo V

Países emergentes

1. China	78
1.1. Geografia da China	78
1.2. Mudança no poder e reformas	79
1.3. A China no mundo que a rodeia	81
1.4. A afirmação internacional	82
1.5. Gigante económico.....	84
2. Índia	86
2.1. Geografia da Índia	86
2.2. O processo de liberalização	87
2.3. A crise de 1990	89
2.4. Recuperação económica	91
3. Os “tigres asiáticos”	93
3.1. Coreia do Sul	96
3.2. Taiwan.....	99
3.3. Hong Kong.....	101
3.4. Singapura.....	103
Conclusões.....	106
Bibliografia.....	110

INDÍCE DE FIGURAS, MAPAS E GRÁFICOS

Figura 1 – O mundo saído da guerra-fria	21
Figura 2 – O mundo unimultipolar	33
Mapa nº 1 – Blocos económicos	40
Mapa nº 2 – Densidade da população da China.....	78
Mapa nº 3 – Densidade da população da Índia.....	87
Mapa nº 4 – Coreia	96
Mapa nº 5 – Taiwan	99
Mapa nº 6 – Hong Kong	101
Mapa nº 7 – Singapura	103
Gráfico nº 1 – Taxa de crescimento anual da China	85
Gráfico nº 2 – Relação entre PIB e população da China	85
Gráfico nº 3 – Taxa de crescimento anual da Índia	93
Gráfico nº 4 – Taxa de crescimento da Coreia do Sul	98

Gráfico nº 5 – Taxa de crescimento de Hong Kong102

Gráfico nº 6 – Taxa de crescimento de Singapura104

ANEXOS

- 1. Mapa da União Europeia**
- 2. Mapa da Ásia**
- 3. Mapa da China**
- 4. Mapa da Índia**
- 5. Mapa de Hong Kong e Macau**
- 6. Mapa da Coreia do Norte e Coreia do Sul**
- 7. Mapa de Taiwan**
- 8. Mapa de Singapura**
- 9. Mapa da Asean**
- 10. A evolução do capitalismo**
- 11. Gráfico da contracção das economias ocidentais**
- 12. Crescimento do produto interno bruto da China**

Agradecimentos

A tarefa que me propus nesta dissertação não teria sido possível sem o contributo inestimável de um conjunto de pessoas. Em primeiro lugar, uma palavra de apreço especial para o meu orientador, o Professor Doutor José Fontes, cujos sábios conselhos, sempre modestamente apresentados como propostas, denotam um singular rigor intelectual, reconhecido no meio académico. O seu entusiasmo e a sua actualização permanente, fizeram da minha investigação uma jornada empolgante, marcada pela exigência, mas também pela consciência de que para lá do caminho percorrido fica ainda um mar de possibilidades por explorar.

Esta dissertação, é todavia, o culminar de um processo iniciado com a admissão ao I Curso de Mestrado em Estudos Euro-asiáticos da Universidade Aberta. Uma palavra ainda para os professores cujo rigor científico suscitou um olhar crítico e aprofundado sobre os temas abordados e para os colegas cuja camaradagem proporcionou um excelente ambiente de trabalho.

Resumo

O presente trabalho pretende efectuar uma análise da Nova Ordem Mundial, que se constituiu após o fim do mundo bipolar entre os blocos soviético e norte-americano. Descreve-se uma nova ordem não apenas militar (baseada na força), mas também política e sobretudo económica.

Para isso definiram-se os conceitos de ordem, ordem internacional ou mundial. Descreveu-se também o mundo bipolar e o seu desmoronamento, questionando-se posteriormente a existência actual de uma ordem unipolar ou multipolar.

Por último, analisou-se a perspectiva de uma ordem económica mundial, nem sempre coincidente com as potências militares existentes. Salientando o papel da globalização e a existência dos grandes espaços económicos, bem como as potências emergentes, como é o caso da China, ou mesmo os chamados “tigres asiáticos”.

Abstract

The present article pretends to make an analysis of the new world order, constituted after the end of bipolar world between the soviet and the north-American blocs. Describe a new order not only military (based on strength), but also policy and economic.

For that, we define the concepts of order, international order or world order. Describes the bipolar world and his collapse, discussing after that about a existence actually of an unipolar or multipolar order.

At last, we analyses the perspective of an economic world order, not always coincident with the existents military potencies. To set the paper of globalization and existing great economic spaces, like the emergent potencies as China.

LISTA DE ACRÓNIMOS UTILIZADOS

ALCA – Associação de Livre Comércio das Américas

ADM – Armas de Destruição Massiva

AEIE - Agrupamento Europeu de Interesse Económico

APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation

ASEAN – Association of Southeast Asian Nations

ASEF - Asia Europe Foundation

ASEM – Asia-Europe Meeting

CAEM - Conselho de Assistência Económica Mutua

CARICOM – Mercado Comum e Comunidade do Caribe

CEI – Comunidade de Estados Independentes

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – General Agreement on Tariffs and Trade

MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul das Américas

NAFTA – Área de Livre Comercio da América do Norte

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OMC – Organização Mundial de Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEC – Organização dos Países produtores de Petróleo

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação Europeia

PESC – Política Externa e Segurança Comum

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

RPC – República Popular da China

SADC – Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento

START - Strategic Arms Reduction Talks

TIC - Tecnologias de informação e comunicação

TPI – Tribunal Penal Internacional

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

1. Introdução

O tema deste trabalho – A Nova Ordem Mundial, mais que uma nova ordem internacional, como mais à frente veremos – justifica um enquadramento temporal e metodológico.

Assim, quanto ao primeiro, ao longo da história, a ordem internacional, tem sido alterada em função dos conflitos que a antecedem. Em consequência estabelecem-se escalonamentos de acordo com os vencedores e vencidos desses conflitos.

Se atentarmos nas ordens internacionais que precederam a Nova Ordem Mundial, aqui tratada: a Respublica Christiana, a Paz de Westfalia de 1648, o Congresso de Viena de 1815 ou a ordem vigente a seguir à segunda guerra mundial, verificamos que resultaram de um conflito precedente. O que verdadeiramente há de novo agora, é que esta Nova Ordem Internacional, ou melhor Mundial, não teve um conflito como momento fundador. Não se traduzindo numa conferência internacional ou processo negocial como até aqui se verificava, surgindo portanto como uma surpresa. Nesse sentido, é genericamente aceite que a queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética marcaram o fim da Ordem Internacional até então vigente. Pelo que é proposto reflectir sobre as condicionantes que determinam essa Nova Ordem Mundial, na medida em que foram libertadas forças até aqui aprisionadas e que agora encontram um aliado no fenómeno mais marcante do final do século XX, que é a Globalização.

Quanto ao segundo enquadramento, como afirmava Descartes “*o método é o caminho que se deve seguir para alcançar a verdade nas ciências sociais*”¹ e a realidade é que sem ele a investigação não seria de todo válida. De facto, a metodologia é “*(...) uma disciplina que reflecte sobre os processos racionais de um pensamento metódico*”², porque é através dela que se elaboram os conceitos básicos e os instrumentos racionais que um método deve utilizar de modo a atingir o seu fim.

Devendo o bom uso destes instrumentos levar a organizar, interpretar e explicar os dados como um todo racionalmente coerente. Assim, a metodologia influencia a pesquisa das mais variadas formas. Pelo que se recorreu à metodologia utilizada nas Ciências Sociais, nomeadamente pesquisa bibliográfica. Sendo neste enquadramento

¹ In “Dicionário de Ciências Sociais”, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1982, p. 253

² Idem.

proposto trabalhar no campo da Ciência das Relações Internacionais, sem prejuízo do interface com outros campos, nomeadamente o Direito Internacional.

Por outro lado, as recentes evoluções no quadro das Relações Internacionais configuram todo um quadro de situações que nos parece fazerem caminhar o mundo no sentido de uma maior multi-polaridade. De entre os vários factos que tem marcado a evolução das Relações Internacionais destacam-se:

- A emergência de novas potências, principalmente de cariz económico, onde se destaca a China, mas também a Índia e os chamados “tigres asiáticos”;
- A continua tentativa de afirmação de uma certa hegemonia americana;
- Os eternos avanços, recuos e indecisões do processo de construção europeia;
- Existências de um sem número de conflitos, maioritariamente guerras civis, como por exemplo, os conflitos que deflagram na América do Sul (Colômbia), Africa (vários conflitos Saara ocidental, Sudão, Libéria, Uganda, Guiné-Bissau) e no sudeste asiático (Srilanka, Nepal e Caxemira).

Neste contexto, o crescimento da China surge como um dos temas que mais debate tem suscitado. O Império do Meio, como é conhecida a China, registou, nas duas ultimas décadas um crescimento económico sem paralelo que o lançou, ao longo desse mesmo período, para um conjunto de novos desafios, como a reestruturação da economia, a construção de uma politica externa cada vez mais alargada com a profusão e desenvolvimento de relações bilaterais e multilaterais, estas ultimas no quadro das Organizações Internacionais, como ONU e OMC, entre outras, a uma maior responsabilização como potência regional e, nos últimos anos como potência global (principalmente, na vertente económica).

Ao mesmo tempo, a construção europeia, provavelmente o projecto politico mais audaz do século XX, não deixa de ser alvo de discussão nos mais variados círculos académicos. O projecto europeu já se encontra numa fase bastante adiantada, tendo já atingido um grau de desenvolvimento interno bastante considerável, mas tem na afirmação da União Europeia como actor das Relações Internacionais um dos seus grandes problemas. Apesar de a União Europeia representar o maior bloco comercial do mundo e ter um papel fundamental na economia internacional, os últimos anos têm sido bastante ricos em acontecimentos que demonstram a extrema sensibilidade que reveste os temas da Política Externa e Defesa Comum (PESC) e da Política Europeia e de Segurança e Defesa (PESD), tendo o conflito do Kosovo e o conflito no Iraque mostrado uma União Europeia que quando está de acordo, não tem meios e que muitas vezes está

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

dividida ente europeístas (posição do eixo franco-alemão no conflito iraquiano) e altaltistas (posição britânica).

Conjugados estes três factores, o desenvolvimento da China e da Índia como potências à escala global, a necessidade de afirmação da União Europeia como um importante actor das Relações Internacionais e a actual situação internacional, que nos indica o caminho para o multipolarismo, o facto de, no Mestrado trabalharmos nas relações Euro-Asiáticas, bem como o interesse pessoal, levam a tratar este tema.

Apesar de muitas das siglas utilizadas serem de uso e senso comum optou-se por elaborar uma pequena lista de acrónimos, para dissipar algumas dúvidas.

1.1. Considerações conceptuais: ordem, ordem internacional ou mundial

1.1.1. Ordem

A ordem da sociedade é uma realidade naturalmente complexa que compreende os múltiplos aspectos da existência social do homem.

De acordo com o conceito de Roque Cabral³ “*Ordem quer que haja multiplicidade ou variedade, aí se põe uma questão de ordem. Com efeito, esta é a conveniente disposição dos diversos elementos de modo a constituírem; a unidade do que é múltiplo e diverso é efeito da ordem.*”

Por outro lado, ao falarmos de uma ordem, talvez seja necessário começar por referir que os contactos entre os grupos humanos socialmente constituídos e politicamente organizados não irão determinar necessariamente, o desenvolvimento gradual de um padrão de relacionamento. Este apenas se verifica a partir do momento em que os contactos são suscitados por interesses julgados fundamentais e que se revelam antagónicos.

Daí que, com a identificação dos interesses e a percepção da inevitabilidade da sua satisfação através do contacto determinem a natureza conflitual da relação. A interacção grupal irá por sua vez determinar alterações do comportamento das comunidades, através de formas de relacionamento recíproco. Constituindo a fase embrionária de uma *ordem*, cuja evolução se irá processar no sentido de consciencialização progressiva para esta necessidade sinalizada como interesse.

³ POLIS: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, Vol. 4, Lisboa-S.Paulo: Verbo 1983-1987, colunas 835-838.

Inicialmente manifestam-se através de procedimentos de ordenação espacial, passando gradualmente a uma exigência normativa dos comportamentos.

Nesse sentido, “*a ordem que prevalece na sociedade, e pela qual esta se auto – organiza numa adequada estruturação das relações entre os seus membros, consubstancia-se numa estrutura jurídica que, como conjunto mais ou menos sistematizado de normas válidas, constitui o seu direito*”⁴. Podemos então considerar a ordem como um padrão de comportamentos de relação intergrupual passível de verificação regular ou sistemática, enquadrado por um conjunto de normas ou regras integradoras, tácita ou expressamente assumidas como referência moduladora do relacionamento, ao qual conferem durabilidade e coerência.

Mas neste processo, o fenómeno do poder joga um papel determinante quanto à manutenção dessa ordem, já que ela depende da sua existência, aquisição e exercício. “*A origem da ordem e do direito que a regula, não pode assim ser encontrada num fundamento legal, mas terá que ser procurada na decisão que substitui o caos, inicial ou resultante de um conflito desintegrador da ordem precedente por um poder ordenado e efectivo.*”⁵

O poder, sem entrarmos em grandes considerações filosóficas que iriam desvirtuar o propósito deste trabalho, terá de ser objecto de um enquadramento operacional mínimo, já que é o factor condicionador da ordem. Ora de acordo com o Prof. Adriano Moreira, “*...o poder é o produto de recursos materiais (tangible) e imateriais (intangibile), que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses.*”⁶ Em consequência, o poder destina-se à realização de objectivos, tendo por isso um carácter instrumental. Não sendo mensurável em termos quantitativos, porque se trata de uma relação que se traduz na capacidade de realizar ou não os objectivos traçados inicialmente. Não podemos também esquecer que as forças que geram o poder variam com o tempo e com o lugar. O poder é também o produto das capacidades físicas e das capacidades psicológicas, entre outras.⁷

⁴ BENTO, Vítor, *Os Estados Nacionais e a Economia Global*, Almedina, Coimbra, 2004, p. 27.

⁵ Idem

⁶ Moreira, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*, 2ª Edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1997, P. 221.

⁷ Sobre este tema: cfr. Almeida, Polibio F. A. Valente, *Do Poder do Pequeno Estado, Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*, ISCSP, Lisboa, 1990.

Por outro lado, se o conceito de ordem parece não estar muito desenvolvido, pode dever-se ao facto de alguns aspectos deste mesmo conceito terem sido estudados noutras áreas conceptuais, como a sociedade internacional ou a comunidade de segurança.

No entanto, para o presente trabalho, o sentido da expressão “ordem” parece ser aquela que se entende como, uma situação ou estado de coisas que pode estar presente em maior ou menor grau no sistema político internacional numa determinada janela de espaço e tempo.

1.1.2. Ordem Internacional ou Mundial?

Ao efectuarmos uma análise internacionalista dos ordenamentos relacionais existentes, podemos verificar a transição entre duas fases essenciais do processo ordenador. Assim, inicialmente, os objectivos da organização espacial ao darem sentido à defesa do território determinam o comportamento dos actores. Enquanto na segunda fase, os grupos sociais politicamente organizados, aprofundam as questões da legitimidade do exercício do poder, na esfera interna.

Nesses ordenamentos relacionais entre os Estados é verificável ao longo do tempo, uma interacção entre várias modalidades de exercício de poder e princípios de direito internacional reciprocamente aceites e consagrados. Por isso, a *ordem internacional* constitui uma realidade naturalmente dinâmica e evolutiva. A que não será alheia a “*complexidade crescente das relações internacionais*”⁸, com o aparecimento de uma multiplicidade de actores geradores de poder e com capacidade para o projectar no contexto relacional do sistema onde se inserem. Sendo então razoável admitir-se que a manifestação da *ordem* é intrínseca à vivência colectiva e aceite pelo grupo social. A ordem internacional não parte de uma prática hierarquicamente imposta por uma autoridade ou por um poder objectivo, no contexto do grupo que adquiriu expressão política organizada sob a forma de Estado soberano.

Assim, com a necessidade de um ordenamento das relações que os poderes políticos tentam levar à prática, posteriormente recuperados pelo direito internacional, irão desenvolver-se as noções quer de *ordem internacional* quer de *ordem mundial*.

⁸ Sobre este tema: cfr: *Lei da Complexidade Crescente na Vida Internacional*, in Introdução ao curso das relações entre as grandes potências, ISCSP, 1980.

A aplicação dessas noções pode também interligar-se com a noção de sistema nas relações internacionais, nomeadamente quanto aos seus actores, consoante a percepção e perspectiva. Na mesma linha, para Gonçalo Gomes, “*em sentido amplo, a noção de ordem internacional implica um certo grau de percepção comum dos interesses da sociedade de Estados e dos objectivos a prosseguir. Implica também, a aceitação generalizada de normas, regras e princípios pelos Estados. E, ainda a necessidade da existência de mecanismos e instituições que visam assegurar a prossecução dos objectivos e o respeito pelas regras e manter o equilíbrio e a estabilidade no sistema.*”⁹

No entanto, será de uma forma geral, aceite que o factor caracterizador do fim de uma determinada ordem internacional e o início de uma nova ordem é uma alteração súbita da relação de forças que caracterizava a ordem finda. Sem deixarmos de considerar que durante o natural processo evolutivo de uma ordem internacional, as alterações nas relações de forças ocorrem progressivamente. Por isso quando se verifica uma abrupta alteração da relação de forças concluiremos que surgiu uma nova ordem internacional.

Por outro lado, a transição de uma *ordem internacional* para uma *ordem mundial* pode resumir-se à questão da compatibilização entre os interesses dos Estados e o seu respeito pela normatividade jurídica internacional. A verdade é que, reside no reconhecimento de um princípio de superioridade moral de uma *ordem mundial* em que deverão prevalecer os interesses da humanidade, sobre uma *ordem internacional* em que se dá enfoque aos factores político e jurídico que a regulamentam, que os mesmos adquirem relevância, visando uma mundialidade desejada. Resultando como exemplo paradigmático, as questões que se levantam quanto às alterações climáticas e ao protocolo de Quioto.

Assim, a noção de ordem internacional será reconhecida não apenas como diferente da noção de ordem mundial mas inevitavelmente nela inserida e moralmente subordinada à sua natural superioridade de interesses da humanidade, cuja maior dificuldade é a concretização.

Foi nos EUA que seria lançado, pelo Presidente George H. W. Bush, o debate sobre a “nova ordem mundial”, em plena crise do golfo Pérsico. Esta expressão subentende um mundo em que as Nações Unidas, libertas do impasse da guerra-fria se

⁹ GOMES, Gonçalo Santa Clara – *O papel dos Estados Unidos Na Nova Ordem Internacional*, in Revista de Relações Internacionais n° 03, Setembro 2004;

encontrem aptas a realizar a visão histórica dos seus fundadores¹⁰, na qual existiria um mundo no qual a liberdade e os direitos do Homem são respeitados por todos.

Não sendo por acaso que “(...) *George Bush anunciou uma nova ordem mundial: um mundo mais seguro, mais empenhado na procura da justiça, com o primado do direito a suplantar a lei da selva e os Estados mais fortes a respeitar os direitos dos mais fracos. Tudo isto conduziria à prosperidade e à harmonia entre as nações...*”¹¹.

Por outro lado, também o investigador americano, Francis Fukuyama¹² abriu em 1989 um debate sobre o “fim da história”. Segundo a sua teoria, o modelo ocidental do liberalismo político e económico impôs-se definitivamente à escala mundial. Nesse sentido, há o reconhecimento de um objectivo comum à humanidade em simultâneo com o desaparecimento dos grandes hegemonismos ideológicos e do confronto daí decorrente. Ou seja, segundo a interpretação deste autor, a nova ordem mundial coincidirá com o fim da história de conflitos cíclicos e também pela imposição de um liberalismo político e económico à escala planetária.

No entanto, como os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001¹³ parecem demonstrar, não estaremos necessariamente no “Fim da História” porque as ideologias ainda não morreram, nem as ameaças diminuíram, mas que pelo contrário, os perigos se diversificaram, mostrando-se agora eventualmente incontroláveis. Uma vez que os factores de poder se tornaram gradualmente mais complexos e interactuantes, tornando ainda possível a existência de hegemonias, independências progressivamente evitáveis, bem como uma democracia social e o liberalismo económico. A maior evidência parece ser a de que o *princípio da hierarquia das potências*¹⁴ continuará a verificar-se sob a liderança dos EUA, a que muitos chamarão a ordem unipolar. Mas qualquer análise desta *nova ordem mundial* dependerá da leitura que se fará das características da estrutura de poder internacional e da percepção do rumo seguido pelos EUA após a guerra-fria.

A alteração no poder e nos interesses dos actores internacionais é desse modo relevante para explicar a mudança no seio de uma ordem internacional. Esta mudança

¹⁰ Vencedores da 2.ª guerra mundial.

¹¹ GOMES, Gonçalo Santa Clara – *O papel dos Estados Unidos Na Nova Ordem Internacional*, in Revista de Relações Internacionais n.º 03, Setembro 2004;

¹² Cfr. Fukuyama, Francis, *O fim da história e o último homem*, Gradiva, Lisboa, 1992.

¹³ Ataque “terrorista” ao World Trade Center em Nova York e ao Pentágono em Washington.

¹⁴ Sobre este tema: cfr. Almeida, Polibio F. A. Valente, *Do Poder do Pequeno Estado, Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*, ISCSP, Lisboa, 1990.

resulta da alteração na distribuição do poder e dos interesses das potências dominantes na nova ordem.

1.1.3. Ordem ou Desordem Mundial?

Após cada conflito, foi mantida a esperança de se viver num mundo pacífico de onde surgisse uma organização que faria impor uma lei internacional e a paz. Havendo por isso, expectativas quanto a uma nova ordem mundial, desaparecida com o antagonismo Este/Oeste e a guerra-fria. Por isso, a ordem talvez não seja um conceito novo mas visto sob um prisma diferente. Como bem demonstra a negociação do TPI, nem sempre existe um legislador internacional em condições de formular um direito aceite por todos, nem um verdadeiro juiz internacional que faça respeitar esse direito, nem polícia internacional para sancionar os transgressores. Nessa medida, a ordem é um conceito de difícil concretização.

Por outro lado, até à clivagem provocada pela queda do muro de Berlim em 1989 e o efeito dominó nos antigos países do bloco de influência soviética, a ordem era imposta pela força militar. Causando surpresa o surgir de uma nova ordem do foro económico, cuja superior capacidade militar da potência, agora vencedora sem conflito, não conseguiu controlar.

Não deixa de ser verdade, que num período relativamente curto, se conseguem resolver situações que à partida se julgariam de difícil solução, adensando a surpresa desconcertante dos acontecimentos pós muro de Berlim: reunificação das duas Alemanhas, fim da guerra Irão-Iraque, saída das tropas soviéticas do Afeganistão, fim da guerra civil anglo-irlandesa, etc.

Mas ainda assim, no momento da redacção deste trabalho, poderá falar-se mais numa desordem do que numa ordem mundial, liderada pelos EUA, vencedores implícitos da guerra-fria, porque a ordem actual não se encontra realmente definida, muito embora, de uma forma generalizada se vá falando numa ordem unipolar, no que se refere ao campo militar. Essa desordem é também reforçada pela existência de um novo tipo de conflito surgido após o 11 de Setembro de 2001, que veio colocar em causa a estratégia militar da potência dominante. Porque até esse momento se fazia valer da sua supremacia, já que *“nada tinha que lhe fosse exterior, que a obrigasse a sentir a*

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

necessidade de medir cautelosamente os passos que deliberava, como tinha sido a acção da direcção politica com quem estivera em competição”¹⁵.

Surgindo por isso com total surpresa a forma como foi contornada a estratégia defensiva norte-americana. Desde 1989, que os EUA faziam parte da solução para o mundo, no entanto essa característica esta hoje prestes a mudar, porque sendo “*garantes da liberdade política e da ordem económica durante meio século, surgem cada vez mais como factor de desordem internacional, ocasionando, quando podem, a incerteza e o conflito*”¹⁶.

Podemos por isso, estar a assistir a uma transição ou “redistribuição” do poder no sistema internacional, através de uma ordem de cariz diferente das anteriores, isto é, uma ordem “pós-americana”. No que respeita aos actores da materialização dessa nova ordem, surgem diferentes perspectivas na sua hierarquização no sistema, nas normas de actuação e nos desafios de segurança que levarão à cooperação entre esses mesmos actores.

4.4. O conceito de actor das relações internacionais

O mundo actualmente, passa por profundas transformações apontando na direcção de uma nova ordem mundial distinta da que se impôs durante a guerra-fria, a qual se mantém ainda em aberto. A identificação dos actores internacionais, é a par da identificação das estruturas económicas e politicas emergentes, a forma de se compreender esse novo ordenamento.

As questões levantadas pelo conceito de actor das relações Internacionais vão de encontro àquela que é uma das grandes questões metodológicas – o nível de análise. Ressaltando no facto de ser necessário estabelecer um padrão de quais são os objectos observáveis (unidade de análise) assim como as “*fontes de explicação*”¹⁷ para os fenómenos analisados. Por essa razão, o Actor das relações Internacionais, como unidade de análise, deve ser perspectivado através da análise dos seus aspectos distintivos; da forma como percebe o ambiente relacional, que representa a estrutura em que determinado actor está inserido mais os agentes que a compõe; e por fim, a

¹⁵ SANTOS, José Loureiro dos – *O Império debaixo de fogo – ofensiva contra a ordem internacional unipolar*, Reflexões sobre Estratégia V, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2006, p. 12.

¹⁶ TODD, Emmanuel, *Após o Império: Ensaio sobre a decomposição do sistema americano*, Edições 70, Lisboa, 2002, p. 11.

¹⁷ Cf. SANTOS, Vítor Marques dos, “Introdução às Relações Internacionais”, ISCSP, Lisboa, 2007.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

caracterização e análise sistemática das dimensões interna e externa do seu relacionamento com o referido ambiente relacional.

Neste quadro, surgem duas definições de actor das Relações Internacionais, com diferentes graus de complexidade:

Para José Adelino Maltez¹⁸, o actor internacional é concebido como “*os indivíduos ou os grupos que participam numa acção internacional e que têm objectivos ou interesses comuns no tocante à realização dessa acção.*”

Para Vítor Marques dos Santos¹⁹, esse actor “*é uma entidade contextualmente definida pelos seu grau de autonomia em relação ao ambiente relacional, bem como pelo seu grau de complexidade organizacional interna, traduzida na produção de consensos e convergências decisórias em relação às suas acções exógenamente dirigidas.*

Esta entidade gera, desenvolve e potencia, de forma consistente, determinada, coerente e sustentada, as capacidades necessárias á satisfação dos seus interesses e projecta-as externamente no sentido de produzir alterações ambientais, quer directamente através da função homeostática adaptativa do comportamento dos outros actores, quer indirectamente através da indução de alterações transformacionais nas relações actor/estrutura e, através destas, de alterações na própria estrutura, quer ainda, e em ultima análise, influenciando o processo homeostático de mudança sistémica.”

1.2.1 A tipologia dos actores das relações internacionais

Tendo este trabalho, como objecto, quer a emergência de novos actores internacionais, será relevante definir quais são aqueles que, no sentido mais abrangente que a teoria das Relações internacionais permite, podem ser classificados como actores das Relações Internacionais. Ora, segundo, V. M. Santos²⁰, teremos vários tipos de actores de Relações Internacionais, a saber:

- a) Os actores estaduais e intergovernamentais que compreendem o Estado e as Organizações Internacionais;

¹⁸ MALTEZ, José Adelino, “Curso de Relações Internacionais”, Principia, Estoril, 2002, p.160.

¹⁹ Ob. Cit. P.74.

²⁰ Ob. Cit.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

- b) As Organizações transnacionais, que abarcam as Organizações Não Governamentais (ONG's), as Organizações Internacionais com fins Lucrativos e as Organizações Internacionais de Actividades licitas;
- c) As forças de pressão não organizada, como o individuo, os movimentos sociais espontâneos e a opinião publica:
- d) As forças de pressão organizada, entre as quais os meios de Comunicação e Informação e os Movimentos Sociais Coordenados

Capítulo I

O fim do mundo bipolar e a expansão estratégica dos EUA

1. Antecedentes: Guerra-fria e mundo bipolar

Não pode deixar de ser referido que na génese do confronto bipolar, houve uma série de acontecimentos que o precederam. Antes do final da 2.^a guerra Mundial (1945), EUA, URSS e Grã-Bretanha reuniram-se para preparar a pós-guerra. Decidiu-se também o novo mapa político da Europa, o desmembramento e desarmamento da Alemanha e a divisão em duas áreas de influência: uma liderada pela URSS, de cariz socialista, e outra, liderada pelos EUA, de cariz capitalista. Com o aparecimento, na Europa, de países satélites da URSS determinou a chamada situação de Guerra-Fria.

Pode considerar-se que a ordem bipolar tem início com o teste atómico da URSS (1949) e a percepção generalizada de que se caminhava para o equilíbrio de forças. Como nenhuma das grandes potências abdicou do seu propósito universalista, entrou-se no período de rivalidade da Guerra-fria (1945-1955). Tendo sido essencialmente uma guerra de propaganda com alguns episódios quentes na área de influência.

Nesse contexto, houve uma bipolarização generalizada do mundo, com a excepção dos países participantes nas conferências dos não-alinhados, Bandung em 1945, Belgrado em 1961, Argel em 1973 e Chipre em 1992. Dessa bipolarização decorreu uma corrida aos armamentos e a divisão do mundo em duas forças: uma organizada em torno da NATO, liderada pelos EUA, outra em torno do Pacto de Varsóvia, liderada pela URSS. Surgiram também múltiplos conflitos regionais em que as duas superpotências²¹ não se envolviam directamente, mas apoiavam as forças em confronto, avaliando-se mutuamente (Coreia, conflito israelo-árabe, etc.). Assim como se deu a divisão da Alemanha e a construção do muro de Berlim.

Daqui resulta uma nova situação da chamada coexistência pacífica porque “(...) os países da Europa Ocidental, não os do resto do mundo, vêm atravessando um período de paz internacional que se considera único na História, pois nos últimos 47 anos não se verificou qualquer conflito militar entre eles, nem sequer qualquer realinhamento forçado de fronteiras”²².

²¹ Esta designação surge após a 2.^a Guerra Mundial devido à superior capacidade nuclear.

²² SACCHETTI, Vice-Almirante António Emílio – *Estratégia da dissuasão na década de 90*, Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, n.º 19, Lisboa, 1992, p. 64.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

Deve-se então neste momento definir o que é esse fenómeno bipolar e nesse sentido, “*O bipolarismo é um modelo de referência em cada conflito concreto, entre dois países, dois espaços ou dois blocos, mas nem significa que seja uma tendência global da comunidade internacional que abriga uma pluralidade de conflitos, nem significa o começo do fim das ideologias*”²³.

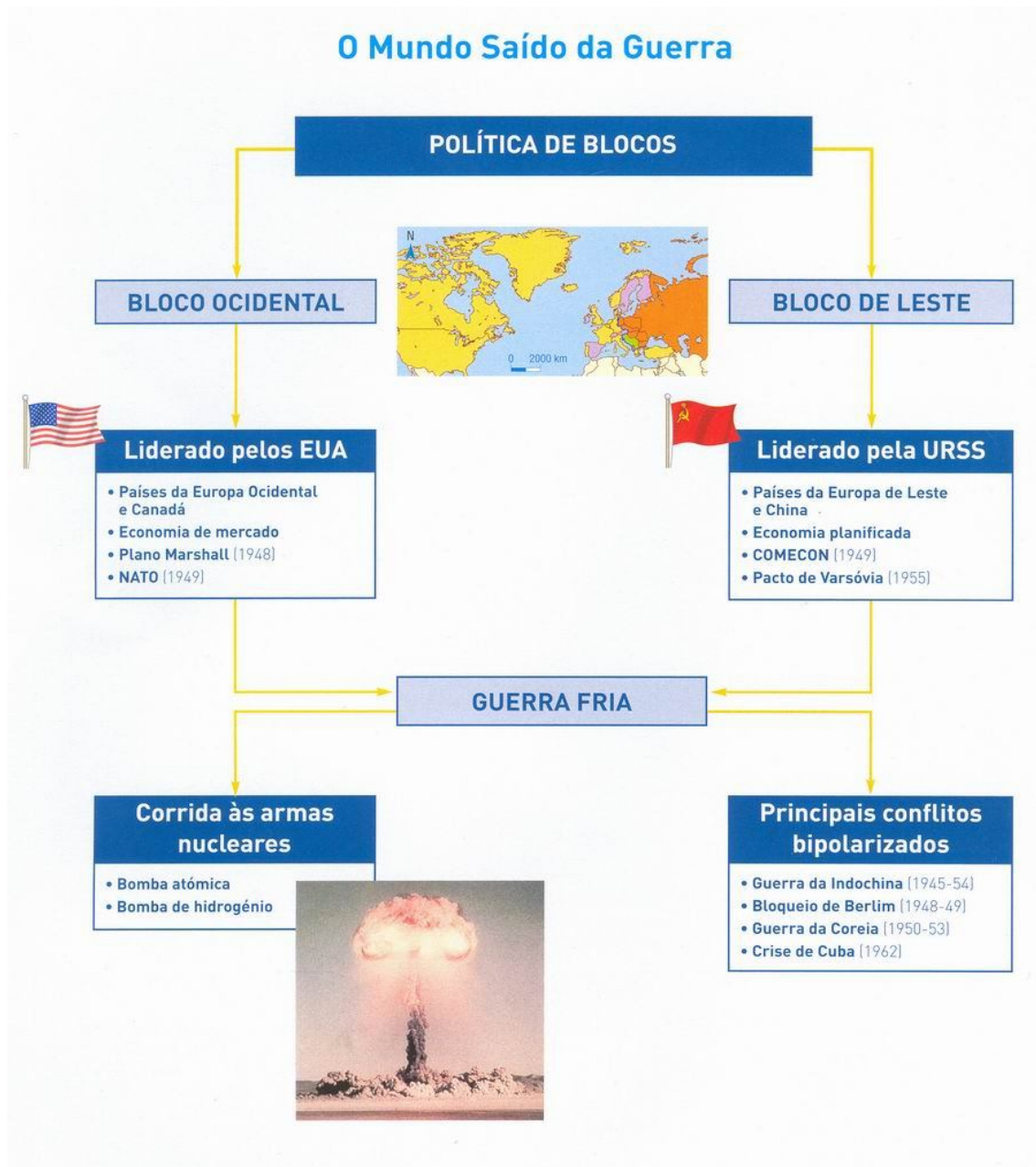


Figura nº 1

Fonte: historia9-penedono.blogspot.com/

²³ MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 2.ª Edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1997, p. 47.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

Neste período de confronto bipolar as circunstâncias envolventes e motivadoras foram-se alterando sucessivamente, desde a *guerra-fria* inicial (1945-1955), passando pela *coexistência pacífica* (1955-1962), pelo *desanuviamiento* (1962-1973) e pela existência de um *mundo destabilizado* (1973-1985).

Resumo da Ordem Mundial da Guerra-fria

Marcos: → Inicial (1947) → Doutrina Truman

→ Final (1989) → Queda do muro de Berlim

Geopolítica → Bipolar (URSS vs EUA)

Poder Político → Militar através da OTAN vs Pacto de Varsóvia

Oposição do Capitalismo (países ocidentais) ≠ Socialismo (países orientais ou do leste)

Organizações económicas: CEE vs Comecom.

2. O desmoronar da União Soviética

A URSS era um país socialista localizado na Europa e na Ásia, constituído por quinze Repúblicas, em que a maior e mais importante era a Rússia, com a localização da capital Moscovo.

Enquanto se manteve o sistema bipolar, vigorou uma estabilidade adquirida por todos os actores mundiais, fundada na estratégia da dissuasão²⁴ mútua entre EUA e URSS.

Em 1985, Mikail Gorbachev assume o governo soviético e estabelece mudanças com a abertura política e a reestruturação económica do país, não obtendo êxito devido à diversidade étnica e a oposição dos burocratas.

No entanto, com a precipitação da queda do chamado “muro da vergonha” de Berlim em 1989 e da decisão administrativa de abertura da fronteira entre as duas Alemanhas, produziu-se uma alteração na comunidade internacional, cujo efeito dominó se reflectiu nos países de influência soviética.

Por arrastamento, a queda do comunismo soviético leva ao desmembramento da União Soviética, vendo-se esta confrontada com uma tripla crise, a saber:

²⁴ Sobre este tema cfr. SACCHETTI, Vice-Almirante António Emílio – *Estratégia da dissuasão na década de 90.*

- *Ideológica*, na medida em que o papel dirigente do comunismo e do próprio PCUS é posto em causa ao ficar proibido de toda a actividade depois de um golpe falhado em 1991.
- *Económica*, devido à desorganização da economia soviética (inflação, défice orçamental, endividamento externo) e incapacidade de concorrência ao mercado externo.
- *Política*, porque o incremento da “Perestroika”²⁵ e “Glasnost”²⁶ desestabiliza o poder soviético e atesta a sua capacidade de se reformar sem mudar radicalmente o sistema. O Presidente Mikhail Gorbatchev enfrenta dificuldades para implementar as reformas face ao conservadorismo existente, vendo-se obrigado a abandonar o cargo. Então, mais que nunca, como causa e consequência do fim do comunismo, o desmembramento da URSS acelera-se. Uma a uma, cada Republica Soviética proclama a sua soberania. Por isso, “*a grande modificação no sistema internacional começou com desconstrução do soviétismo que culminou com um fenómeno de uma excepcional amplitude: o brutal desaparecimento da URSS*”²⁷.

A crise da URSS assinalou também a crise no socialismo, o fim da guerra-fria e consequentemente a passagem de um mundo bipolar para multipolar.

Muito embora em 1991, os Presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia decidam criar uma Comunidade de Estados Independentes, a que a aderiram as outras Repúblicas ainda no mesmo ano, a verdade é que se trata apenas de um conjunto de países que se organizam entre si para tentar evitar perder o protagonismo que obtinham quando se mantinham na ex-URSS. Além disso, esses países possuíam leis e nacionalidade próprias. Como era evidente, esse organismo estava votado ao fracasso, tendo a Rússia vindo a “herdar” da URSS o lugar de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Mas também fora da ex-URSS, as estruturas implantadas aquando da constituição do seu bloco como oposição à NATO e aos EUA, foram também rapidamente postas em causa, dado já não fazer sentido a sua existência. Depois da dissolução do CAEM ou Comecom em Junho de 1991, também o Pacto de Varsóvia acabou por ser dissolvido, tendo as tropas soviéticas retirado de todos os países da Europa de Leste. Pode agora dizer-se, com uma relativa certeza que a distância histórica

²⁵ Significa: *reestruturação*, procurando com ela ressuscitar a economia.

²⁶ Significa: *abertura*, para dar resposta ao anseio de democratização da sociedade.

²⁷ PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira – *As Revoluções no Leste e a Nova Ordem Internacional*, in *ESTRATÉGIA*, Vol. V, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa, p.371.

se encarregará de afirmar, que a superpotência soviética era um colosso com pés de barro, não conseguindo a sua economia suportar o fardo imperial que pretendia.

3. O mundo após a guerra-fria

Neste período, foi retomado o diálogo americano-soviético, nomeadamente através dos acordos de desarmamento nuclear de alcance intermédio, ocorridos em 1987. Foi depois no ano de 1989, em Paris que ocorreu a Conferência para a proibição das armas químicas. Depois em 1991, uma reunião em Moscovo, foi classificada como a primeira cimeira do pós guerra-fria em que George Bush e M. Gorbatchev tentam estabelecer uma parceria sólida, tendo assinado em 31 de Julho desse ano o Tratado START.

Com o final da guerra-fria e do consequente mundo bipolar em que os Estados se reviam, alguns dos receios ou mesmo expectativas e ambições que se encontravam cerceadas, encontraram um movimento libertador pelo qual não esperavam e pelo qual também não lutaram. Sendo por isso, também com total surpresa que possibilitou a emergência de algumas situações que não eram imagináveis. Nesse sentido a queda do muro de Berlim constitui uma mudança para a comunidade internacional, que é difícil ignorar, porque *“o fim da bipolarização política mundial e, mais importante ainda, o fim dos governos comunistas europeus e a implosão da União Soviética permitiram a adesão voluntária de vários países, um pouco por todo o mundo, aos valores democráticos ocidentais”*²⁸.

O fim da guerra-fria baralhou as cartas do jogo planetário. A dissolução do bloco soviético, numa aparente vitória da superpotência da América do Norte (os EUA), descortinou realidades novas, que prefiguram o próximo século. Se anteriormente, o poder das armas valia mais que o poder do dinheiro, a verdade é que o ocidente, como expressão geopolítica que abarca os Estados de economia de mercado, tanto ocidentais como orientais, organizava-se em torno da hegemonia dos Estados Unidos, cuja liderança militar se associava a um grande poderio económico.

Neste período ocorrem vários efeitos ditados pelo final da guerra-fria até então adormecidos, mas que de alguma forma trazem consigo também alguns dilemas, cuja

²⁸ SACCHETTI, Vice-Almirante António Emílio, *A Conjuntura Internacional e os Novos Conflitos. A organização e defesa do ocidente face aos novos desafios*, in *Estratégia*, Vol. V, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa, p.157.

resolução não é de todo pacífica. Podendo sumariamente indicar-se os seguintes, ainda que com prejuízo da ausência de algum, cuja relevância doutrinariamente seja diversa:

➤ Efeitos despoletados pelo final da guerra-fria:

- Declínio da Rússia e ascensão da China, Índia, Japão e União Europeia agora sem um oponente de peso;
- A aceleração do processo da Mundialização ou Globalização, consoante a perspectiva seguida;
- Evolução da NATO (revisão em 1990 da sua estratégia, mantendo no entanto, o seu carácter defensivo);
- Indefinição das ameaças existentes e uma nova tipologia dos conflitos, isto é, intra-estatais, étnico-religioso, os nacionalismos e os separatismos.
- A reabilitação da ONU, “encarcerada” pelo poder dos dois blocos antagónicos, conseguindo ganhos numa nova perspectiva – o multilateralismo, sobretudo no que se refere à ingerência humanitária²⁹.

➤ Os dilemas decorrentes da guerra-fria:

- Como lidar com a supremacia americana e qual a prioridade do “*pós-containment*”.
- Os riscos de uma *desordem* e instabilidade internacional.
- Os riscos da transição da URSS para a Rússia vindo a reduzir-se drasticamente territorialmente, e cuja geoestratégia passa para a zona euroasiática e deixa em grande parte a Europa. Até porque sendo apenas uma das antigas regiões da URSS, a *Nova Rússia*³⁰, continua a ser o 5.º maior Estado do mundo.
- Existe também um risco de proliferação das ADM, devido à desintegração soviética e a possibilidade de se “perder” o controlo desse armamento.
- Como promover a cooperação pan-europeia e a integração ou aproximação da Rússia;
- A necessidade de uma reformulação dos sistemas de segurança e mecanismos de regulação internacional, como a NATO, ONU, TPI, entre outros.

²⁹ Sobre este tema cfr. GUERREIRO, Sara – *Reflexões sobre os Direitos do Homem, o Património Comum da Humanidade e a Humanidade*, in *Estratégia*, Vol. XIII, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa

³⁰ Para aprofundamento do tema, cfr. REGO, Helena Cristina – *A Nova Rússia*, ISCSP, 1999

Tal como já anteriormente foi referido este período de mudança do século XX, originou não só efeitos e dilemas como também factos e decisões que sem essa alteração, ou não existiam ou muito dificilmente se concretizavam³¹:

- 09.11.89 – Queda do Muro de Berlim.
- 5/6.07.90 – *Declaração de Londres sobre a Aliança do Atlântico Norte transformada*. Não havia ainda tempo para, na realidade, se anunciar uma transformação significativa.
- 21.11.90 – Carta de Paris para uma Nova Europa promulgada pela CSCE: estudo de uma situação exuberante mas ainda pouco inovador.
- 07.91 – Fim do Pacto de Varsóvia.
- 7/8.11.91 – *Declaração de Roma sobre a Paz e a Cooperação*, na mesma linha dos documentos anteriores da NATO e até da CSCE.
- 7/8.11.91 – Conceito Estratégico da Aliança. Julga-se que foi o primeiro documento elaborado pela NATO com este título.
- 25.12.91 – Queda de M. Gorbachev.
- 31.12.91 – Desmembramento da URSS.
- 31.01.92 – *Agenda para a paz* da ONU (com Boutros Boutros-Ghali).
- 01.01.95 – Institucionalização da CSCE/OSCE.
- 03.01.95 – *Suplemento à Agenda para a Paz* da ONU (com Boutros Boutros-Ghali).
- 24.04.99 – *Conceito Estratégico* da NATO.
- 19.11.99 – *Carta para a Segurança Europeia*, assinada em Istambul, pela OSCE.
- 09.00 – Nós, os povos, do Secretário-Geral da ONU (Kofi A. Annan)

Mas o que este período deixa de forma indelével, é que os EUA “sentem” que passam a ser a única superpotência em exercício, porque “*de facto, a primeira importante decisão dos EUA, depois da URSS ter arreado a bandeira em cima do Muro de Berlim, foi a de acrescentar, à liderança da defesa ocidental, a responsabilidade de preencher o vazio estratégico mundial*”³².

Essa mesma noção foi transmitida pelo Presidente G. Bush (ver ponto 1.1.2.), quando num debate em plena guerra do Golfo Pérsico, avançava com a ideia de que o resultado do fim do comunismo seria a criação de uma nova era, marcada pela paz e pela harmonia universal. Mas a leitura que neste momento se pode fazer é que se tratava afinal de expressar o mito americano de que o comunismo era a causa de todos os

³¹ Transcrito de: SACCHETTI, Vice-Almirante António Emílio, ob. cit., p. 158

³² Moreira, Adriano, ob.cit, p.160

problemas internacionais. Não se tendo coibido sequer de afirmar existir agora um “mundo livre”.

A verdade é que, alguns anos após o factor detonador (queda do muro de Berlim), ficou claro que o sistema internacional não se ajusta por si, e que na ausência de controlo mundial exercido pelas potências precedentes, algo teria de ser feito para preencher esse vazio. Até porque a própria ONU, se debatia com a falta de recursos, tornando impraticável o controlo desejado. Dadas essas circunstâncias, o pragmatismo e a importância relativa da ONU, dotou os EUA, de uma forma crescente, do controlo unilateral praticado em nome da comunidade internacional.

Quanto à Rússia, muito embora tenha em grande parte recebido o legado da ex-URSS, à parte a manutenção duvidosa no Conselho de Segurança da ONU, sofre um grande declínio e uma transição traumática, considerando-se até credora do “Ocidente”. Continuando a enfrentar dificuldades na manutenção da integridade política e territorial, de que a Chechénia é um dos exemplos, assim como se adensam as dificuldades em defender e projectar os interesses russos nos seus “vizinhos”, assim como na Eurásia e no Mundo, revelando um grande desajustamento entre as suas ambições e reais capacidades. Tentando contornar essas dificuldades na procura de reforço na OSCE e na integração na arquitectura de segurança europeia, uma clara aproximação ao “Ocidente”. Com a dissolução do Pacto de Varsóvia, encara com desconfiança a transformação da NATO.

Apesar dos contratempos, tenta na medida das suas capacidades, contrariar e confrontar a hegemonia dos EUA, “estando sempre em cima” dos acontecimentos e intervindo politicamente, “mostrando-se”. Nesse sentido promove uma parceria estratégica com a China ao mesmo tempo que desenvolve laços profundos com a Sérvia, Irão, Iraque, Síria e Índia, sobretudo no que respeita à exportação de armamentos e energia. No entanto, o poder mundial tende agora a concentrar-se em macroáreas do hemisfério norte que aglutinam a riqueza e a caducidade de inovação tecnológica.

Resumo da Ordem Mundial Pós-Guerra-Fria

Geopolítica → Multipolaridade

Forma de Poder → Económico, tecnológico e comercial

Oposição: Países do Norte (ricos) ≠ Países do Sul (pobres)

Megablocos económicos → União Europeia, NAFTA, Bloco Oriental

Tendências no mercado → Regionalização e Globalização (mundialização)

Capítulo II

Caracterização da Nova Ordem Mundial

1. Factores desencadeadores

Tal como foi referido na introdução, estamos hoje na presença de uma nova ordem mundial, mais que uma ordem apenas internacional. Por outro lado, o fim do confronto entre EUA-URSS, a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética acabaram no conjunto por dismantelar o sistema de equilíbrio bipolar nas relações internacionais. Está portanto ainda em aberto a redefinição da nova ordem mundial.

Sendo evidente que, sem equilíbrio de poderes nem rival capaz de projecção de força à escala planetária, os EUA, se afirmaram como a única potência, pelo menos militar, tornando obsoletos alguns dos conceitos dados como adquiridos no seio das relações internacionais.

A nova ordem mundial é marcada não mais pelo poder das armas, mas pelo poder do dinheiro, as relações económicas estão mais intensas e com uma nova geopolítica.

A economia mundial, globaliza-se e simultaneamente fragmenta-se em blocos regionais. A partilha do mercado mundial envolve as estratégias das grandes corporações económicas e as políticas dos Estados.

A globalização pode então ser resumida a duas características, internacionalização da produção e das finanças. Passando o Estado, de protector das economias nacionais a provedor do bem-estar social a adaptar-se à economia mundial ou às transformações do mundo que ela própria e a exaltação do mercado provocam.

Surge uma mundialização do capitalismo, onde a competição e a competitividade entre empresas se tornaram questões de sobrevivência.

Agora estamos em condições de afirmar que também os acontecimentos do 11 de Setembro contribuíram para a definição de uma Nova Ordem Mundial, assim como a Guerra do Iraque revelou novos equilíbrios na comunidade internacional.

Por outro lado, o Estado já não detém o monopólio do uso da força e da guerra, já que esta pode ser também desencadeada por grupos não estatais, organizações terroristas ou ainda os chamados “senhores da guerra”.

De acordo com essas novas ameaças, é também necessário delinear novas estratégias, nomeadamente através de mecanismos de prevenção, projecção ou cooperação internacional.

2. Natureza sociológica

Ao esboçarmos uma caracterização da Nova Ordem Mundial, não podemos deixar de referir, a disciplina da Filosofia Social que estuda os conceitos e a exploração do chamado “Fim da História”. Tendo esta teoria começado com Políbio e chegando a Fukuyama. Este último autor foi já citado no início deste trabalho. Deu uma conferência em Chicago em 1989 intitulada “End of history” e em 1992 publicou o livro “O fim da história e o último homem”, sendo relevante chamar estes textos à colação porque para o autor, a queda do muro de Berlim assinalou simbolicamente o fim do mundo conhecido (bipolar) e a afirmação dos EUA como potência mundial e o triunfo do mundo liberal. Assinala também o fim da história no sentido hegliano, uma vez que o mundo não termina, os acontecimentos continuam-se a suceder, contudo não são acontecimentos históricos.

No primeiro dos textos, atribui o fim da história ao estabelecimento do Estado de direito em moldes americanos, a economia de mercado e o triunfo do liberalismo sobre as concepções comunistas. Restando apenas expandir esse modelo por todo o mundo, incluindo a China onde existiam sinais de abertura económica, levando a que a breve trecho se estabeleça um estado de direito.

Fukuyama defende a *democracia liberal* como sistema de governo na medida que triunfava sobre ideologias rivais (monarquia hereditária, comunismo, etc). Essa *democracia liberal* é então vista como o “*ponto terminal da evolução ideológica da humanidade*” e a “*forma final do governo humano*”.

A ideia base do conceito de “fim da história”, é que a partir de um dado momento deixava de existir história e apenas se acumulava tempo. Se para Hegel ocorreu quando Napoleão espalhou os ideais de igualdade e fraternidade, para Fukuyama, esse momento sucede com a queda do muro de Berlim, queda do modelo soviético e do mundo bipolar, simbolizando o triunfo do modelo alternativo, acima descrito, liderado pelos EUA e passagem a um mundo unipolar. Considerando o autor que Hegel se tinha enganado quanto ao momento do fim da história, que apenas agora ocorreria.

No entanto, esta tese ignora por dois factos, que vieram a verificar-se. Por um lado, o ultra-nacionalismo islâmico, que é gerador de grande instabilidade, e por outro, o tédio associado ao fim da história, porque se não houver processo evolutivo e antes harmonia concertada essa paz dourada torna-se podre, geradora de tédio e eventualmente de agressividade.

A verdade, é que este conceito emerge sempre que existe um mundo dominado por uma superpotência, como nos relata Políbio a exemplo do Império Romano.

3. Ordem Unipolar ou Multipolar?

Desde o fim da guerra-fria que as questões da distribuição do poder e do rumo da política externa dos EUA têm dominado grande parte das discussões no seio da teoria das Relações Internacionais. Dividindo-se as posições, entre os que subscrevem a emergência de um sistema internacional unipolar e os que prevêem o regresso a um sistema de distribuição de poder multipolar.

Na verdade, a existência de um mundo unipolar com a predominância a pender para os EUA, à “primeira vista” verifica-se pela constatação de diversos factores, nomeadamente, uma hegemonia em todas as áreas do poder: Actualmente são a maior economia do mundo, representando cerca de ¼ do PIB Mundial; detêm grandes centros de educação e investigação, levando a uma ciência e tecnologia mais avançada; ainda têm um forte poder de atracção, com o “American way of life”, a TV e o Cinema; dominam os mecanismos de regulação da maior parte das organizações internacionais (ONU, OMC, G8, NATO, FMI, NAFTA, entre outros). Tendo também por isso uma invejável posição nas relações Internacionais, porque na medida da sua grandeza, não podem ser coagidos, impor regras ou comportamentos que não queiram assumir, a exemplo do que se passa com as ratificações do TPI ou do Protocolo de Quioto sobre alterações climáticas. Possuem uma posição que lhes permite intervir onde, quando e como quiserem.

Num sistema unipolar a potência dominante adquire uma posição de hegemonia, da qual emana a criação e a manutenção da ordem internacional. Esse poder hegemónico tende a ser coercivo e unilateral, permitindo a máxima liberdade de acção. Mas quando a potência unipolar exerce a sua hegemonia através de instituições internacionais, nesse caso pode falar-se em hegemonia multilateral.

Hoje em dia, é evidente que existem circunstâncias que impedem os EUA, apesar de serem a única superpotência, de alcançarem essa unipolaridade pretendida. Desde logo, a nível interno, as instituições não estão preparadas para dirigir um império mundial, nem os cidadãos estão dispostos a sacrifícios financeiros e pessoais (até porque na sua maioria julga que o mundo “lá fora” ou não existe ou não interessa).

Não podemos também ignorar que se atendermos apenas ao arsenal nuclear o mundo será multipolar. Embora não seja crível que os seus detentores ambicionem uma estratégia global, antes se enquadram no conceito da *dissuasão do fraco ao forte*³³, embora encarado com algumas reservas.

Mas “*independentemente da indefinição das polaridades depois de 1989 poderá propor-se uma concepção multipolar do mundo segundo três níveis, de acordo com a hierarquia das potências. O primeiro nível é preenchido pela superpotência, os EUA. Num segundo nível, estão as potências que ultrapassam claramente o âmbito regional, na projecção de poder ou na protecção dos seus interesses, embora o façam apenas em áreas limitadas. Estão neste nível o Japão e a Europa e certamente como segundos, a Rússia e China. Num terceiro nível, estão as potências regionais emergentes*”³⁴.

Pelo que, vivemos actualmente numa época de transição, desde que terminou em 1989/91 o sistema de blocos criados pela guerra-fria. Não se conseguindo ainda construir uma nova ordem estável. Além disso, num mundo em que se querem regras depende da capacidade e mobilização do meios adequados para a utilização da força caso seja necessário impô-la aos infractores. Porque embora o sistema judicial seja essencial para uma sociedade que se quer governada por regras, não existem meios de dissuasão como uma polícia.

Decorrida uma década, após o fim da guerra-fria, os EUA têm desempenhado esse papel, quer como promotores de um sistema internacional baseado em regras, quer como único poder político capaz de fazer e projectar para qualquer ponto do globo através de meios diplomáticos ou militares.

Não existindo uma autoridade política universal, os EUA enfrentam o dilema de saber se podem assumir o papel de promotor do multilateralismo e em simultâneo poder manter a opção unilateralista de poder agir independentemente das regras que preconizam.

³³ Sobre este tema cfr. SACCHETTI, Vice-Almirante António Emílio, ob. cit.

³⁴ Idem, - *Segurança e Defesa (1996-2000)*, Comissão Cultural da Marinha – Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2000, p. 24.

No entanto, nas últimas décadas a evolução do quadro internacional foi marcada por um indiscutível movimento de reforço de regras de observância colectiva, que levaram à edificação de uma ordem política e jurídica de natureza multilateral, que veio a impor-se no seio da comunidade internacional de uma forma gradual.

A consciência pública de uma crescente interdependência dos Estados, associada à socialização de um difuso desejo de paz, justiça social, harmonia e bem-estar na ordem internacional, assumido como o único pano de fundo eticamente justificável para qualquer sentimento colectivo, criou condições para o florescimento do multilateralismo.

Este sistema foi, assim, sobrevivendo com algum sucesso aos desafios que se confrontou e foi adequando no tempo mecanismos de defesa (políticos, jurídicos e filosóficos) para suportar as tensões que sobre ele se faziam sentir.

Com o eclodir dos acontecimentos verificados em 11 de Setembro de 2001, através dos ataques terroristas em solo americano, o compromisso dos EUA com o multilateralismo veio a sofrer um forte abalo. Dando primazia à questão da segurança interna, mantendo em termos de política externa o cariz unilateral.

Se os EUA serão actualmente uma superpotência, em termos militares, sendo esse facto inegável, não implicará um mundo unipolar, ignorando a existência de outras potências significativas. Porque apesar de serem o único estado com capacidade para promover os seus interesses em qualquer ponto do mundo, necessitam para o êxito da resolução das mais importantes questões internacionais, da cooperação de pelo menos algumas das potências regionais. Embora mantenha, na prática, a capacidade de vetar qualquer iniciativa dessas potências que contrarie os seus objectivos. Estaremos então, da presença não mais de um sistema unipolar (uma superpotência) ou multipolar (várias potências de capacidade semelhante) mas sim de um sistema novo e diferente - o unimultipolar.

Se os EUA são, neste momento, o único Estado com proeminência em todos os domínios do poder – que vai do coercivo (diplomático e militar) ao *soft* (ideológico e cultural) – não podem ignorar outras potências regionais proeminentes, embora sem capacidade de projectar os seus interesses como os EUA. Essas potências de acordo com a figura 2, são a União Europeia, os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) ou ainda o Japão na Ásia Oriental e Africa do Sul no continente africano.

O quadro é completado por outro nível de estados regionais secundários, cujos interesses frequentemente colidem com os das potências regionais, como sejam a França, a Alemanha e Grã-Bretanha na Europa, ou o Paquistão em relação à Índia.

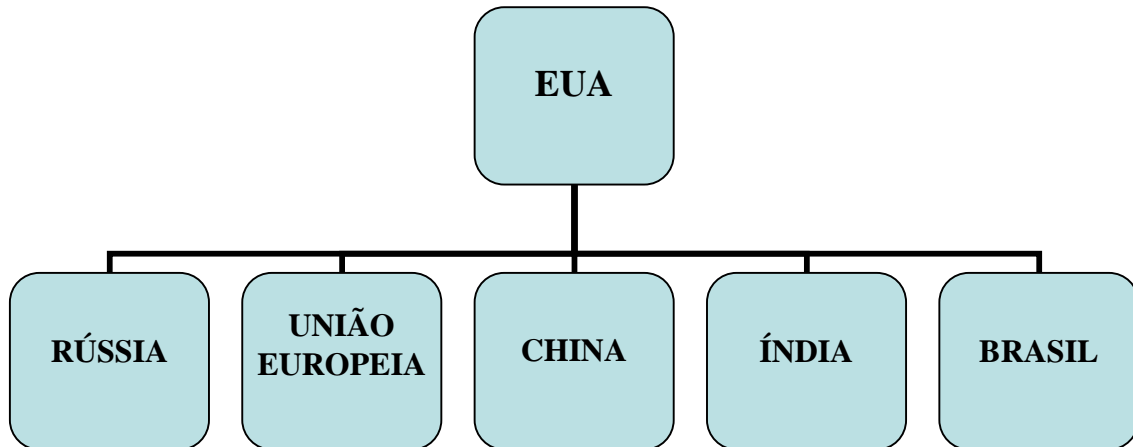


Figura nº 2

No sentido de se manter uma ordem política internacional mais estável, até os processos regionais de integração como o Mercosul, a ASEAN ou a União Europeia, são forçados a considerar de maneira mais séria as questões de segurança, mesmo que nenhum deles tenha vocação para se transformar em potência militar global. Na medida em que o futuro e a credibilidade desses processos vão depender da capacidade de cada um redefinir o papel que está disposto a assumir na actual hierarquia de poder internacional.

4. Ordem Económica Mundial

4.1. Génese

A economia mundial nasceu na Europa, porque o grande movimento de expansão planetária iniciado pelo Ocidente cristão sob o impulso das monarquias ibéricas no século XV ocorre ao mesmo tempo que os Chineses chegaram à costa de África.

Sendo a civilização chinesa, mais avançada tecnicamente que a europeia (basta recordar os exemplos da pólvora, fundição metálica, entre outros), a sua expansão

interrompe-se bruscamente, sem razão aparente. Tomando a Europa o protagonismo, desde o Império romano até ao capitalismo moderno³⁵.

O alargamento do espaço de controlo, por parte dos povos, ao longo da sua evolução, foi sempre efectuado quer através de potências terrestres ou marítimas, e que no caso do Império Romano integrava as duas.

O comércio também foi sempre um espaço de controlo, daí que segundo Ramón Tamanes “*Os primeiros antecedentes do comércio internacional podem fixar-se (de um ponto de vista ocidental) no intercâmbio mediterrânico da baixa Idade Média, em que Génova, Veneza e Pisa (...) serviam de ponto de ligação com o Oriente(...)*”³⁶.

Mas podemos afirmar sem grande margem de erro, que a verdadeira economia mundial se iniciou com a expansão marítima de Portugal e Espanha no século XV, sendo seguidos pela Holanda, França e Inglaterra. O comércio mundial vai enfrentar novos desafios porque “*com as explorações das primeiras feitorias e zonas de colonização de ambos os países ibéricos, iniciou-se uma forte recuperação não só do comércio intra-europeu, mas também nasceu o verdadeiro comércio mundial*”³⁷.

Neste contexto, o primeiro passo na era da globalização ocorre quando o português Pedro Álvares Cabral, na sua viagem em busca da Índia descobre o Brasil e se “encontram” os quatro continentes. Arrancando-se a economia das fronteiras europeias para um alargamento à escala planetária.

A formação dos impérios coloniais de Espanha e Portugal, foi com algum grau de certeza a primeira fase da formação de uma economia mundial, baseada numa grande capacidade marítima por parte dos dois actores. A penetração europeia estendeu-se então aos quatro cantos do mundo, originando uma corrente internacional entre mercadorias e metais preciosos, com o epicentro sediado em Antuérpia e mais tarde Amesterdão.

Posteriormente com o declínio português e espanhol, surgiu uma nova potência marítima – a Inglaterra – que lhe permitiu criar gradualmente o maior império colonial da história. Pelo que possibilitou construir uma economia internacional assente no domínio dos mares – a via de comunicação por excelência à época.

Paralelamente, houve a introdução de um novo paradigma no seio do comércio internacional, “*(...) sob os auspícios da Inglaterra, se passou gradualmente do*

³⁵ Para aprofundamento do tema cfr: EICHENGREEN, Barry – *A Globalização do Capital, uma história do sistema monetário internacional*, Bizâncio, Lisboa, 1999

³⁶ TAMANES, Ramón, *Estrutura Económica Internacional*, Public. Dom Quixote, Lisboa, 2000, p. 29

³⁷ Idem, p.30

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

mercantilismo para aquilo a que acabou por se chamar a Era do Livre-Cambismo, em que se criaram as condições de uma verdadeira economia internacional”³⁸. Ora este novo conceito surge como forma de reacção às barreiras introduzidas pelo mercantilismo, definido por ser “(...) uma situação de relações económicas em que era possível o comércio internacional sem barreiras comerciais nem barreiras aduaneiras verdadeiramente importantes, e em que tão pouco existiam obstáculos sérios aos movimentos dos factores de produção”³⁹.

No entanto, a partir de finais do século XIX, a situação viria a radicalizar-se, com nova alteração de paradigma, desta feita, com a introdução do protecçãoismo, em que o comércio internacional era baseado na regra da reciprocidade entre os vários actores internacionais. Mantendo-se este sistema até à primeira guerra mundial.

Na verdade, “a partir de 1918, a era do livre-câmbio deu lugar a uma situação nova “(...) uma economia mundial em que surgiu um novo sistema económico antagónico do capitalismo – o socialismo (...)”⁴⁰. Este bilateralismo fundava-se na implementação de restrições á importações e como uma ferramenta de represália económica.

Aos “olhos de hoje”, a economia mundial, que desde há décadas se esboça como sistema integrado, foi por isso, originariamente uma economia-mundo de raiz europeia. Se não fosse a ascensão do Japão como potência e o despertar da China, entre outros, poder-se-ia afirmar que continuaria a ser o centro do mundo.

Ao falarmos de mundialização da economia, temos de evocar a dominação de um sistema económico, o capitalismo sobre o espaço mundial.

Com o desmoronar do bloco soviético, desapareceu um dos obstáculos à expansão do capitalismo e onde os regimes comunistas subsistem (China por exemplo) deve-se em parte à aplicação da política de abertura à economia de mercado e ao afluxo de capitais que suscitou.

A mundialização é também, um processo de contornar e desmantelar as fronteiras físicas e regulares que constituem obstáculo à acumulação de capital à escala mundial. Nesse sentido a economia mundial é mais que uma simples economia internacional, onde existe respeito pelas soberanias estatais.

³⁸ Idem, p.33.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem, p.35.

Este fenómeno da mundialização traduz uma mutação, porque a integração crescente das partes que constituem o conjunto da economia mundial dá a esta ultima uma dinâmica própria, que escapa ao domínio e controlo dos Estados.

4.2. Ordem económica

Actualmente, não podemos esquecer que devido ao desmoronar do sistema soviético, os EUA sendo a única superpotência, apostando no equilíbrio de forças, dissociaram a política e economia da componente militar, no âmbito da sua acção no seio das relações internacionais. Sendo notório que cada vez mais o recurso à força na resolução de conflitos cede em favor da guerra económica, onde se joga a verdadeira hegemonia. Apenas se mantendo a lógica militar em países do chamado “terceiro mundo” ou em vias de desenvolvimento (PVD).

Assim, a hegemonia económica tem que ser vista em razão dos fenómenos da interdependência e mundialização. Sabendo-se que na interdependência, nenhum país pode encontrar por si só uma solução para os problemas, porque além disso, deve existir cooperação entre os Estados. Essa hegemonia (dos EUA), não se exercendo de forma declarada, assenta na interdependência, através do FMI e do Banco Mundial. A esse propósito refere o Prof. Raposo Medeiros: “*A interdependência económica não é posta somente, através da rede interactiva das nações e dos territórios, mas de igual modo se projecta na economia mundial*”⁴¹.

Quando nos referimos a uma ordem económica mundial, a globalização⁴² é um processo determinante, porque tenderá a assumir-se como a associação das associações regionais na procura de uma nova forma de centralização do exercício do poder, numa rede cada vez mais complexa e interdependente, sendo nesse aspecto de considerar: A ASEM, das ligações da EU com a ASEAN e esta ligada à APEC, e esta com membros na NAFTA, não esquecendo as ligações ao Mercosul e Comunidade Andina que irão ser sobrepostas pela ALCA, procurando todas envolver-se também nas decisões da OPEP.

Por outro lado, não podemos também esquecer que a globalização, no entendimento de Raposo de Medeiros, pode ser “(...) considerada como o crescimento da actividade económica para além das fronteiras políticas, regionais e nacionais, em

⁴¹ MEDEIROS, Eduardo Raposo de – *Economia Internacional*, 6.ª Edição, ISCSP, Lisboa, 2000, p. 14.

⁴² Para aprofundamento da temática – Globalização, cfr: GIDDENS., Anthony - *O Mundo na Era da Globalização*, 4.ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 2002.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

que diversos sujeitos (empresas, bancos, pessoas singulares) se espriam nas trocas e nos investimentos, em busca de lucros e estimulados pela concorrência”⁴³.

Devemos ter presente que existe uma incapacidade do mercado de se reger por um princípio de ordem e organização universal, porque as instituições e regras económicas internacionais serão a expressão dos limites de mercado na economia-mundo. Talvez por essa razão, o exercício do poder económico mundial por um país em particular, é interpretado como o substituto para a ausência do “governo mundial” que comunidade internacional exigiria.

A ordem económica pode ser constituída pelas propriedades de um sistema em que exista uma organização e um poder. Cabendo nessa organização regras socio-económicas e onde o poder possibilita a concretização dessas regras.

Se atentarmos, nos antecedentes desta nova ordem, até aos anos 70, verificamos que ao nível económico até à ruptura que ora analisamos, o sistema económico do mundo estava estabilizado, pela existência de três partes: grupo de países capitalistas industrializados de democracia liberal; grupo de países economicamente subdesenvolvidos e o grupo de países economicamente dependentes (colónias), formando assim uma verdadeira economia mundial.

Pelo contrário, a ordem que hoje constatamos é a ordem tecnológico-económica que regulava as relações internas ao grupo dos países capitalistas de democracia liberal e que o processo da globalização se encarregou de acelerar.

Por estas razões, e não apenas militares, podemos afirmar que elas estarão na base da Nova Ordem Económica Mundial ou Global.

Neste contexto, a criação da OMC⁴⁴ joga um papel determinante, porque veio a partir de 1995, reformar o quadro normativo de tratamento das questões complexas das relações económicas internacionais, sucedendo ao GATT de 1947. Enquadrando-se também nos factores de desenvolvimento de uma nova ordem económica mundial.

Voltamos então e sempre ao muro de Berlim. Com a sua queda, o novo desafio é o modelo de um capitalismo sem pátria, sem trabalhadores, sem impostos e um mundo inteiro à espera. Os povos foram substituídos pelos mercados, os cidadãos por consumidores, as nações por empresas (transnacionais), as cidades por aglomerados. A massificação das redes de telecomunicações e da informática, a banalização dos satélites

⁴³ Ob. Cit., p. 16.

⁴⁴ Para maior desenvolvimento, cfr: RAINELLI, Michel – *A Organização Mundial do Comércio*, 1ª Edição portuguesa, Terramar, Lisboa, 1998. cfr. também: MEDEIROS, Eduardo Raposo de, ob. cit. p. 161-260.

e das TV's planetárias derrubaram as barreiras dos factores de produção e de estilos de vida e condicionaram a formulação de novos objectivos e de novas opções. À mobilidade dos capitais seguiu-se a dos produtos, dos bens, dos serviços e das pessoas. Neste contexto, a globalização é o resultado de uma mais eficaz e eficiente afectação de recursos a nível mundial, porque com menores quantidades de todos os tradicionais recursos, os vencedores farão tudo melhor.

Além disso, apesar de a nova ordem económica, assentar na vertente da economia, revela preocupações jurídicas porque trás um novo tipo de relacionamento entre os Estados, sobrepondo-se à tradicional vertente da soberania. Nesse aspecto, a já enunciada complexidade crescente das relações internacionais (ponto 1.1.2.) e dos problemas daí emergentes, colocados pelas questões do desenvolvimento e cooperação, o novo mecanismo das relações jurídicas internacionais deu ênfase aos interesses dos indivíduos, dos grupos e dos povos em detrimento da soberania e do protagonismo do Estado.

Mas para Michel Chossudovsky⁴⁵, a ideologia do “mercado livre” defende uma forma nova e brutal de intervencionismo do Estado, assente na interferência deliberada das forças de mercado, suprimindo os direitos dos cidadãos e concedendo poderes alargados ao poder financeiro instituído. A Nova Ordem Mundial, baseia-se segundo este autor no falso consenso de Washington e Wall Street, que irá impor o mercado livre.

4.3. Grandes espaços económicos

No seguimento do ponto anterior, constata-se que a *nova ordem económica* tem vindo a evoluir e favorece mais a acção de grupos, como empresas, ONG's, associações cívicas e humanitárias, assim como organismos regionais de integração. A nova geopolítica consubstancia-se portanto, na existência de várias entidades e forças regionais e já não tanto em Estados, enquanto entidades autónomas. Os acontecimentos dos anos 90 alteraram a estrutura política e económica mundial, e nesse aspecto existem agora grandes espaços económicos, como forma de melhor se aproximarem entre si, quer como forma de sobrevivência na teia global que apanha os mais fracos. Vindo a propósito o adágio popular “a união faz a força”, exprimindo-se através da integração,

⁴⁵ cfr: *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial*, Editorial Caminho, Lisboa, 2003.

constituindo-se esta através de conjuntos regionais, transnacionais, pondo-se em relevo a integração política e económica. Assumindo esta cinco formas: Zona de Comércio Livre; União Aduaneira; Mercado Comum; União Económica e a Integração Total.

A geometria do poder mundial em mudança, faz emergir megablocos económicos regionais⁴⁶. Este movimento de integração e abertura de mercados repercute sobre áreas do mundo subdesenvolvido, assumindo formas e expressões variadas.

O primeiro bloco surgiu na Europa em 1957, com a criação da comunidade Europeia, a actual União Europeia, após as várias transformações sofridas como o alargamento a novos países.

Actualmente existem quatro grandes espaços económicos, cada qual com as suas particularidades, mas que para o objectivo essencial deste trabalho não será necessário aprofundar, por isso se optou apenas por enumerá-los, a saber: A integração económica da América do Norte; integração económica da Ásia-Pacífico; integração económica na Europa e integração económica na América Latina.

No continente americano, existem três blocos comerciais, NAFTA liderado pelos EUA, o MerCoSul liderado pelo Brasil, o Pacto Andino e o CARICOM. Enquanto na Europa se consolida a União Europeia. Na Africa, foi também criada a SADC, enquanto na Ásia se criou a ASEAN.

Sendo ainda criado um outro bloco de cariz transnacional – a APEC, que reúne países da América e da Ásia. Quanto à ALCA, tem como objectivo eliminar as barreiras alfandegárias em toda a América, com excepção de Cuba, tornando-se talvez no maior bloco comercial do mundo.

Os blocos económicos podem ser classificados em zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum e união económica e monetária.

No primeiro destes, verifica-se a redução ou a eliminação das taxas alfandegárias que incidem sobre a troca de mercadorias dentro do bloco. Na união aduaneira, implementa-se uma abertura dos mercados internos e regulamenta-se o comércio dos países membros com terceiros. Enquanto no mercado comum, é garantida a livre circulação de pessoas, serviços e capitais. A união económica e monetária apenas se verifica na União Europeia, de acordo com o Tratado de Maastrich em que se implementa a união política e monetária, com introdução da moeda única – o euro.

⁴⁶ Para aprofundamento cfr: MEDEIROS, Eduardo Raposo de, ob. cit.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

Podemos confrontar todos os blocos acima descritos com o mapa que se segue:



Mapa nº 1 - blocos económicos

Fonte: www.ieducacao.com.br/geografia/blocoseconomicos/

Além disso, os novos países industrializados de leste asiático estreitam os seus laços com o Japão e os antigos satélites da antiga URSS reestruturaram as suas economias á sombra da Alemanha Unificada.

Outro aspecto importante prende-se com a pluridimensionalidade do actual direito internacional em razão do aumento do número de actores das relações internacionais, nomeadamente no que toca à avaliação das relações de força entre os países industrializados (o conhecido G8), os desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento. A que se acrescenta o novo grupo constituído (G20), com claros objectivos de intervenção no comercio mundial.

Capítulo III

Cooperação Euro-Asiática

1. História de uma relação

O relacionamento entre a Europa e a Ásia data desde a idade média. No entanto as relações a nível institucional, foram sofrendo alterações ao longo do tempo. Com o emergir da Guerra-Fria e os respectivos jogos de interesses entre as duas grandes potências mundiais (EUA e URSS) nessa região, foi dificultada uma possível re-aproximação entre o Sudoeste Asiático e a Europa. As necessidades que a Europa enfrentava no pós-guerra ao nível da sua reconstrução, também não ajudaram a acelerar um possível processo de reconciliação.

A aproximação entre a Europa e a Ásia surge assim através da alteração conjuntural no fim da Guerra-Fria em resultado do decréscimo da lógica militar a nível mundial devido ao fim do bipolarismo que por sua vez origina uma maior focagem nas questões económicas. O fim da Guerra-fria propiciou o emergir na região Ásia-Pacífico de novos e grandes actores como um dos três grandes pólos da economia e política internacional através da consolidação e crescente importância dos seus blocos regionais.

Este crescente dinamismo económico da região, fortemente impulsionado pelo Japão sobretudo a partir dos meados da década de 70 começou a atrair as atenções europeias, pois o crescimento europeu (assim como dos EUA), já começava a abrandar, impulsionando um renovado interesse na exploração dos novos e promissores mercados asiáticos, o que mais tarde conduziria a uma competição pelos grande e lucrativos contractos asiáticos.

A União Europeia, estimulada por este crescente interesse e preocupada com o fraco posicionamento que detinha neste vasto mercado, inicia finalmente um processo de re-aproximação que culminou na declaração de Julho de 1994 onde se firma uma nova estratégia europeia comum para a Ásia. Isoladamente os Estados Europeus começaram por si próprios a mostrar interesse em redefinir as suas relações com o continente asiático e a alterar muitas das suas políticas em relação a esta região.

Pelo lado Asiático, o interesse em fomentar uma aproximação era também elevado. O investimento europeu nas suas economias era encarado como vital, bem como o acesso às tecnologias necessárias para sustentar o seu próprio desenvolvimento

económico. Esta aproximação seria também altamente benéfica para as suas economias, visto que a base do seu crescimento são as indústrias orientadas para a exportação e como tal, um acesso facilitado aos mercados europeus era fulcral.

Estava também presente entre europeus e asiáticos, o receio de uma hegemonia americana, pelo que servia a ambos a criação de uma qualquer estrutura de contrabalanço que pressionasse os EUA a integrar compromissos multilaterais.

Tendo em conta este quadro, onde a convergência de interesses quer asiáticas quer europeias era óbvio, a União Europeia encetou esforços no sentido de instituir um fórum que conseguisse pôr em igualdade as relações Euro-asiáticas com todas as outras que já existiam no seio da União Europeia. O objectivo era criar uma estrutura propícia á discussão de questões comuns pertinentes e onde se debatesse assuntos relacionados com a cooperação nas mais diversas áreas.

Até a este relacionamento mais estreito, a grande maioria das conversações entre os blocos Europeu e Asiático tinha sempre decorrido dentro das instâncias internacionais multilaterais, sempre sob a sombra dos relacionamentos de cada um com os EUA. Esta nova iniciativa constituía, tanto para os europeus como para os asiáticos, uma oportunidade de aprofundarem as suas relações e de cimentarem outros diálogos inter-regionais.

Foi assim, que tomou forma a primeira reunião da ASEM, em Março de 1996, em Bangucoque. A sua criação representa acima de tudo um canal aberto para o dialogo entre a Europa e a Ásia e uma grande oportunidade para aumentar o fluxo comercial e de investimentos entre as duas regiões, bem como arranjar forma de concertação de posições no âmbito da OMC e de certa forma, fazer frente à influencia dos EUA.

2. ASEM

Foi criada em 1996 como um fórum de diálogo político e cooperação constituído pelos países da União Europeia e mais dez países asiáticos (Brunei, China, Coreia do Sul, Filipinas, Japão, Malásia, Singapura, Tailândia e Vietname), além de três novos membros vindos da ASEAN (Cambodja, Laos, Myanmar). Esta fora criada em 1967, em Bangucoque, por Estados aliados dos EUA, nomeadamente, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia. Trata-se de uma associação sub-regional de pequenos e médios Estados, que assinaram um Pacto de não interferência com regimes autoritários. Os seus

objectivos visavam acelerar o crescimento económico e o desenvolvimento social da região através de esforços conjuntos e de programas de cooperação, promovendo a paz regional e servindo de fórum para resoluções intra-regionais. No conjunto, a ASEAN representa 40% da população do planeta e quase metade (48,9% do produto económico bruto mundial).⁴⁷

Neste contexto, a UE, China, Japão e as outras nações asiáticas defendem o fortalecimento de uma parceria euro-asiática, prometendo aprofundar o diálogo político e alargar as áreas de cooperação entre os dois continentes.

A declaração aprovada no final da 3ª reunião ministerial ASEM que decorreu de 24 a 25 de Maio de 2001, em Pequim, considera que o planeta se encaminha para a globalização e a interdependência, concluindo que, neste contexto, o fortalecimento de uma parceria euro-asiática beneficiará o mundo inteiro.

A nível global a ASEM manifesta-se a favor do reforço do papel da ONU, da manutenção de um equilíbrio estratégico global e do fortalecimento das iniciativas regionais e globais sobre controlo de armamentos, desarmamento e não proliferação de armas de destruição maciça.

Na área do ambiente, a ASEM defende o Protocolo de Quioto como um importante primeiro passo para alcançar a necessária viragem nas emissões dos países industrializados.

No que toca ao crime organizado internacional, a ASEM reafirma o seu empenho no combate ao crime transnacional e promete intensificar a cooperação contra o tráfico de seres humanos, nomeadamente mulheres e crianças.

Podemos agora verificar as várias cimeiras ocorridas. Logo nos dias 1 e 2 de Março de 1996, a Tailândia hospedou em Bangucoque a primeira cimeira entre Ásia e Europa. Essa cimeira, foi uma ocasião histórica, dado que reuniu os líderes de dois continentes, representando 25 países e a Comissão Europeia⁴⁸.

Nos participantes ASEM incluíram-se os chefes de Estado e de Governo de dez nações asiáticas (Brunei, China, Filipinas, Indonésia, Japão, Malásia, Republica da Coreia, Singapura, Tailândia e Vietname) e de quinze nações europeias (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Suécia e Reino Unido, bem como o presidente da Comissão Europeia.

⁴⁷ Dados da OMC, referentes ao ano de 2002.

⁴⁸ Cfr. <http://asem.inter.net.th/>, Setembro de 2004.

A iniciativa para esta cimeira nasceu da necessidade reconhecida de fortalecer o enlace entre Ásia e Europa. Enquanto a relação trans-pacífica parecia ser forte através da APEC, bem como a relação transatlântica com a Nato, as relações entre o continente Asiático e a Europa não tinham sido, até então, desenvolvidos ao seu potencial máximo.

Apesar da informalidade da reunião e flexibilidade da agenda, esta 1ª ASEM acabou por consagrar uma série de compromissos e iniciativas conjuntas:

- Instaurou uma reunião anual ao nível dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros;
- Formação de um grupo de trabalho (governamental e privado para preparar um plano de acção para promover o investimento;
- Fórum empresarial Ásia-Europa;
- Criação de uma Fundação Europa-Asia (para promover intercambio científico e cultural);
- Criação de um programa de intercambio universitário;
- Criação do Centro de tecnologia ambiental.

A par destes compromissos foram avançadas também uma série de propostas, incluídas no discurso de encerramento:

- Reforçar o diálogo político;
- Aperfeiçoar os diálogos no âmbito da segurança através de reuniões ministeriais;
- Promover a reforma e democratização da ONU;
- Desenvolver esforços no sentido de reduzir o armamento nuclear no mundo;
- Combate ao tráfico de droga, emigração ilegal e branqueamento de dinheiros.

Esta reunião histórica ajudou a fortalecer estes laços e a preservar as ligações entre os principais três centros do crescimento económico: a Ásia, a Europa e eventualmente a América do Norte. Uma cooperação mais próxima entre três regiões visava contribuir significativamente para manter a paz, a estabilidade e a prosperidade regionais e, de certa forma, a nível global.

A ASEM inaugural em Bangucoque tencionava ser o primeiro de muitos encontros entre a Ásia e Europa. Sendo assim, realizaram-se até agora, seis cimeiras ASEM:

- ASEM 1 em Bangucoque, na Tailândia, em 1996;
- ASEM 2 em Londres, no Reino Unido, em 1998;
- ASEM 3 em Seoul, na Republica da Coreia, em 2000;
- ASEM 4 em Copenhaga, na Dinamarca, em 2002;
- ASEM 5 em Hanoi, no Vietname, de 7 a 9 de Outubro de 2004;

- ASEM 6 em Helsínquia, na Finlândia, em 10 e 11 de Setembro de 2006;
- ASEM 7 em Pequim, China, em 24 e 25 de Outubro de 2008.

2.1. ASEF

A ASEF foi criada em Fevereiro de 1997 no âmbito do processo ASEM. A ASEF foi elaborada no âmbito do terceiro pilar da União Europeia (o social neste caso, a par do económico e político) da ASEM, que tinha como objectivos a criação ou o melhoramento do entendimento Europa-Ásia, através do intercâmbio intelectual, cultural e social.

Anteriormente conhecido como ASEF Summer School, o ASEF university é o projecto de maior impacto tendo como principal objectivo e promoção de intercâmbios culturais entre estudantes universitários asiáticos e europeus. O ASEF University é um programa intensivo com duração de duas semanas que tem lugar duas vezes por ano, alternando entre a Europa e a Ásia.

Este programa oferece a oportunidade única a 38 participantes de preferência finalistas de aprofundarem os seus horizontes e cimentarem os seus conhecimentos sobre assuntos internacionais contemporâneos e importância significativa, tanto para a Europa como para a Ásia.

3. ASEM no século XXI

No que respeita ao capítulo da cooperação, A ASEM, no início, foi encarada como uma cimeira informal de líderes que estavam dispostos a discutir todos estes tópicos que eram certamente de interesse comum. A cimeira encontrou a sua relevância no facto de 25 chefes de estado Asiáticos e Europeus se reunirem e discutirem sobre uma possível visão comum para o futuro. A sua presença colectiva reflectiu uma vontade e um compromisso e mais produtivas entre as duas regiões.

Um dos objectivos iniciais da ASEM foi o de fornecer aos chefes de Estado dos países participantes uma oportunidade de realmente se conhecerem uns aos outros e de criarem os mecanismos e ligações necessários para uma cooperação futura mais estreita. Isto seria usado como uma base para uma cooperação adicional e continuada entre os países participantes em áreas mais específicas. Um outro alvo desta cimeira era, e continua a ser, o de incentivar uma compreensão maior entre os povos das duas regiões.

Alem disso, esta reunião de líderes providenciou uma boa oportunidade para ambas as regiões explorarem novas formas de cooperação nos campos político, económico e social.

Na área política, a ASEM fornece também uma oportunidade para se trocarem pontos de vista no que toca a assuntos actuais de interesse regional e global. Estas discussões podem servir como base para uma cooperação futura adicional em questões específicas de interesse mútuo, sendo os principais assuntos a requerer uma atenção particular, aquando da criação da ASEM, a reforma das Nações Unidas, o desarmamento global e a não-proliferação nuclear.

Foram realizados estudos ao mais alto nível sobre questões de política e de segurança, de forma a reforçar a confiança entre os países participantes e os laços existentes entre as duas regiões, tentando assim contribuir para a estabilidade global.

Na área da cooperação económica, outro objectivo importante desta cimeira era o de fortalecer as relações económicas entre as duas regiões através das suas complementaridades específicas e do desenvolvimento de sinergias necessárias que promoveriam o seu crescimento económico e uma maior prosperidade, fomentando o comércio, o investimento directo e a liberalização comercial entre os países participantes.

Estas iniciativas pretendem complementar os esforços existentes para conseguir um sistema de negociação aberto baseado na estrutura da OMC.

A ASEM incentiva o sector privado do comércio asiático e europeu no reforço da sua cooperação através de contactos continuados, “*Joint Ventures*” e partilha de tecnologia. Os países participantes têm também a oportunidade de explorar meios da cooperação em outros campos do interesse comum.

Dá-se também uma especial atenção ao desenvolvimento de recursos humanos, porque representa uma maneira diferente de promover o crescimento económico e o desenvolvimento, assim como o entendimento entre asiáticos e europeus.

Os desentendimentos culturais existentes entre os dois lados necessitam, igualmente de ser analisados. Um meio de superar este obstáculo é a promoção de contactos mais próximos dos diferentes povos membros (“*people to people*”) bem como programas mais detalhados de troca de informação entre instituições académicas.

Uma outra área de cooperação potencial é a ambiental, pois a Europa possui conhecimentos tecnológicos necessários para a protecção ambiental de forma a

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

satisfazer o aumento da procura asiática para tais tecnologias, onde ambas as regiões podem cooperar com o fim de promover um desenvolvimento sustentável

4. As perspectivas Europeia e Asiática da ASEM

O relacionamento entre a Europa e a Ásia continua a progredir nos últimos anos por muitas razões, mas o factor mais importante neste relacionamento é o facto de que ambas as regiões não só reconheceram as suas diferenças, bem como as aceitaram e aprenderam a apreciá-las.

A União Europeia tinha a ideia de um encontro que pusesse em igualdade as relações Ásia-Europa, mas faltava a estes dois blocos um quadro adequado para troca de perspectivas sobre assuntos de interesse mútuo.

Muito do diálogo Europa-Ásia (com excepção do dialogo ASEAN-EU) tinha decorrido multilateralmente, sendo então bem recebida a ideia de uma reunião exclusiva Europa-Ásia que permitisse aos europeus aprofundar a sua relação com a Ásia e complementar outros diálogos inter-regionais que a União Europeia tinha com outros países⁴⁹.

No prazo de um ano, o encontro ASEM que teve lugar em Bangucoque foi considerado um sucesso quer por europeus quer por asiáticos.

Para os asiáticos, o simbolismo político de ter 16 líderes europeus que se deslocaram a Bangucoque foi por si só muito significativo. Seria o símbolo do novo estatuto da Ásia a nível mundial e o reconhecimento desse mesmo estatuto por parte da Europa.

Para os europeus, a cimeira foi considerada um sucesso porque concluiu uma lista inteira de iniciativas e acções subsequentes. Foram tomadas decisões concretas relativamente a algumas recomendações, dando aos europeus motivos para crer que valha a pena tal iniciativa. O sucesso da ASEM é considerável atendendo ao facto de que quase todos os compromissos específicos tomados durante a primeira cimeira em Bangucoque foram levados a cabo.

Ocorreram posteriormente, tanto na Ásia como na Europa, um variado número de acontecimentos nos últimos anos a nível político e económico, que alteraram de certa forma alguns dos cenários existentes na altura da ASEM I.

⁴⁹ MAATEN, Jules, "Europe and Ásia: A Common Future?" in ASEM News, 2004, p. 3.

A Europa, como uma reunião de 15 estados, tem agora um mercado único e fortaleceu a sua política externa e de segurança comum. Recentemente, a entrada de novos estados membros trás vantagens mas também acarreta dificuldades tanto para EU como para a ASEM após a sua entrada automática.

A Europa tem também sido confrontada com uma nova realidade, ou seja, a existência de terrorismo internacional. Entretanto, em determinadas partes da Ásia, a fragilidade das transições democráticas a par de democratizações parciais provocadas pela ausência de instituições políticas fortes, são assuntos de real preocupação, bem como os perigos de proliferação internacional de crime e terrorismo.

Mas apesar de tudo, a Ásia continua confiante num futuro promissor. É necessário haver mais compromisso de ambos os lados para que a ASEM tenha pertinência no futuro das relações Euro-Asiáticas.

O diálogo político da UE com os países desta região asiática desenvolveu-se bastante desde 1996. A ligação comercial entre a Ásia e a UE tem vindo a crescer continuamente e com força.

A Ásia como um todo representa, hoje em dia, 21% das exportações da UE e é o terceiro parceiro principal no que toca a comércio externo (segundo dados da OMC referentes a 2002). Apesar da crescente interdependência entre as duas regiões, particularmente no caso de finanças e comércio, ainda existe muito espaço para melhoramentos.

A UE deve relacionar-se com a Ásia a todos os níveis, ou seja, sócia, cultural, direitos humanos e não só nas esferas económicas. A UE deverá também desenvolver estratégias políticas de forma a melhorar as suas relações oficiais com o continente asiático. O Parlamento Europeu tem sido altamente crítico com a falta de vontade política dos diversos Governos dos Estados Membros da UE para desenvolverem tais políticas a nível interno.

Acima de tudo, cimeiras como a ASEM providenciam instrumentos valiosos para uma cooperação efectiva ao tornarem real o empenho europeu de se re-aproximar do continente asiático e devem ser cada vez mais uma realidade e de certa forma fomentadas ao mais alto nível na UE.

Torna-se assim, obrigatório estudar meios e formas de manter o interesse da EU na ASEM e de se reflectir sobre os resultados obtidos até agora nestas diferentes iniciativas.

A Ásia nunca deve negligenciar, porem, (com ajuda da UE) que o meio ambiente e desenvolvimento económico estão interligados e que os dois não devem interferir um com o outro sob risco de graves perturbações futuras, tanto ecológicas como económicas, tornando-se essencial para os chefes de estado asiáticos fomentar um desenvolvimento sustentável.

O diálogo com a sociedade civil é muito importante, mas estarão os líderes ASEM em ambos os lados preparados para envolver organizações não-governamentais e membros do Parlamento Europeu em toda esta discussão? Este diálogo é essencial, se o objectivo for o de continuar esforços para um futuro de re-aproximação entre as duas regiões⁵⁰.

Para se diminuir este distanciamento Europa-Asia ambos os lados necessitam de se comprometer completamente aprofundando o dialogo e especialmente evitando não discutir assuntos “sensíveis” ou “difíceis”. É inaceitável para o PE parar de levantar questões relacionadas com violações de Direitos Humanos, como por exemplo Myanmar, Tibete, Formosa ou Hong Kong.

Os dois lados tem que por de lado certos estereótipos ou preconceitos existentes entre eles, para discutirem de uma forma coerente e isenta estas questões com o intuito verdadeiro de as solucionar.

Para a UE, o cumprimento dos direitos humanos e do estado de direito, incluindo as protecções necessárias aos seus investidores, não pode ser vista de forma alguma, isolada da cooperação económica. Porque para a EU, são assuntos totalmente interdependentes.

Excelente para o ponto de vista asiático é a implementação em bom ritmo da Associação das Nações Ásia do Sudeste (ASEAN) e a Zona de Comercio Livre (AFTA). No caso da ASEAN, esta está a avançar com os seus esforços de integração económica regional tentando forjar uma “Continuidade Económica ASEAN. A UE e os seus cidadãos ficaram altamente beneficiados com a criação do seu próprio mercado comum sendo esta futura iniciativa da ASEAN vista com grande esperança, pelos cidadãos dos seus países membros. Posteriormente, todo este ciclo de prosperidade inter-regional originará para ambas as partes um aumento no volume de comércio e um fortalecimento dos laços económicos.

⁵⁰ Idem.

Por mais importante que seja o fortalecimento de laços económicos, existe também uma imensa necessidade de promover as trocas culturais e educacionais entre a Europa e a Ásia. Acabar com o fosso educacional existente entre as duas regiões não é tarefa fácil nem possível de cumprir a curto prazo mas tanto a Europa como a Ásia têm este ponto bem vincado nas suas prioridades. Mas só através de programas de intercambio cultural (“*people-to-people*”) é que se pode por finalmente fim à dicotomia Oriente/Ocidente.

Não existem dúvidas de que um futuro comum entre a Ásia e a Europa é de interesse para ambos, bem como inevitável. Os obstáculos futuros são óbvios para ambas as partes mas mais difícil será o de traçar o futuro para este grande re-aproximamento. Este é o desafio que europeus e asiáticos terão de enfrentar, independentemente dos seus diferentes pontos de vista em relação a acções positivas como as cimeiras ASEM, e só através do conhecimento mutuo, é que estes desafios podem ser ultrapassados mas é de todas as formas crucial impor um maior empenho nas relações euro-asiáticas, tanto no lado político europeu como asiático.

5. ASEM: outras considerações

A ASEM pode ser descrita como um produto da emergência da região asiática no contexto internacional e da expansão das relações comerciais entre a Ásia e a Europa no final do século XX.

A ASEM, tal como a conhecemos na actualidade, foi um fórum multilateral estabelecido em Março de 1996 entre europeus e asiáticos, servindo como símbolo da redescoberta entre a Ásia e a Europa depois de um longo período de afastamento.

A esta iniciativa subjaz o objectivo de reforçar a fraca ligação existente entre a Europa e a Ásia no triângulo de relações Ásia/América do Norte/Europa, enquanto motores de crescimento da economia mundial. Não havia portanto, laços fortes entre a Ásia e a Europa (à semelhança das ligações transatlânticas e transpácificas) e para preencher essa falha foi, então, lançada a ideia de criação de uma cimeira entre a Ásia e a Europa.

Os motivos da criação desta cimeira eram evidentes: o desenvolvimento da Ásia como potência económica, o interesse mutuo em manter um sistema comercial multilateral aberto e contrabalançar o unilateralismo dos EUA. A ideia era que uma

relação equilibrada entre estas duas regiões promoveria uma maior estabilidade e prosperidade a nível mundial.

A cimeira inaugural da ASEM, em Março de 1996, revelou-se um importante ponto de partida, com o desenvolvimento de um variado leque de iniciativas e actividades que ainda hoje constituem a referência básica do chamado processo ASEM.

A abundância de actividades no rescaldo desta cimeira reflectiu o entusiasmo e optimismo inicial das partes envolvidas. No entanto, existe cepticismo no que respeita à sustentabilidade do processo, a longo prazo, receando-se que este seja mais forma do que substância.

De qualquer forma, esta cimeira veio, efectivamente, colmatar a falta de um fórum adequado para a troca de perspectivas sobre assuntos de interesse comum entre a Europa e a Ásia.

Para os asiáticos, esta cimeira simboliza o novo estatuto da Ásia a nível mundial e o reconhecimento do mesmo pela Europa, bem como a sua demonstração a nível mundial. Para os europeus, foi a tão desejada re-aproximação, já tardia, ao continente asiático e, igualmente um acesso facilitado aos tão desejados mercados asiáticos.

Para todos os efeitos, o sucesso da ASEM é considerável, porque quase todos os compromissos específicos tomados durante a cimeira inaugural foram levados a cabo e o leque de iniciativas derivado das cimeiras subsequentes criaram um processo continuado que parece confundir mesmo os maiores críticos, onde o aparente funcionamento saudável da ASEM reforça ainda mais a percepção de que esta iniciativa está para durar.

No entanto, subsistem as críticas dos detractores aos resultados a curto prazo. Embora não seja negado de todo, o processo ASEM, estes acreditam que o processo não pode ser sustentado sem resultados concretos, pois questionam o valor de reuniões que por vezes nada produzem.

Com a eclosão da crise económica asiática, muitos questionaram as motivações económicas subjacentes a esta cimeira. Aparentemente, a ASEM sobreviveu ao pior da crise asiática mas a dúvida persiste: O que se seguirá? Poderá a ASEM continuar sem uma reavaliação dos seus pilares básicos?

Foi notório, o desinteresse e o declínio de entusiasmo no que respeita à ASEM ao nível político depois da crise asiática e também na sequência da crescente preocupação europeia com o alargamento aos países de Leste. A ASEM necessita de

uma reavaliação das relações Europa-Ásia e de dar maior ênfase não só à economia, mas também aos Direitos Humanos e à democratização.

A ASEM permanece, apesar de tudo, um processo vagamente organizado, sendo assim de fácil crítica por parte dos detractores que focam sempre a sua fraca especificidade. Só a criação de um corpo mais formal pode cimentar a ASEM, ou seja, a institucionalização da cimeira. A existência de diferentes níveis de interesse no seio da ASEM suscita a dúvida se haverá uma política de continuidade relativamente à ASEM, se não houver o tão discutido enquadramento formal a unir os membros. Mas a oposição a este ponto de vista prefere manter o processo informal em lugar de se optar por uma institucionalização prematura.

Os líderes da ASEM terão que resistir à tentação de basear a ASEM unicamente em motivações económicas, porque estas poderão não sustentar por si só o processo, havendo o risco de ruptura no caso de sucederem perturbações económicas, conforme provou a crise asiática de 1997, podendo pôr em causa a redescoberta entre a Europa e a Ásia.

Capítulo IV

Relações entre Europa e Ásia

1. As relações entre a Europa e a Ásia

As relações entre a Ásia e a UE devem ser consideradas no contexto da parceria no âmbito das Cimeiras entre a Ásia e a Europa (ASEM), do diálogo EU-ASEAN e das relações bilaterais entre UE e os diferentes países da Ásia”

De acordo com a PESC, principais objectivos da EU nas relações com outros países são:

- Salvar os valores comuns, os interesses fundamentais, a independência e a integridade da União;
- Reforçar, por todas as formas, a segurança da União;
- Preservar a paz e reforçar a segurança internacionais;
- Promover a cooperação internacional;
- Desenvolver e consolidar a democracia, o direito e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais;

Nesse contexto desde 1994, data em que iniciou o diálogo com a Ásia, a União tem contribuído para a paz e a segurança na região.

Por outro lado, as relações comerciais da União com a Ásia têm vindo a intensificar-se sendo que hoje, é o 4º maior destino do investimento da União e o seu segundo maior parceiro comercial.

Japão, Hong Kong, Tailândia, Coreia do Sul, Índia e China são os destinos preferenciais do investimento europeu na Ásia.

As relações comerciais entre a União Europeia e a Ásia atingem valores de tal forma elevados que se pode concluir que essas relações são de importância crítica para ambas as regiões.

Ao nível da cooperação, a União europeia é a maior fonte oficial de apoio ao desenvolvimento do mundo e, no que se refere à Ásia, é o segundo maior dador.

As relações UE – Ásia dão-se cada vez mais a vários níveis: económico, político, social e cultural, e de forma mais intensa e duradoura, embora, a grande maioria das políticas económicas entre a União e a ASEAN continuem a ser conduzidas entre países individualmente e não como um todo colectivo. Este comportamento por

parte dos países da União denota alguma incongruência reforçada, muitas vezes, pelo facto da Presidência do Conselho de Ministros ser rotativa.

O diálogo entre a UE e a Ásia através da ASEAN, pode ser o início da abertura ao diálogo com outros países asiáticos. De facto, com o fim da Guerra-fria, as prioridades de ambas as partes alteraram-se assim como as suas prioridades. Assim, Novembro de 1978 marcou o início do diálogo que levou à estipulação de uma certa periodicidade para as reuniões da ASEAN terem lugar.

Em 1980 realizou-se uma verdadeira proeza. Foi concluído um Acordo de cooperação em que a União dispôs de alguns fundos para o incentivo do comércio, para a criação de “*joint ventures*” através do Banco Europeu de Investimento, para a formação industrial e para o desenvolvimento de recursos humanos bem como cooperação científica e técnica. Em Julho de 1994, após um período de estagnação das relações devido aos acontecimentos de Tiannamen, a Comissão submeteu ao Conselho um documento intitulado “*towards a new Ásia strategy*” que dava prioridade á Ásia. Estabelecia as prioridades políticas e uma lista de prioridades “funcionais” como o controlo de armamento, os direitos humanos, as drogas e o fortalecimento da presença económica da UE na Ásia.

Hoje, e apesar da ASEAN ser o pilar das relações UE – Ásia, a União tem vindo a desenvolver novos contactos com países asiáticos, nomeadamente aqueles que não fazem parte daquele fórum e tem vindo a estabelecer relações com outras manifestações de regionalismo como sejam a APEC e a ASEAN.

Em conclusão, é de referir que na Ásia se pratica uma forma de integração económica denominada regionalismo aberto e que consiste num “processo de cooperação regional cujo resultado é não só a redução das barreiras internas à interacção económica mas também a redução das barreiras externas às economias que não fazem parte do projecto regional e que, por definição, formarão um bloco e contribuirão para uma economia mais livre. O regionalismo aberto pressupõe que se reconhece a força do mercado na promoção do comércio intra-regional e que se aceita o papel que os governos têm a desempenhar na promoção do mesmo.

1.1. O agrupamento Europeu de Interesse Económico

A criação de um AEIE teve como principal objectivo formar uma entidade legal com vista à facilitação e ao incentivo da cooperação transfronteiriça.

Assim, 2º o Regulamento (CEE) 213/85 do Conselho, de 25 de Julho de 1985, relativo à instituição de AEIE, procura-se “*facilitar e desenvolver a actividade económica dos seus membros através de uma reunião de recursos, das actividades e das capacidades de cada um, no sentido da obtenção de melhores resultados que os obtidos na sequência das actividades desenvolvidas isoladamente.*”

De facto, este tipo de agrupamento que não pode empregar mais de 500 pessoas é composto por, no mínimo, dois membros e não pressupõe a obtenção de lucro.

No que respeita ao financiamento deste agrupamento, uma vez que, como referido anteriormente, não há obtenção de lucros próprios e não é possível o recurso ao investimento público, compete aos membros encontrarem soluções alternativas.

De forma sintética, O AEIE pode ser encarado como um consórcio, constituído por, pelo menos, dois parceiros provenientes de estados membros diferentes.

1.2. “Ásia Invest”

Este programa foi criado pela UE com a finalidade de promover e apoiar a cooperação nos negócios entre a Ásia e a União. Assim, promove a assistência a organizações intermediárias facilitando parcerias mutuamente benéficas e promove a elaboração de acordos de cooperação entre empresas, especialmente PME’s.

É um programa quinquenal e teve a sua primeira fase entre 1997 e 2001. O ano de 2003 foi um período de reavaliação do programa, sendo que os programas iniciados na 1ª fase se mantiveram até Dezembro de 2002.

Nesta fase de revisão, para além de se rever os instrumentos do programa, estabeleceram-se os requisitos para a 2ª fase, que terá lugar entre 2003 e 2007, e que têm em vista:

- Aumentar o nº de oportunidades de “interligação” entre negócios;
- Alcançar o desenvolvimento do sector privado da Ásia reforçando a capacidade institucional de resposta às necessidades;
- Fomentar o trabalho interligado e o diálogo entre UE e Ásia.

Na 1ª fase do programa (1997-2000) criaram-se os seguintes instrumentos

1. *Business Priming Fund* → Fornece esquemas para ajudar as empresas europeias e asiáticas a firmarem alianças. A título de exemplo podem-se indicar: Market-Place Monitoring, Language and Business Culture Familiarisation e Technical Assistance.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

2. *Ásia Invest Fórum* → Informa os negociadores europeus, através de workshops e seminários, das oportunidades para os diversos sectores na Ásia.
3. *Ásia Interprise e Ásia Business Meeting* → Reuniões com o objectivo de informar e ajudar ao estabelecimento de parcerias entre empresas europeias e asiáticas.
4. *Ásia Investment Facility* → Pesquisa por sector e país para identificar, avaliar e promover oportunidades de investimento na Ásia, junto de investidores europeus.
5. *Ásia – Invest partenariat* → Eventos multi-sectoriais em larga escala para facilitar o diálogo entre países da UE e da Ásia.

Os instrumentos usados na 2ª fase, têm em vista as necessidades das empresas asiáticas relativamente à cooperação económica com os parceiros europeus e as necessidades dos investidores europeus em entrar e aumentar o seu mercado na Ásia.

1. *Asia Venture* → Encontros de negócios de pequena escala nos países menos desenvolvidos;
2. *Ásia Interprise* → Encontros em média escala, de sector único ou multi-sectorial para ajudar as empresas asiáticas e europeias a encontrar os seus parceiros;
3. *Ásia Partenariat* → Encontros em grande escala, na Ásia, para facilitar parcerias entre empresas asiáticas e europeias.
4. *Ásia-Invest Technical assistance* → Dotação das companhias asiáticas das capacidades necessárias para a cooperação envolvendo transferência de Know-how e para o estabelecimento de associações de empresas entre os dois continentes;
5. *Ásia-Investment e Trade Facilitation Studies* → Verificação da existência de ambiente propício ao investimento através do estudo de mercado.
6. *Ásia-Invest Alliance* → Construção de capacidades de trabalho em ligação a outros intervenientes (Europeus) junto dos parceiros asiáticos;
7. *Ásia-Invest Fórum* → Workshops e conferências envolvendo os intermediários na transferência de praticas e experiências com autoridades publicas e com o sector privado.

No programa Ásia-Invest podem participar candidatos dos 15 Estados membros da EU e de 18 países da Ásia do Sul e sudeste, nomeadamente, Afeganistão, Bangladesh, Butão, Brunei, Camboja, China, Índia, indonésia, Laos, Malásia, Maldivas, Nepal, Paquistão, filipinas, Singapura, Sri Lanka, Tailândia e Vietname.

1.3. Ásia IT&C

Trata-se de um Programa de Tecnologias de Informação e Comunicação da Ásia, que foi lançado em Outubro de 1999 pela UE, com a finalidade de financiar parcerias mutuamente benéficas, na área das tecnologias de informação e comunicação, entre a UE e a Ásia.

Nessa medida, é necessário intensificar a cooperação entre estas duas regiões, porque se reflecte ao nível das relações económicas e possibilita a integração de países do sul e sudeste asiático na sociedade global de informação.

Este projecto aplica-se em domínios tão diferentes como a agricultura, a educação, a saúde, os transportes, o comércio electrónico, a robotização, a segurança social ou o turismo. Possui 6 componentes:

- Get-in-touch & Keep-in-touch;
- Sociedade de informação interconectada;
- Cursos universitários de curta duração;
- Ligação aos projectos e iniciativas europeias de IT&C;º
- Melhoria da compreensão das estruturas legislativas;

Projectos d Programa de Tecnologias de Informação e comunicação da Ásia, foi lançado em Outubro de 1999 pela EU com a finalidade de financiar parcerias mutuamente benéficas, na área das tecnologias de informação e comunicação, entre a EU e a Ásia.

Intensificar a cooperação entre estas duas regiões é necessário, porque se reflecte ao nível das relações económicas e possibilita a integração de países do sul e sudeste asiático na sociedade global de informação.

Este projecto aplica-se em domínios tão diferentes como a agricultura, a educação, a saúde, os transportes, o comércio electrónico, a robotização, a segurança social ou o turismo. Possui 6 componentes:

- Get-in-touch & Keep-in-touch;
- Sociedade de informação interconectada;
- Cursos universitários de curta duração;
- Ligação aos projectos e iniciativas europeias de IT&C;º
- Melhoria da compreensão das estruturas legislativas;
- Projectos com demonstração pratica.

Objectivos:

- Envolver a Ásia na pesquisa e implementação de iniciativas da Sociedade de Informação Europeia;
- Comprometimento de longo tempo de intervenientes europeus e asiáticos;
- Aumentar o número de actividades europeias localizadas na Ásia;
- Fornecer os níveis apropriados e suficientes de apoio financeiro público e maximizar o envolvimento de fundos privados;
- Promover a compreensão mútua das respectivas culturas, línguas e sociedades.

Para cumprir estes objectivos, foram criadas as seguintes 6 linhas de acção:

1. Linha de Acção I → Sociedade baseada nas IT&C
Inclui iniciativas de tradução e desenvolvimento de programas multimédia que sirvam as sociedades asiáticas
2. Linha de Acção II → Ensino à distância
Serão feitas as adaptações programáticas necessárias em cooperação com os países asiáticos, para que satisfaçam ambos os intervenientes.
3. Linha de Acção III → Cuidados de saúde
Pretende-se identificar, desenvolver e aplicar as IT&C na telemedicina, para que possa haver troca de conselhos e estudos.
4. Linha de Acção IV → Gestão de transportes
A aplicação das IT&C nos transportes, especialmente urbanos, é uma necessidade nos países asiáticos.
5. Linha de Acção V → Agricultura
As IT&C podem ser muito úteis na agricultura uma vez que podem ser usadas em estudos de melhoria das produções e combate aos contratemplos.
6. Linha de Acção VI → Estimulo à criação de projectos IT&C e gestão do programa na sua globalidade
A criação de um centro regional de IT&C é vital para a coordenação das actividades entre a UE e a Ásia.

Este projecto prevê-se ser implementado em três fases. A primeira correspondendo à criação do centro regional de IT&C, a segunda fase, corresponde ao início dos projectos enquadrados nas linhas de acção I a V e, por fim, a criação de entidades de apoio independentes ou semi-independentes como fase final.

As candidaturas têm que ser apresentadas por, no mínimo, dois países europeus e um asiático e podem candidatar-se ONG's, Organizações nacionais e regionais, Institutos de Investigação, Universidades, Associações de profissionais e câmaras de

comércio, podendo participar os Estados membros da UE e Afeganistão, Bangladesh, Butão, Brunei, Camboja, China, Índia, indonésia, Laos, Malásia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Tailândia e Vietname.

1.4. Ásia LINK

É uma iniciativa da UE para promover a criação de uma rede regional e multilateral, entre instituições de ensino superior dos países da UE e 17 países do Sul e Sudeste asiático, nomeadamente, Bangladesh, Butão, Brunei, Camboja, China, Índia, indonésia, Laos, Malásia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Tailândia e Vietname.

Pretende-se, dentro do contexto da Comunicação da Comissão Europeia “*Europe and Ásia: A Strategic frame work for Enhanced Partnerships*”, a compreensão recíproca e o reforço da consciência mútua das perspectivas culturais e europeia e asiática para alcançar a cooperação no sector da educação superior.

O programa Ásia link é um instrumento de apoio a projectos de cooperação organizados e bem definidos. Espera-se que dessa cooperação resultem efeitos positivos na participação de instituições e sistemas.

O apoio dado pode ser de 2 tipos: bolsas de estudo ou fornecimento de informação.

As bolsas serão dadas tendo em vista:

- Melhoria das capacidades de alunos, professores e pessoal administrativo;
- Promoção das trocas de experiência e encorajamento à apreciação mutua dos programas de estudo;
- Aumento da consciência das oportunidades no sector e desenvolvimento de ligações que poderão ser benéficas na cooperação económica.

As bolsas serão distribuídas por áreas de interesses:

- Desenvolvimento de recursos humanos (com duração entre 12 e 36 meses)
- Desenvolvimento curricular (com duração entre 12 e 36 meses)
- Desenvolvimento Institucional e do Sistema /com duração entre 6 e 36 meses)

Podem candidatar-se grupos de instituições do ensino superior compostos, no mínimo, por três membros (dois países da UE e um da Ásia), redes de instituições de ensino superior com sede num dos países elegíveis e instituições de ensino superior regionais.

Os beneficiários directos são os alunos, corpo docente, administradores e directores das variadas instituições.

1.5. Ásia PRO ECO

A Ásia é a região com maior potencial de crescimento e isso reflecte-se na enorme pressão sobre os seus recursos naturais. Assim, a cooperação no âmbito do ambiente pode ser muito vantajoso quer para a Ásia quer para a Europa.

Este é um programa lançado pela EU em 2002 e por cinco anos que tem por base o Programa “*Ásia Eco Best*”, que terminou em 2002.

Este projecto tem por missão reforçar o dialogo ambiental entre a UE e a Ásia, e encorajar a adopção de políticas, tecnologias e praticas que promovam soluções para os problemas ambientais da Ásia de forma mais limpa, sustentável e aproveitando melhor os recursos.

Isto poderá ser conseguido através da transferência de conhecimentos e melhores técnicas e também através de investimento sustentado de longo prazo e do benefício mútuo nas trocas comerciais entre a Ásia e a UE.

Existem 3 tipos de projectos que podem candidatar-se a bolsa:

- **Actividades de Diagnostico**

Para candidatos que desejem fazer estudos de melhor pratica/maior eficiência das empresas, inquéritos, análises de mercado.

- **Parceria na Tecnologia**

Para candidatos que pretendam partilhar praticas e procedimentos bem como informação técnica, através de seminários, cursos práticos, workshops, publicações.

- **Actividades de Demonstração**

Para candidatos que procurem demonstrar a viabilidade de determinado projecto ou técnica, assim como a sua viabilidade económica.

O programa está aberto a organizações sem fins lucrativos públicas ou privadas, por ex., Câmaras de Comercio, Associações de Comercio e Industria, Institutos e Universidades, ONG's.

Podem participar candidatos dos países membros da UE e dos seguintes países asiáticos: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Camboja, China, Índia, indonésia, Laos,

Malásia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Tailândia e Vietname.

1.6. Ásia URBS

Este programa foi estabelecido pela UE como um instrumento de cooperação descentralizada (Cidade a cidade), em 1998 e seguindo a estratégia de 1994 da Comissão Europeia para a Ásia. É um programa cultural suportado quer pelos fundos do desenvolvimento da UE, quer pelos da economia, onde podem participar os países da UE, a China e os países do sul e sudeste asiático.

Pretende-se a consolidação da participação da UE no desenvolvimento socio-económico da Ásia, através do apoio às autoridades locais e designadamente através do financiamento de projectos experimentais (dois anos de duração) no âmbito da gestão urbana, desenvolvimento urbano, meio urbano e redução da pobreza urbana. São também financiados estudos com duração de 6 meses e com o propósito dos projectos.

A este respeito deve referir-se, que durante a Cimeira do Rio de 1992, se concluiu ser fundamental a participação conjunta da sociedade civil e das autoridades locais para a criação de políticas e programas eficientes para o desenvolvimento sustentável.

Os objectivos básicos do programa são:

- Co-financiamento de parcerias de autoridades locais para que possam levar a cabo projectos de desenvolvimento urbano;
- Promoção da interligação destes projectos e da partilha de conhecimentos e experiência.

As bolsas são dadas às autoridades locais que tenham formado uma parceria com pelo menos duas autoridades locais europeias e uma asiática, e que apresentem projectos que se enquadrem dentro dos objectivos já mencionados.

A participação de outras entidades (ONG's, entre outras) pode verificar-se, mas enquanto “parceiros” e não como intervenientes directos. Os projectos devem, ainda, cobrir uma ou mais áreas de cooperação, serem nitidamente direccionados para um fim que deverá sempre beneficiar a comunidade local.

De facto, o “*focus*” deste tipo de projectos deve ser uma determinada área geográfica e pode interessar-se por problemas como a saúde, o desenvolvimento policial, a reabilitação de imóveis, sistema sanitário e fornecimento de água.

1.7. AUNP (Rede de Universidades ASEAN-EU)

Este programa foi lançado em Janeiro de 2000, com base no diálogo político de alto nível entre a União Europeia e a ASEAN.

Participam neste programa, os Estados membros da EU e 9 países da ASEAN, Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Singapura, Tailândia e Vietname. Tem como objectivos, a promoção da cooperação entre instituições de ensino superior dos países da ASEAN e da EU, promover a integração dos países adentro da ASREAN e fortalecer o conhecimento das diferentes perspectivas culturais das duas regiões. Pretende-se ainda, a formação de recursos humanos com preparação académica e profissional. Os principais beneficiários deste programa, são estudantes pós-graduados, professores, tutores, directores/administradores relacionados com instituições de ensino, comunidade académica no geral e instituições de ensino superior.

Existem duas formas de apoio:

- Bolsas de estudos;
- Iniciativas através da rede de trabalho.

O Programa divide-se, ainda, em 3 componentes para as quais pode ser atribuído bolsa de estudo, tendo em atenção o mutuo interesse ASEAN-UE:

- Pesquisa aplicada;
- Desenvolvimento de recursos humanos;
- Desenvolvimento curricular.

Dentro da Pesquisa Aplicada, as bolsas são entregues a projectos de grande qualidade, que envolvam a colaboração das duas regiões para que sejam mobilizados esforços, peritos e recursos de ambas as comunidades académicas. Como exemplos deste tipo de iniciativas pode-se apontar a partilha de resultados de pesquisa, publicação conjunta de estudos, facilitação na mobilidade de professores e estudantes pós-graduados.

Podem ser atribuídas bolsas a projectos que se enquadrem no Desenvolvimento de Recursos Humanos, e que tenham como objectivo melhorar as capacidades do pessoal docente das universidades, especialmente os mais jovens.

Para tal, podem ser empreendidas acções de formação de curta duração, programas intensivos de recolha e preparação de material pedagógico, investigação para teses de mestrado e doutoramento.

Relativamente ao Desenvolvimento Curricular, serão concedidas bolsas a projectos de cooperação no desenvolvimento de novos cursos bem como melhoria dos já existentes. Estes projectos devem ser inovadores e relacionarem-se com actividades de preparação de curricula e materiais pedagógicos.

2. A União Europeia

No que respeita à União Europeia, a sua realidade política dificilmente será inserida numa qualquer tipologia sobre sistemas políticos, devido ao seu carácter único no seio das entidades e formas políticas conhecidas. Já que teve origem histórica após a II Guerra Mundial, sendo que ao nível da formulação intelectual em termos de projecto, representa uma constante na História do Continente Europeu.

O processo de integração europeia baseia-se numa primeira fase, na necessidade que os vários países europeus sentiam em coordenar as suas acções no que concerne ao Plano Marshall de 1947, dado ser um programa de cooperação económica financiado pelos EUA com dois objectivos distintos:

- a) Um de cariz altruísta, porque a ajuda financeira promove a reorganização dos estados europeus, delapidados pelo esforço de guerra.
- b) Numa óptica de expansão do poderio norte-americano, representando objectivamente a dimensão dos mercados em que operam as suas empresas

Neste contexto foi criada, a Organização Económica de Cooperação Europeia (OECE), para gerir os fundos oriundos do Plano Marshall, tornando-se mais tarde na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Estando portanto, na génese europeia a par da declaração de 9 de Maio de 1950, quando o Ministro dos Negócios estrangeiros da França, Robert Schuman, convida a Alemanha para o aproveitamento partilhado da bacia carbonífera do Rürh, constituído a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

Na senda dessa “Declaração Schuman”, viria em 1951, a nascer com o Tratado de Paris, a CECA, com seis países fundadores: Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo.

Sendo posteriormente criadas, pelo Tratado de Roma, em 1957, a Comunidade três comunidades, com objectivos e áreas de acção distintas: a Comunidade Económica Europeia (CEE), centrada nas actividades económicas; a Comunidade Europeia de Energia Atómica (Euratom), na área nuclear e a CECA, supra referida.

Nas décadas seguintes procedeu-se a vários alargamentos, bem como a realização do Mercado Interno Europeu, a criação de uma União Económica Monetária e o estabelecimento de uma Carta Social, através do Acto Único Europeu (AUE) de 1986. Com o Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia (TUE), aprovado na cimeira realizada na mesma cidade holandesa, em Dezembro de 1991, promove-se um aprofundamento da cooperação e integração do projecto europeu, com a criação da União Europeia (EU). Uma vez que, veio modificar os tratados das Comunidades europeias, extravasando pela primeira vez, o âmbito económico que presidiu à criação da CEE e lançando os alicerces para a união europeia entre os Estados Membros. Tendo como pressupostos a criação de uma UEM, uma união política entre os estados membros, assente na cidadania europeia, uma PESC, uma política europeia em relação à Justiça e Assuntos Internos (JAI), no alargamento das competências das instituições comunitárias e no respeito pelo princípio da subsidiariedade. Vindo a alicerçar-se em três pilares:

- a) O pilar comunitário, central, que deriva directamente dos tratados de Roma;
- b) O segundo pilar de índole intergovernamental, responsável pela PESC;
- c) O terceiro pilar, igualmente intergovernamental e debruçado sobre assuntos de Justiça e Assuntos Internos (JAI).

Após o tratado de Amesterdão de 1997, os momentos marcantes vividos pela União Europeia foram o Tratado de Nice, de 2001, que veio preparar o quinto alargamento, permitindo em 2004, a adesão à Hungria, polónia, Chipre, malta, Republica Checa, Eslováquia, Eslovénia, Letónia, Estónia e Lituânia.

2.1. A integração europeia e a teoria das Relações Internacionais

Segundo Maria João Militão Ferreira⁵¹, “*o fenómeno da integração europeia desafia a teoria clássica das relações internacionais*”, levando-nos a considerar que este tema despoleta o mais aceso debate académico na área das relações internacionais.

As várias teorias das relações Internacionais vão, desde meados dos anos 50, debruçar-se sobre o estudo da integração regional, na sua vertente europeia. Numa primeira fase, o debate é totalmente marcado por duas posições antagónicas: o intergovernamentalismo, fundado sobre o racionalismo, e o supra-nacionalismo, baseado nas

⁵¹ FERREIRA, Maria João Militão, “A política externa Europeia – uma reflexão sobre a União Europeia como actor internacional”, Lisboa, ISCSP, 2005, p.53.

teorias funcionalistas e neofuncionalistas. Hoje, o debate é essencialmente marcado pelo confronto entre teorias racionalistas e o construtivismo social.

Na opinião da autora supracitada, *“a integração europeia demonstra bem a convergência entre o neo-realismo e neoliberalismo, pela reificação que ambas as teorias, na sua análise ao processo europeu, evidenciam em relação ao racionalismo”*⁵². As diferenças entre estas duas teorias baseiam-se, sobretudo, na conceitualização dos ganhos que os estados conseguem participando num processo de integração.

Neste contexto, a autora refere que *“o neofuncionalismo comunitário deseja a criação de um Estado Europeu”*⁵³, numa deriva federal que António de Sousa Lara⁵⁴ afirma ser pouco evidente, justificando esta posição de que *“a Europa não é comparável aos EUA, ao Brasil ou à Austrália.”*

O certo é que, *“a integração europeia é um processo irregular, assimétrico e não linear, em que a sua complexificação levou a conceitos como a subsidiariedade e a cooperação reforçada fossem adoptados, num esforço de adequação das práticas de integração à realidade de mesma”*⁵⁵.

3. As relações Sino-Europeias

A União Europeia tem vindo a prestar cada vez mais atenção e a dar importância à sua relação com a China. Iniciada em 1975, quando a então Comunidade Europeia estabeleceu relações diplomáticas. A relação Sino-Europeia desenvolveu-se, numa primeira fase, apenas no domínio económico. Esta fase tem o seu ponto mais alto com o acordo de 1985, que vem enquadrar as relações económicas, quer ao nível comercial quer ao nível da cooperação económica, entre essas duas entidades, vigorando até hoje.

No entanto, esta relação é igualmente marcada pelo contexto internacional vigente nas décadas de 70 e 80 do século XX – marcadas pela guerra-fria. O bipolarismo em que a comunidade Internacional estava mergulhada vem, enquadrar as relações entre a então, Comunidade Europeia e a China nas relações que ambas desenvolviam com as superpotências em conflito.

⁵² Idem, p. 54.

⁵³ Idem, p. 60.

⁵⁴ LARA, António de Sousa, “Novos Escritos Políticos”, Pedro Ferreira, Rio de Mouro, 1997, p. 108

⁵⁵ FERREIRA, Maria João Militão, top. Cit., p. 61.

Com a queda do muro de Berlim e o desmembramento da U.R.S.S., assim como das alianças em esta estava envolvida, as relações Sino-Europeias deixam de estar na penumbra do confronto bipolar até a vigente.

A partir de meados dos anos 90, concretamente em 1994, a China passa a ser vista como parceiro estratégico da União Europeia, e um Estado com o qual a União quer aprofundar as suas relações. É a partir desta altura que se começa a desenhar o eixo emergente das relações internacionais. Uma relação de enorme importância a nível económico, a nível político e a nível estratégico, que se baseiam em quatro pressupostos básicos⁵⁶:

- a) A similitude da situação vivida por ambos os actores durante a Guerra-fria, que faz com que exista uma simpatia e vontade mutuas de aprofundar os laços entre si;
- b) A complementaridade económica entre ambos;
- c) O multilateralismo como forma de contextualizar as suas relações externas e acção política dos EUA;
- d) A não existência de interesses estratégicos da União Europeia, na área de influencia chinesa, o que leva à não existência de uma conflitualidade latente a esta relação.

Estes pressupostos estão presentes nas mais variadas acções de cooperação e diálogo que, desde a primeira comunicação da Comissão sobre as relações Sino-Europeias, têm sido desenvolvidas entre as partes. Podemos destacar alguns factos que são representativos da importância desses pressupostos, como as negociações para a adesão da China à Organização Mundial de Comércio (OMC)⁵⁷. Em que a União Europeia demonstrou um grande empenho, assim como a questão levantada a propósito da liberalização dos têxteis, no quadro da OMC, sendo resolvida através do diálogo e da negociação. Também as questões do Tibete e de Taiwan, em que União Europeia se pronunciou pela resolução de forma pacífica. Além de se manter uma cooperação a nível técnico e científico entre União Europeia e China, com o exemplo do Projecto Europeu de Navegação por Satélite – Galileu, e o ITER – Projecto de cooperação internacional em matéria de fusão termonuclear.

⁵⁶ Cf. www.brookings.edu/views/articles/shambaugh/20040901.pdf

⁵⁷ Sobre esta Organização, consultar: RAINELLI, Michel, “A Organização Mundial do Comércio”, 1ª Edição portuguesa, Terramar, Lisboa, 1998.

Assim, analisar-se-ão quais os objectivos da União Europeia. Reflectindo em primeiro lugar na visão que a união tem deste parceiro estratégico. Devemos então reflectir nos momentos que marcaram a evolução desta parceria, não esquecendo que esses momentos coincidem, na maioria dos casos, com as comunicações da Comissão Europeia sobre o estado da relação sino-europeia e sobre os objectivos que a União pretende atingir com esse relacionamento, assim como pelas relações do Governo Chinês em relação a esta parceria estratégica estabelecida entre a china e a União Europeia.

Far-se-á também uma análise da posição chinesa, tentando descortinar a importância que a União Europeia tem na política externa chinesa e na percepção que ela terá das recentes evoluções no quadro das relações internacionais.

3.1. A posição da União Europeia

A União Europeia percebe a China como um parceiro estratégico a variados níveis (político, económico e militar), tendo aprofundado a sua relação, nomeadamente, na última década. Com a comunicação da Comissão em 1995, a União retoma, agora com maior vigor e num âmbito de acção mais alargado, a sua relação com a China. Esta relação é marcada pelas várias Comunicações da Comissão⁵⁸, que marcam os momentos em que a União Europeia avalia os desenvolvimentos da própria relação, e dos seus intervenientes, assim como adequa os seus objectivos à evolução da relação e da situação internacional.

Convém também lembrar, as palavras de François Heisbourg:

“(...) the tools which Europe can bring to bear vis à vis China today, and in the foreseeable future, are those of soft power, of influence and engagement, rather than forces of hard power with which the US is singularly well endowed in East Asia”⁵⁹.

Ao nível de estratégia utilizada para abordar a China, a União Europeia dispersa os instrumentos utilizados por três níveis de actuação:

- a) A integração da China em Organizações e Fóruns Internacionais, sendo que a União Europeia promoverá acções visando uma maior proactividade da

⁵⁸ “Building a comprehensive Partnership with China”, COM (1998) in www.eu.int/comm/external_relations/com_98/index.htm.

⁵⁹ www.brookings.edu/fp/projects/europe/forumpapers/heisbourg.pdf.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

China na cena internacional, condizente com a crescente importância económica e política da China;

- b) O desenvolvimento do dialogo bilateral entre a China e a União Europeia, promovendo assim o aprofundamento das relações Sino-Europeias e aumentando a influência da União junto da China;
- c) O apoio á melhoria das condições de vida na China e da capacidade do aparelho de estado de fazer face a vários problemas, como a falta de coesão social, as disparidades económicas, entre o litoral e o interior.

Isto vem evidenciar a importância que a União confere á relação com a China, que François Heisbourg⁶⁰ considera relativa tendo em conta as relações com outros Estados, que em importância e poder, se poderão colocar no mesmo patamar que a China, a saber: os EUA, a Rússia e o Japão.

Por outro lado, se considerarmos que a União Europeia e a China colaboram activamente no quadro da OMC e da ASEM (Ásia-Europe Meeting), sendo que a União ainda participa no ARF (Ásia Regional Fórum), do qual a China faz parte, a não colaboração em Fóruns ou Organizações Internacionais prestigiadas não fará sentido. Então, sendo a China parceiro estratégico, esse estatuto permite afirmar, com alguma segurança, que a China tem direito ao mesmo grau de atenção que os EUA ou a Rússia, segundo exemplifica Heisbourg.

Uma vez que a Política Externa Europeia é algo recente, no quadro do processo de integração, e em que os mecanismos de decisão sobre a definição de estratégias comuns passam pela obtenção de consensos, no que diz respeito à China, torna-se difícil pela conjuntura actual, obter o desejado consenso. Pelo que poderão ser encarados cinco factores que podem influenciar as posições dos estados membros com a China:

- a) A herança histórica, a exemplo de Portugal e Reino Unido, ao manterem até 1999 e 1997, respectivamente, presença na China, através de Macau e Hong Kong;
- b) As diferentes sensibilidades políticas por parte dos estados membros em relação a alguns assuntos;
- c) Os diferentes interesses estratégicos, que os vários Estados membros têm em relação à China, como o exemplo, da França e Reino Unido, como membros do Conselho de Segurança da ONU;

⁶⁰ Idem

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

- d) A questão de Taiwan, que é tratada de forma diferenciada pelos estados membros, podendo ser percebido pela China como uma afronta ao princípio de unicidade do seu território, já que do seu ponto de vista faz parte do seu território;
- e) A concorrência em matéria comercial. Apesar de esta ser uma área sob a direcção da Comissão, através da Política Comercial Comum, os estados membros não abdicam de lutar por posições de dominância absoluta ou relativa, em determinados mercados.

Podemos então avançar para os objectivos da União Europeia nesta relação com a China. Essa definição remonta a 1995, aquando da Comunicação da Comissão⁶¹:

- a) Ajudar a China a desenvolver-se como actor das relações internacionais, reconhecendo a União Europeia a importância da China como actor forte, responsável e cooperante, nos vários domínios da cena internacional, estando disposta a dar o apoio necessário às suas reformas internas, para permitirem a consagração desse objectivo;
- b) Apoiar a China, e a assumpção do seu papel, nos principais fóruns económicos internacionais (ex: OMC), devido à sua grande dimensão e importância económica, tendo como objectivo último, a abertura do imenso mercado chinês;
- c) Definir o mercado chinês, previsto por inúmeros analistas como o principal mercado mundial a médio prazo, como uma das principais prioridades no que diz respeito ao desenvolvimento e à expansão da actividade económica da União Europeia.

3.2. A posição chinesa

A Política Externa da China (PEC), tem sofrido uma marcada evolução desde a subida ao poder de Deng Xiaoping, em 1978. Até esse momento, a PEC era marcada pelos ditames revolucionário de Mão, em que a negação das superpotências, a preferência por ligações a Países em vias de desenvolvimento (PVD's) e a negação da estrutura, bipolar, do sistema internacional, eram algumas das características básicas da PEC⁶². Com a subida de Deng ao poder, a integração da China na Comunidade

⁶¹ www.eu.int/comm/external_relations/china/com01_265.pdf

⁶² Cf. www.rand.org/pubs/conf_proceedings/2005/RAND_CF199.pdf

Internacional passa a ser o grande objectivo. Sendo assim, durante a década de 80, a China passa a dar prioridade às relações com os países desenvolvidos, nomeadamente, EUA, Japão e países europeus. Assim como inicia a participação em instituições internacionais.

Já na década de 90, a China numa tentativa de limpar a sua imagem internacional, muito danificada com os acontecimentos em 1989 na praça de Tianmen, começa a desenvolver uma política externa mais proactiva, baseada numa visão mais moderada e menos adepta das teorias da conspiração, do ambiente estratégico regional e internacional. Estas mudanças vão ser visíveis através da expansão das relações bilaterais, nomeadamente com as Organizações Internacionais, quer no quadro global das Nações Unidas (ONU), quer no quadro regional (ASEAN, ARF, SCO, ASEM). A sua preocupação com as novas ameaças ao nível da segurança internacional, como sejam o terrorismo ou a proliferação de armamento nuclear e por último, a nova abordagem à questão de Taiwan, alicerçada no diálogo económico e militar.

Portanto a PEC (Política Externa Chinesa), que beneficiou de um incremento na comunicação das posições oficiais chinesas no domínio da política externa, ficou profundamente marcada pelas consequências para o sistema internacional com os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 em Nova York. Instalaram-se então cinco mudanças na PEC:

- a) A mudança no pressuposto básico do discurso chinês, que substitui a vitimação pela adopção da mentalidade de uma grande potência;
- b) A aceitação tacita, da hegemonia americana, enquanto poder e não um comportamento;
- c) A prioridade das relações com os Estados mais poderosos numa lógica de “*great power relations*”, face às relações com os países em desenvolvimento;
- d) O aumento de responsabilidades, ao nível internacional, sendo tomado como natural, face ao novo estatuto que a China assume para si mesma;
- e) A necessidade da China ter um papel mais activo na cena internacional.

Assim, num primeiro momento, o processo de integração europeia é acompanhado com interesse pelo governo chinês. Foi assim com Mao, no início da integração europeia, e já na década de 70 com Zhou Enlai e Deng Xiaoping. Todos se manifestaram favoráveis ao processo de integração, porque iria de encontro à teoria dos

“Três mundos”, em que a China era também actor. Para mais tarde desejarem o implemento de um mundo multipolar.

Apesar disto, o projecto europeu foi visto como um peão a jogar e a explorar, pela China, na sua relação com as superpotências. Já que a China concebia a Europa como uma reserva estratégica no seu quadro relacional.

Só na década de 90, é que a China toma consciência de que União Europeia é um actor com um peso cada vez maior na cena internacional, pelo que irá estreitar as relações Sino-Europeias, revendo a sua abordagem face á Europa, tornando-se um interlocutor válido para o governo chinês. Perspectiva reforçada pelo lançamento do Euro, demonstrando-lhes uma certa irreversibilidade da integração europeia.

Em 2003, o governo chinês, publicou pela primeira vez um documento em que define a sua Política Europeia⁶³. Este documento, tem por objectivo formalizar a posição da China sobre aquele que será o papel da União Europeia na cena internacional. Referindo-se que “*A União Europeia desempenhará um dos mais importantes papeis tanto na cena regional como na cena internacional*”. Podendo esta relação prosperar apesar da existência de naturais divergências, sobretudo de nível cultural e de mentalidades.

3.3. A União Europeia e China no século XXI. Que futuro?

A evolução do quadro internacional, em conjunto com a análise das relações Sino-Europeias, permite abordar algumas hipóteses de evolução entre a China e a União Europeia nos anos vindouros.

Irão descrever-se alguns cenários propostos quanto ao futuro da União Europeia e da China, tentando dessa forma dar a conhecer algumas perspectivas sobre o futuro de dois grandes actores internacionais, sob a óptica dos desafios e oportunidades que com probabilidade constituirão a caminhada de ambos face a um futuro, que permanece misterioso e imprevisível.

Na verdade, o século XXI irá ser palco da ascensão de alguns actores na cena internacional, nomeadamente, os dois gigantes asiáticos, Índia e China, o que poderá levantar a questão da constituição de um “século asiático”, contrastando com o século XX, que foi indubitavelmente o “século americano”. Esta situação deve-se em grande

⁶³ Cf., em www.fmprc.gov.cn.

parte ao potencial de crescimento económico desses dois países e o poder de catapultar a região.

O século XXI poderá ser considerado como o século de afirmação da globalização, porque a mesma tende a aprofundar-se em simultâneo com a Mundialização⁶⁴ da economia. Destacando-se também o surgimento de novas multinacionais de origem asiática. Levando à diversificação e ao esbater sociológico do “*american way of life*”, no sentido de este vir a ser eventualmente substituído por um certo tipo de “asiatismo”.

As relações entre a China e a União Europeia podem ser analisadas sob dois prismas: a mudança estrutural das suas relações consolidadas a partir de 2003 e o alcance da parceria estratégica no contexto das outras relações por parte da China.

A prioridade atribuída ao relacionamento bilateral foi reforçada nos últimos anos em sequência da ascensão da China como potência regional potência global emergente com a sua adesão à OMC em 2001.

Tem-se verificado uma mudança estrutural na natureza da relação, como o não reconhecimento do estatuto de economia de mercado à China, bem como uma maior diversificação e densificação, passando-se de uma abordagem meramente mercantilista para uma relação com reforço das vertentes política e de segurança. O peso crescente da dimensão regional associado ao desenvolvimento das relações entre regiões europeias e províncias chinesas alterou também a dinâmica do relacionamento entre a UE e a China no plano económico. Culminando com o cancelamento da Cimeira bilateral de Dezembro de 2008.

Por outro lado, a relação desenvolve-se em três níveis distintos: Comunitário – Nacional – Regional ou local) com graus de tensão e cooperação diferentes.

Também na definição do conteúdo da parceria estratégica e a sua relevância num quadro mais amplo como deve a UE articular com as parcerias estratégicas da China com 5 Estados Membros, entre os quais Portugal? A conclusão não é clara porque estamos ainda longe da UE e a China possuem uma parceria estratégica substantiva, sendo a mesma fortemente condicionada pela evolução na relação EUA-China dado que a relação com UE tem apenas um carácter instrumental para contrabalanço com os EUA.

⁶⁴ Sobre este tema, consultar: ADDA, Jacques, “*A Mundialização da Economia, 2 – Problemas*”, Terramar, Lisboa, 1997.

3.4. A União Europeia no século XXI

No início do século XXI em que vivemos, a União Europeia enfrenta, desafios que nos permitem afirmar que as primeiras décadas deste século serão um teste importante quer para a sua coesão (Com o exemplo do Tratado Reformador da União de 13-12-2007, em Lisboa), quer para a sua capacidade de se projectar externamente. Os problemas internos acabam por ter um certo ascendente sobre a vertente externa porque a solução dos primeiros irá permitir a eliminação de barreiras que travam a maior eficiência, coerência e consistência da política externa da União.

Actualmente, a Europa debate-se com problemas de natalidade, crescimento do desemprego, a integração dos emigrantes no seio da sociedade os países de destino, a redução das disparidades entre regiões, sobretudo com o ultimo alargamento a Leste.

Alem disso a assinatura do Tratado de Lisboa, veio dar um outro enfoque ao fortalecimento da integração europeia. Por estas razões, o século XXI poderá ser o século de afirmação da UE, como modelo de regime político para outras partes do globo, num movimento caracterizado por um certo mimetismo; como superpotência, moldada por um multilateralismo baseado na balança de poderes típica do século XIX; ou então, acabando como mero sistema de relações privilegiadas entre os seus membros.

Existe também uma necessidade da União Europeia desenvolver os mecanismos de adequação à ambiência internacional, nunca esquecendo que não só molda como também é moldada por essa mesma ambiência. Devendo então ser desenvolvido, um programa que lhe permita encarar os seus problemas de frente e estabelecer-se como a maior e mais competitiva economia mundial baseada no conhecimento, como foi proposto pela chamada “Estratégia de Lisboa” no ano de 2000.

As reformas são também necessárias para que a União Europeia responda aos “*inputs*” que o ambiente lhe transmite, correspondendo por isso a uma necessidade de reformas, que conduzam a alterações no quadro internacional, como a ascensão de novos actores internacionais. Outro problema prende-se com a competitividade dos mercados e á crescente desadequação das políticas sociais com a realidade.

Concluindo, a União Europeia deverá apostar na sua capacidade de transformação, isto é, a sua capacidade adaptativa interna, no sentido de se adaptar não só perante as exigências internas como externas. Conduzindo-se a uma capacidade de transformar o próprio ambiente que a rodeia, e também o comportamento dos outros actores internacionais.

4. As relações entre a União Europeia e a Índia

A Índia foi dos primeiros países a manifestar interesse em estabelecer, em 1963, relações com a então Comunidade Económica Europeia. Desde então, os contactos entre ambos têm-se multiplicado.

Sendo neste capítulo apresentada uma breve análise sobre o Estado das relações entre a UE e a Índia, nas vertentes dos diálogos político, relações comerciais e investimento, bem como a nível da cooperação.

4.1.O diálogo político

No ano 2000, sob a presidência portuguesa da EU, realizou-se a primeira cimeira EU-Índia. Sendo um acontecimento marcante na sua história de relação. Até hoje foram realizadas oito cimeiras à razão de uma por ano⁶⁵ e que em seguida se resumem:

- 1ª Cimeira – Lisboa, 2000 – No final é emitida uma Declaração Conjunta, assim como uma agenda para a acção. Sendo igualmente assinado o Acordo de Cooperação para a Aviação Civil entre os dois actores.
- 2ª Cimeira – Nova Deli, 2001 – Foi emitida um comunicado conjunto, assim como uma Agenda para a Acção e uma Declaração contra o terrorismo.
- 3ª Cimeira – Copenhaga, 2002
- 4ª Cimeira – Nova Deli, 2003
- 5ª Cimeira – The Hague, 2004
- 6ª Cimeira – Nova Deli, 2005 –em concreto Foi um marco importante na aproximação entre a Índia e a União Europeia, porque foi emitida uma Declaração Política, assim como um Plano Conjunto de Acção onde pormenorizados os passos que ambos os actores devem dar no sentido de transformar os laços bilaterais já existentes numa “Parceria Estratégica”. O Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso, destacou no seu discurso⁶⁶ o extraordinário desenvolvimento económico conseguido pela Índia, assim como a importância do seu regime democrático, representando para a Índia um reconhecimento internacional.

⁶⁵ Para um estudo mais aprofundado do tema, consultar o site: <http://www.delind.ce.eu.int>

⁶⁶ Cfr. <http://www.thehindu.com/2005/09/07/stories/2005090706291100.htm>

- 7ª Cimeira – Helsínquia, 2006 – Onde foi incluída a implementação do Plano de Acção Conjunta (Joint Action Plan) adoptado na cimeira anterior. Foi também abordada as preocupações quanto ao multilateralismo, alterações climáticas e fontes de energia, combate ao terrorismo e não proliferação nuclear. Assuntos regionais foram também debatidos como Myanmar e o Sri Lanka.
- 8ª Cimeira – Nova Deli, 2007

A EU e a Índia têm encetado cada vez mais diálogos políticos em torno de todo o tipo de questões presentes nas suas respectivas zonas de influência regional. A EU é já o principal parceiro comercial da Índia.

O diálogo político tem vindo a ser assegurado pelas reuniões ministeriais anuais e cimeiras realizadas entre ambos, assim como pela troca de visitas entre parlamentares indianos e europeus.

4.2. Relações comerciais e de investimento

A EU continua a ser o principal parceiro comercial da Índia, representando 21,77% das exportações e 18,33 do total de importações.

A cota de investimento directo estrangeiro (I.D.E.) da EU na Índia é cerca de 25,27%. O investimento feito pela EU tem aumentado substancialmente na última década. Sendo as propostas no sector dos combustíveis, as de maior investimento por parte EU, seguido pelo sector das telecomunicações e a indústria dos transportes em terceiro lugar. A maior colaboração tecnológica tem sido no sector de equipamentos eléctricos.

4.3. Cooperação económica, científica e tecnológica

As iniciativas da Comissão Europeia na área da cooperação visam fortalecer a imagem da EU na comunidade empresarial indiana, no sentido de promover o aumento de investimentos e de contactos realizados entre empresas europeias e indianas, através de uma lista de programas⁶⁷ que abaixo enunciam:

1. Ásia Invest II;

⁶⁷ Para estudo mais aprofundado do tema, consultar o site: <http://www.delind.ce.eu.int>

2. The EU-Asia Information Technology & Communication programme;
3. About Ásia-Link Programme;
4. EU-Asia Pró Eco;
5. Ásia URBS;
6. The Ásia Trust Fund;
7. EU-India Civil Aviation Project
8. Science and Technology Cooperation;
9. EU-India Trade and Investment Development Programme (TIDP);
10. EU-India Small Projects Facility Programme (SPF)
11. Jawaharlal Nehru University – European Studies Programme

A investigação nas áreas científicas e tecnológicas é uma das iniciativas da EU para transformar a sua economia na mais dinâmica e competitiva do mundo em 2010. Para tal, a Comissão Europeia tem-se empenhado em desenvolver um programa internacional de investigação – o FP Framework Programme⁶⁸ – cujo objectivo é a promoção de uma maior coordenação e complementaridade entre políticas e programas de agentes ou instituições envolvidas em actividades de investigação, através da criação de uma rede transnacional duradoura que inclua institutos de investigação académica e universidades e outros agentes de investigação.

Neste contexto, a cooperação com outros países exteriores à UE é um requisito fundamental para o sucesso desse projecto, o qual está aberto a todos os países do mundo. O programa actualmente em vigor é: FP7 – Seventh Framework Programme (2007-2013).

Por outro lado, a UE tem vindo, ao longo dos anos, a assinar com a Índia vários acordos de cooperação para o desenvolvimento do país. Além de ter feito contribuições monetárias em diversos programas de promoção do desenvolvimento rural e recursos naturais, a luta contra a pobreza, a promoção de valores democráticos e dos direitos humanos.

Neste âmbito, a UE colaborou através dos programas que abaixo se enunciam:

- 1 – Programas de cooperação para o desenvolvimento na área da educação:
 - a) District Primary Education Programme;
 - b) Sarva Siksha Abhiyan;

⁶⁸ Cfr, em: <http://www.delind.ce.eu.int>

- c) Programme for Enrichment of School Level Education.
- 2 – Programas para o desenvolvimento na área da saúde:
- a) Support to Health and Family Welfare sector Development;
 - b) Fight Against AIDS
 - c) Campaign Against Drug Abuse.
- 3 – Programas de cooperação para o desenvolvimento na área do desenvolvimento rural e recursos naturais:
- a) Environment Rehabilitation;
 - b) Land Reclamation Projects;
 - c) Forestry Projects;
 - d) Intergated Watershed Projects;
 - e) Irrigation;
 - f) Agricultural Marketing and Production.
- 4 – Programas de cooperação para o desenvolvimento na área da luta contra a pobreza:
- a) Rehabilitation Aid;
 - b) Disaster Preparedness;
 - c) Food Aid and Food Security;
 - d) Sustainable Tribal Empowerment Project

Capítulo V

Os Países emergentes

1. China

1.1. Geografia da China

Este enorme país, tão vasto como a Europa entre o Atlântico e os Urais, encerra todos os contrastes: do desértico ao sobrepovoado, do siberiano ao tropical.

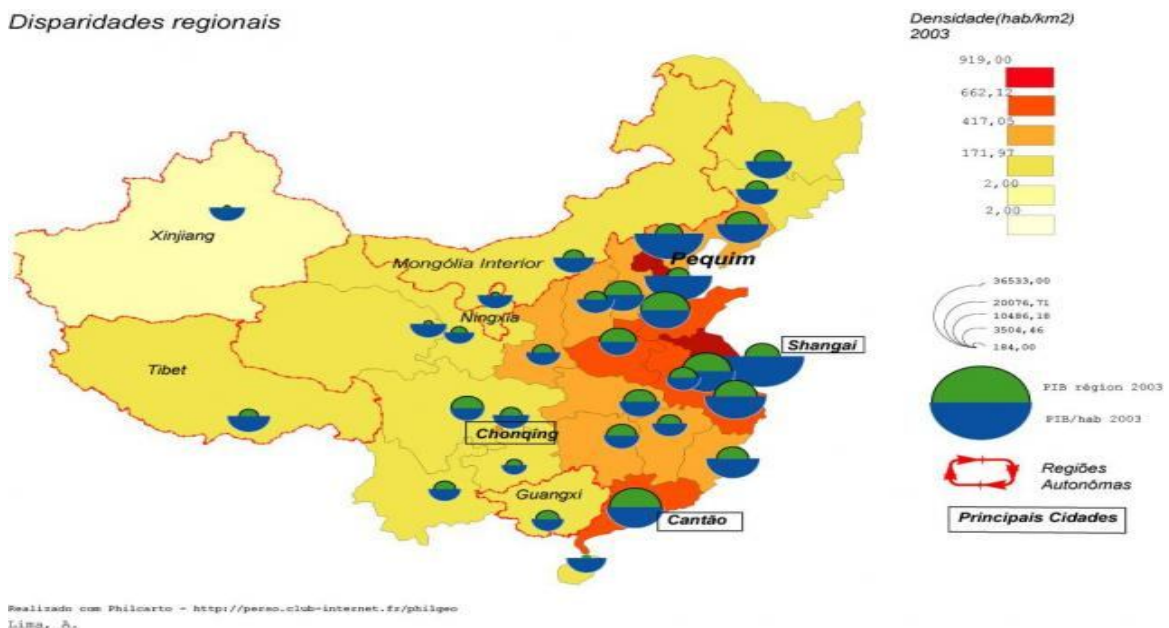
- Possui vários tipos de terras: vastas áreas de terrenos cultiváveis, florestas, pastos, desertos e zonas sujeitas a inundações;
- Muitas montanhas e planaltos e menos planícies e depressões;
- A distribuição dos vários tipos de terras é desequilibrada, com terras cultiváveis no oeste, os pastos a norte e a florestas no nordeste e sudoeste.

O relevo divide o país em três regiões:

- Ásia central chinesa, com planaltos elevados de estepes;
- China do norte, com as províncias da Manchúria e do Hoang-Ho para produção de cereais e algodão;
- China do sul, atravessada pelos rios Yang tze e Xi Jiang, com clima de monção para a produção do arroz.

Em relação à população, existem grandes disparidades regionais, conforme demonstra o mapa seguinte:

Disparidades regionais



Mapa nº 2 – Densidade populacional da china

Fonte: <http://confins.revues.org/image.html>

A China, assim como os EUA, a Federação Russa, o Brasil, entre outros, é um dos países de maior peso em massa territorial (9.640.821km), rica também em recursos naturais, estando este factor muito relacionado com as dimensões do território. A densidade demográfica é muito maior no litoral.

1.2. Mudança no poder e reformas

O ano de 1976 foi marcante para a Mudança na China, já que foi neste ano que morreram dois carismáticos líderes chineses. Em Janeiro, Zhou Enlai e, em Setembro, morreu Mao Zedong.

A morte de Mao possibilitou o reforço da corrente pragmática, já que os elementos mais extremistas acabaram por perder poder, o que culminou no julgamento do “Bando dos Quatro”. Foram esses pragmáticos, com o retorno de Deng Xiaoping ao governo, que começaram a implementar reformas.

Em resumo, citando Pedro Alvares, *“O modelo de crescimento da economia chinesa, tal como concebido por Deng Xiaoping e pelos homens que com ele assumiram o poder (...) apresenta características extremamente originais e constitui porventura aquela em que a passagem (obviamente ainda muito incompleta) de uma economia planificada a uma economia de mercado, se tem traduzido por êxitos mais espectaculares.”*⁶⁹ *“(...) o modelo de desenvolvimento posto em pratica por Deng Xiaoping e pelos outros sucessores de Mao implica por definição a coexistência de um regime de liberdade (...), com um regime centralizado forte. (...) O modelo chinês, com todos os seus defeitos, representa o único esquema de economia planificada que, até à data, tem no seu activo êxitos que permitem poder considerá-lo como um modelo de futuro e o único porventura aplicável a um país subdesenvolvido, que conta com enormes regiões desérticas extremamente pobres em recursos naturais e com uma população que, deve ultrapassar largamente os mil milhões de habitantes.”*⁷⁰

As Quatro Modernizações, no campo da agricultura, tecnologia, ciência e defesa nacional, pretendiam tornar a China num Estado moderno até ao ano de 2000. Este programa foi considerado tão importante que até foi incluído nos estatutos partidários

⁶⁹ ALVARES, Pedro, *Mastricht, a Europa e o futuro*, colec. Estudos e Documentos, Publicações Europa-America, s/d, pag 139.

⁷⁰ Ob. cit

(11º congresso, Agosto 1977 e na Constituição da RPC (5º Congresso Nacional do Povo, em Março de 1978Z) para que não pudesse ser afectado por mudanças de poder.

Em 1978, o Presidente Hua Guafeng apresentou um ambicioso programa de modernização de 10 anos para o período de 1976-85, tendo já passado 2 anos. Este programa acabou por ser revisto após o primeiro ano devido aos recursos financeiros e científicos limitados.

Uma das consequências negativas desta rápida modernização, foi a inflação, que em 1979 era oficialmente de 5,8%, mas que, certamente, deveria situar-se pelos 15%. Quando os preços subiram mais depressa do que a produtividade, instalou-se uma mentalidade de inflação que resultou em especulações e no surgimento de um forte mercado negro.

Outra das medidas de modernização, foi a “*Politica de Porta Aberta*”, que consistia no contrario do isolamento de que a China não poderia desenvolver-se isoladamente e que teria que importar ciência, tecnologia, capital e conhecimentos de gestão estrangeiros. O objectivo primário seria o de gerar moeda estrangeira suficiente para financiar a modernização. Assim, os parceiros comerciais preferenciais seriam o Japão, Hong Kong, os EUA e a Alemanha.

Através de um rígido controlo da moeda estrangeira, da expansão das exportações e das restrições de importações, a China conseguiu criar uma reserva em moeda estrangeira.

Para atrair o investimento foram adoptadas as seguintes medidas:

- Abertura de 4 Zonas Económicas Especiais, em 1979 (Shenzhen, Zhuhai, Swato, Amoy), que deveriam ser os “laboratórios” para transformar a economia chinesa;
- Abertura de 14 zonas litorais e da ilha de Hainan, em 1984, para investimento estrangeiro, em condições especiais de impostos e direitos aduaneiros;
- Organização de Conferências Internacionais, para a promoção de projectos;
- Permissão às autoridades locais para a organização de investimentos estrangeiros;
- Aprovação de leis e regulamentos sobre impostos, protecção de patentes e marcas estrangeiras;
- Clarificação dos procedimentos de arbitragem, compensações laborais e repatriação de lucros estrangeiros.

No entanto, o sucesso dessas medidas foi relativamente limitado, e não se instalaram tantas “*Joint-ventures*” como se tinha esperado. As razões para a ausência

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

dos investidores estrangeiros teriam sido as longas negociações, atrasos burocráticos, e falta de nível nas facilidades empresariais e residenciais. Muitas empresas estrangeiras deixaram a China por se frustrarem e por causa da falta de perspectivas de lucro.

Para finalizar, segundo Yinyi Qian⁷¹, podem retirar-se 3 conclusões da experiência de reforma vivida pela China:

- A reformulação de uma economia planificada pode ser bem sucedida;
- A mudança de sistema de economia planificada para a economia de mercado pode ocorrer sem uma revolução política.

A transição para a economia de mercado pode ser conseguida de varias formas

1.3. A China no mundo que a rodeia

A partir do fim da Guerra-fria, a China deixou de desempenhar um papel geo-estratégico mundial, para concentrar os seus esforços no reforço da sua importância a nível regional. Nesse sentido, encontramos a seguinte expressão: *“China’s continuing high economic growth rates, has confirmed the general impression in Asia, (...) that China is a emerging power of global significance. China’s neighbours have generally taken the view that must engage this rising giant in a pattern of cooperative relations that they have sought to institutionalise.”*⁷²

O desenvolvimento das relações externas focadas na região em que se insere, é uma experiência recente.

Para além de uma diplomacia económica intensiva, o governo chinês estabeleceu três objectivos para a política externa:

- Projectar uma imagem de impulsionador da paz e do desenvolvimento na Região da Ásia-Pacífico;
- Recuperar espaço junto do terceiro mundo, como porta-voz das suas reivindicações;
- Reunificar o país no âmbito da política, “Um país, dois sistemas”.

Assim, a partir de 1980, a China intensificou grandemente as suas relações exteriores, quer com os países ocidentais, especialmente com os EUA, quer com os

⁷¹ QIAN, Yingyi, “The institutional Foundations of China’s Market transition”, in BORIS, Pleskovic e STIGLITZ, Joseph E. (ed.), Annual World Bank Conference on Development Economics 1999, 1ª edição, Washington D.C., Dezembro 2000, pag 394.

⁷² YAHUDA, Michael, “Asian Regional Conflicts”, in ASH, Robert (ed), China’s Integration in Ásia, Curzon press, 1ª edição, 2002.

países vizinhos. Estes surgiram como uma oportunidade para estabelecer laços comerciais fortes, que possibilitem escoar produtos e fortalecer a cooperação na região. Aquando da crise Asiática de 1997, a China não se deixou contagiar e demonstrou ter clara supremacia regional sobre o Japão, que sofria as consequências do cenário conturbado que envolvia quase todos os países asiáticos. Mesmo assim, a crise afectou a China através da diminuição do investimento directo estrangeiro.

Actualmente, a China tem de enfrentar o problema do desaceleramento do crescimento económico, do aumento do desemprego, o peso de um sistema financeiro fragilizado pelo crédito mal parado e a necessidade urgente de promover a reforma das empresas públicas.

Para os líderes chineses, torna-se necessário e urgente resolver os problemas internos que a reforma económica trouxe e manter o clima pacífico das suas relações com os seus vizinhos e principais parceiros económicos: Japão, Coreia do Sul, Taiwan, e países da ASEAN.

Não podemos esquecer que, como refere Michael Yahuda *“It is only some 160 years since the west opened up China by force. Prior to that China was at the centre of its own universe in which co-operation with others was inconceivable except in a hierarchical form.”*⁷³

1.4. A afirmação internacional

A China começa a dar os primeiros passos no seu relacionamento com os outros países, encarando-os como iguais, quer pela troca de experiências, poderão transformar-se em fornecedores de meios e apoios ao desenvolvimento.

O século XXI apresenta-se à China como o século da afirmação internacional. Após ter encetado os primeiros passos rumo ao crescimento económico exponencial no início da década de 80 do século passado e de ter aproveitado o final da década de 90 do mesmo século para desempenhar um papel cada vez mais activo na cena internacional, não só no domínio económico mas também político, a China encara este século como a oportunidade histórica para emergir como a principal potência económica mundial e consequentemente, como uma potência de enorme força política.

⁷³ YAHUDA, Michael, “China’s Attempts to Woo Ásia”, in “China’s External Relations”, Lisboa, 8 e 9 de Julho 2002.

Na senda da Política Externa Chinesa pós 11-09-2001, foi marcado o início de um novo reordenamento das relações internacionais, principalmente pelas consequências que trouxe para a concepção de segurança no campo dessas mesmas relações. Esta data marca a viragem na política externa chinesa. É a partir deste momento que a China assume que deve comportar-se como uma superpotência e altera a sua política externa. Essas mudanças são também visíveis na forma como a China passa a conceptualizar a globalização e hegemonia dos EUA.

Quanto à chamada “Globalização”⁷⁴, a China desenvolveu, durante a década de 90 do pretérito século, a ideia de que tinha que observar os avanços na área da ciência e tecnologia, com a expansão das forças de mercado e o aparecimento de uma nova revolução industrial, constatando com a percepção do que era o sistema económico internacional. Ou seja, na generalidade, a expressão simples das instituições económicas internacionais, dominadas pelo Ocidente e pela hegemonia americana. Esta percepção começou a mudar no final da década referida, porque houve a compreensão da interdependência internacional em termos securitários, principalmente em relação às novas ameaças, como o terrorismo, as pandemias e os problemas ecológicos, que requerem um crescente grau de coordenação internacional, tornando-se a globalização não só um processo meramente económico mas igualmente um processo político.

Algumas das ameaças que a China enfrentará no século XXI, foram identificadas na publicação “*Mapping the World Future*”, com base numa publicação da Rand Corporation⁷⁵, destacando-se oito ameaças:

- a) A fragilidade do sistema financeiro e das empresas estatais;
- b) Os efeitos económicos da corrupção;
- c) Os recursos hídricos e a poluição;
- d) A possível redução do IDE;
- e) A sida e as doenças epidémicas;
- f) O desemprego, a pobreza, o descontentamento social;
- g) Os preços e o consumo de energia;
- h) A questão de Taiwan e outros potenciais conflitos.

Desenham-se assim três cenários para a China:

⁷⁴ Sobre o tema consultar: DAN, Wei, “*Globalização e Interesses Nacionais: a perspectiva da China*”, Coleção teses, Edições Almedina, Coimbra, Setembro de 2006.

⁷⁵ Cf., www.rand.org.

No primeiro, a China vai continuar a desenvolver a sua economia através de uma forte economia interna, com a transformação da actual classe camponesa numa classe média de consumidores, e actuando de forma responsável a nível internacional. Neste cenário, poderá evoluir de forma a se transformar num parceiro importante e pacífico, tanto na esfera regional como nas relações com o Ocidente.

O segundo cenário, é construído com base na ideia da China se transformar num país totalmente proteccionista, alicerçado numa procura interna muito elevada mas correspondida por forte produção interna. Poderia levar a fortes lutas comerciais entre a China e países ocidentais, porque não existiria efectiva liberalização do mercado chinês de acordo com o actualmente estatuído pela OMC. A china manteria no entanto a dependência energética.

O terceiro cenário, baseia-se na ideia de que parte do processo de integração da China na economia global acaba por ficar obstruído devido a potenciais problemas (apontados anteriormente). Nesse caso, devemos ter em atenção a possibilidade da China se fragmentar. Por isso é importante apoiar o governo chinês no sentido de manter uma coesão nacional dentro de um auguro pacífico no que respeita às relações internacionais.

Finalmente, existe ainda a possibilidade da China se transformar num Estado violento e/ou fragmentado, devido a eventual falhanço de um crescimento económico sustentado. Para que tal não suceda, a União Europeia desempenha papel determinante, com a importância crescente das Cimeiras bilaterais

1.5. Gigante económico

Sendo a China, o país do mundo com mais população, isto é, para cima de 1 bilião e trezentos milhões de habitantes, independentemente do grau de abertura da sua economia terá que ser forçosamente considerado um gigante. Talvez devido a esse factor deverá ser encarada não mais apenas como uma potência regional mas sim uma potência à escala global, apesar das duas décadas de comunismo que estagnaram o desenvolvimento do país.

Com cerca de um quinto da população, é actualmente uma das maiores potências económicas do mundo, na sequência de um crescimento sem paralelo em países de média e grande dimensão, como aliás é demonstrado pelo quadro nº 1.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

Para tanto, no início dos anos 80, a China dismantelou o sistema agrário colectivo e abriu o caminho para os investimentos privados. Sendo hoje em dia, um dos maiores exportadores do mundo e atraindo também grande investimento estrangeiro.

Mas o que distingue a China de outros países, é que o crescimento económico já referido, não se sustenta num aumento de população porque esta se tem mantido estável conforme se pode conferir pelo gráfico 2.

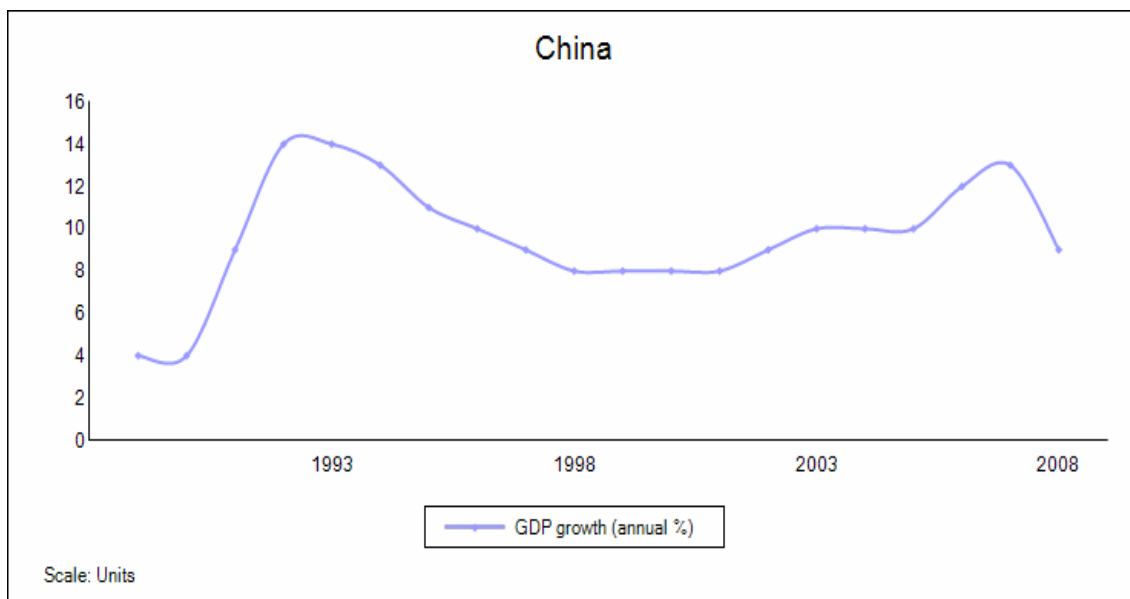


Gráfico n° 1 – Taxa de crescimento anual

Fonte: www.worldbank.org

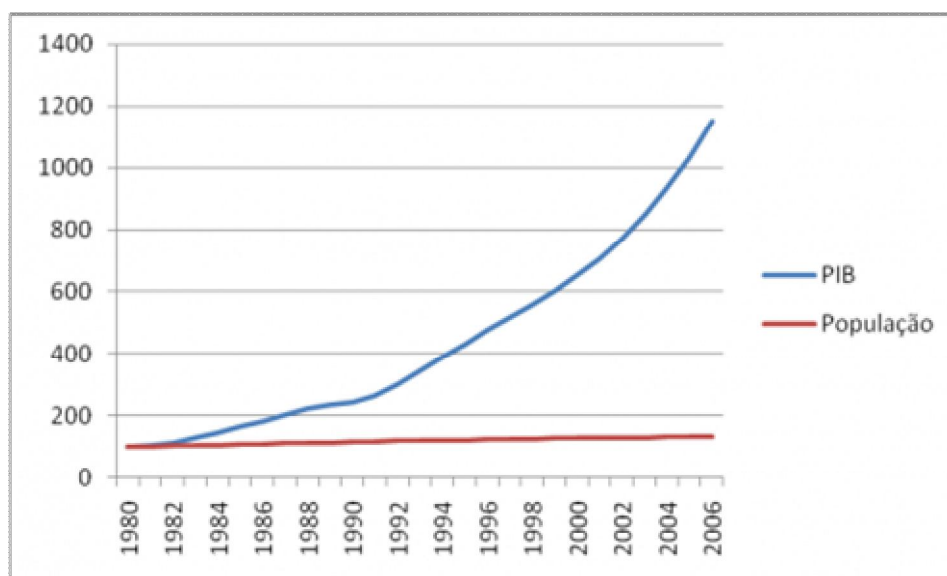


Gráfico n° 2 – relação entre PIB e população

Fonte: <http://onumeroprime.wordpress.com/2009/04/>

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

Por outro lado, com a entrada na OMC em 11 de Dezembro de 2001, a China preparou o terreno para mais uma transformação importante. Ao integrar a OMC, passou a ter acesso mais fácil para exportação dos seus produtos.

Em simultâneo abriu o seu mercado aos produtos estrangeiros. Estes factores formam suficientes para que a Administração norte-americana identificasse a China como concorrente estratégico.

A partir do aceleração de modernização promovido por Deng Xiaoping, rompeu com a ideologia da auto-suficiência, típico da era maioísta para um novo conceito de desenvolvimento, calculado para garantir no longo prazo, a estabilidade social doméstica e simultaneamente, gerar os meios para a edificação de um país forte e próspero, apto a interagir com a comunidade internacional e a influenciá-la.

Não por acaso que desde a introdução das reformas, a China tem obtido um crescimento médio anual de cerca de 9%.

Apesar do grande crescimento económico, a China tem grandes custos sociais, porque ao mesmo tempo que dá impulso à iniciativa privada, precipita o colapso das indústrias estatais, gerando desemprego e instabilidade. Mas o ritmo das mudanças económicas não se compara com reformas políticas levadas a cabo pelo Partido comunista, que ainda detém o monopólio do poder e tenta manter o controlo dos cidadãos.

2. Índia

2.1. Geografia da Índia

É um dos maiores países do mundo com uma área de 3.287.590 Km, com cerca de um terço do tamanho dos EUA, fazendo fronteira com o Bangladesh, Butão, China, Nepal e Paquistão. Possuindo vastos recursos naturais como o gás natural, ferro, cobre, sal e o carvão mineral.

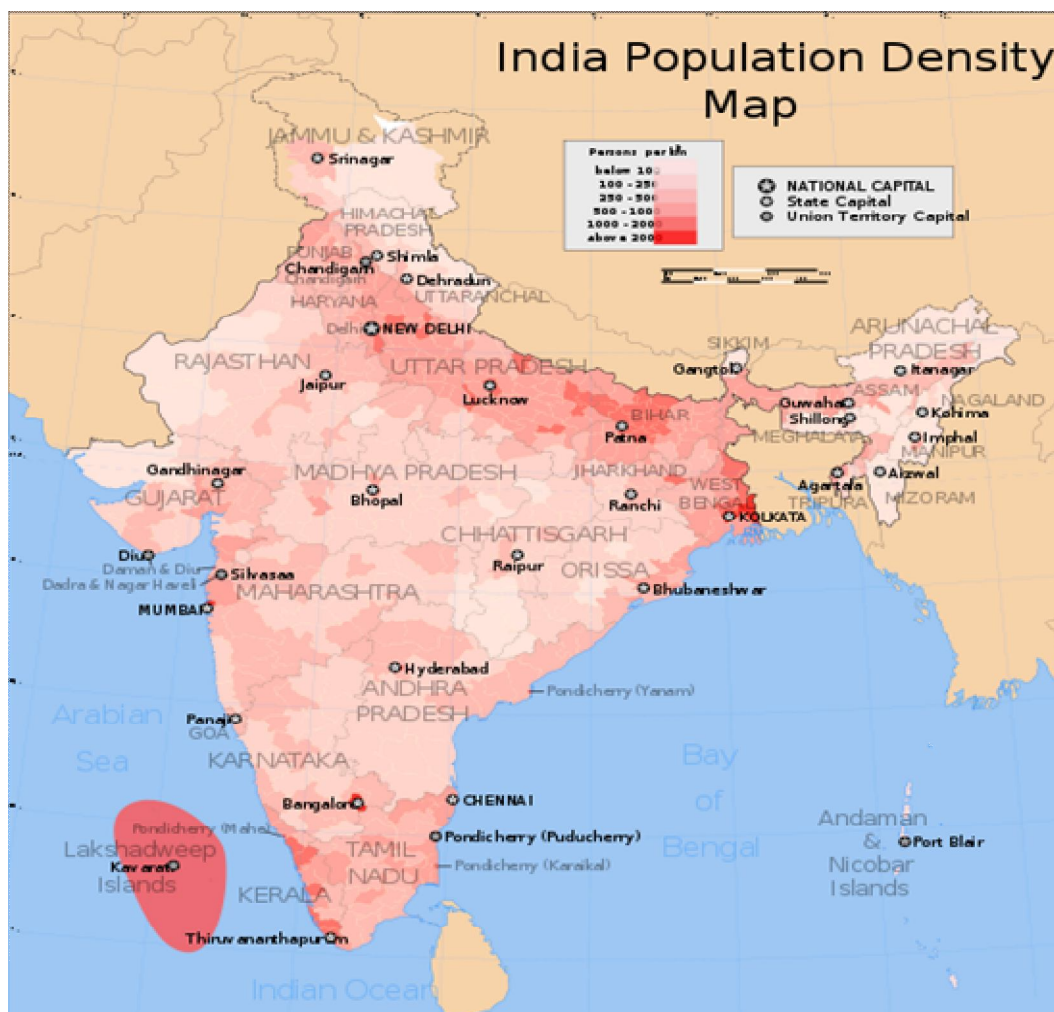
Podendo o país ser dividido em três grandes regiões: a região dos Himalaias, a norte, a região do planalto sul e a região central.

Possui uma população a rondar os 1.140.000.000 habitantes. Essa população é diversificada, e por isso, a língua, a casta e a religião desempenham papel importante na organização social e política do país. Embora 81,5% da população sejam hindus, conta

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

também 12,2% de muçulmanos (o segundo maior contingente no mundo), assim como outros grupos religiosos como os cristãos (2,3%, budistas (0,76%), entre outros.

As principais aglomerações urbanas do país (mais que cidades), são Banglore, Delhi, Calcutá e Bombaim. O país revela uma densidade populacional assimétrica como demonstra o mapa que se segue:



Mapa nº 3 – Densidade populacional

Fonte: <http://www.surveyofindia.gov.in>

2.2. O processo de liberalização

O governo de Rajiv Gandhi, eleito em 1984, incluía no seu programa governamental o projecto de levar o progresso tecnológico para a Índia, o que só poderia ser alcançado com a liberalização da economia, para que pudesse evoluir no ambiente competitivo internacional. Este seria um empreendimento difícil, porque a

indústria indiana, encontrava-se envolta há longos anos na política proteccionista do Estado, direccionada pelas orientações internas que o Estado pretendia.

O objectivo extremo de reduzir a dependência estrangeira e alcançar a auto-suficiência em todos os sectores, nos anos imediatos à pós-descolonização, levou a que a pesquisa e desenvolvimento tecnológico buscasse tecnologias já existentes, apenas para cortar essa dependência externa. O resultado desta política não obteve frutos palpáveis, e não surgiu a inovação desejada, que só ocorre num ambiente de mercado competitivo.

No início dos anos 80, já se verificava alguma despesa na importação de bens tecnológicos, que se mostrava insuficiente para as necessidades do país, exigindo-se reformas estruturais da economia, com o planeamento financeiro e estratégico que fornecesse as condições para o crescimento, inovação e investimento tecnológico na Índia.

Outra iniciativa do governo procurou facilitar a liberalização económica, foi o lançamento de uma política fiscal a longo prazo, que iria colmatar as variações constantes que ocorriam a nível fiscal, proporcionando deste modo um compromisso a longo prazo, de políticas fiscais que entusiasmassem o investimento privado.

Rajiv Gandhi, não conseguiu aplicar o seu plano na longitude temporal que pretendia, devido a factores externos à actividade económica, que fragilizaram a sua posição no governo do país. Nomeadamente, questões étnicas internas, a reforma política do partido, suspeitas de corrupção e a intervenção militar desastrosa no Sri Lanka. Também a ruptura com o Ministro das Finanças V.P. Singh levou a que se tornasse mais difícil a aplicação efectiva do seu projecto económico, que contava ainda com vários grupos de interesse contra a reforma que pretendia efectuar.

Um grupo de influentes economistas de esquerda criticava veemente o projecto de liberalização do executivo, e efectuaram previsões de que a Índia, num breve espaço de tempo, teria a sua balança comercial enormemente deficitária e o país ficaria dependente dos credores estrangeiros. O sector industrial privado, que nem sempre anuía com as axiomas deste grupo de economistas, desta feita partilhava os mesmos receios de ver o seu investimento, protegido por leis proteccionistas, passar a actuar num mercado aberto cuja concorrência internacional arrasaria qualquer tipo hipótese de evolução do seu negocio.

No decorrer do período de 1895 até 1990, a balança de pagamentos indiana encontrava-se positiva e o défice comercial era compensado pela circulação de capital,

em que as transacções de ordem privada passaram de 39 biliões de rupias em 1985 para 144 biliões em 1989. Devido principalmente à confiança dos depositários não residentes no processo de liberalização que vinha a implantar-se. Compreende-se então que esta situação de equilíbrio assentava na fragilidade do projecto de um governo, cuja instabilidade poderia despoletar uma nova crise, como se verificou no início dos anos 90.

O grande teste ao processo de liberalização indiano foi sem duvida o derrubar das barreiras colocadas às importações e exportações, que poderia ter conduzido a um retrocesso no padrão de trocas, voltando ao modelo da era colonial (importação de bens transformados e exportação de matérias primas). Na realidade verificou-se um aumento na importação de bens transformados, mas na maioria tratavam-se de bens de investimento e não de consumo, ou seja, que serviriam para produzir riqueza. As exportações subiram consideravelmente neste período, com pouca influência das matérias-primas, sendo que as exportações de bens transformados aumentaram de 63 biliões de rupias em 1985 para 237 biliões em 1990⁷⁶. De salientar que a actividade industrial indiana encontrava-se ainda bastante dependente da energia combustível do petróleo, que representa uma fatia de 25% das importações neste período de 1985-90⁷⁷, sofrendo nesta proporção todas as variações que o mercado petrolífero registre

2.3. A crise de 1990

Apesar da contestação vivida no seio do governo de Rajiv Ghandi, o processo de liberalização económica seguia o seu curso, e mostrava resultados animadores que entusiasmavam os investidores estrangeiros e o consumo interno. Neste cenário de desenvolvimento surgiu uma nova crise, de ordem interna, que afectou o governo, e uma crise internacional que teve graves repercussões na macroeconomia indiana.

Numa breve análise dos eventos que precipitaram este momento de crise identificamos inicialmente a instabilidade política criada pela derrota de Rajiv Ghandi nas eleições de 1989, sendo que o seu ex-ministro, e arquitecto da liberalização económica, V.P. Singh, formou um frágil governo de minoria, consentido pela oposição que aguardava o melhor momento para evocar eleições. Esta relativa situação de

⁷⁶Cfr. Índia 2000, Publications Division Ministry of Information and Broadcasting Government of India, Patiala House, New Delhi, 2000.

⁷⁷ Cfr. Idem

instabilidade degradou-se poucos meses após a tomada de posse de V.P. Singh, quando em Agosto de 2000, a ocupação do Kuwait pelo Iraque aumentou exponencialmente os preços do petróleo⁷⁸, levando a que cerca de 150000 trabalhadores indianos tivessem que ser evacuados, perdendo os seus empregos e poupanças que acumularam. Outros elementos a sublinhar foi a crise interna do partido de V.P.Singh, onde as divisões levaram ao despedimento do seu sucessor na linha hierárquica, por tentativas de golpe de Estado, e o crescente desconforto social gerado pelas diferenças entre castas e religiões. O somatório destas situações impeliu a queda do governo de V.P. Singh em Novembro de 1990.

Outro fenómeno que afectou esse governo, assim como o que lhe seguiu, foi o desaparecer das reservas de moeda estrangeira, pela falta de confiança atribuída à estabilidade política e económica da Índia, levando ao resgate das poupanças por parte dos não residentes que enviavam as suas economias para a Índia. As movimentações de capitais, que até Agosto de 1990 se demonstravam positivas, sofreram queda vertiginosa, e em Setembro desse mesmo ano já revelavam valores negativos. V.P. Singh, ainda no seu mandato, recorreu a um pequeno empréstimo, no valor de 11,7 biliões de rupias⁷⁹, ao FMI, na tentativa de reforçar as reservas de moeda estrangeira e recuperar alguma da confiança que levava ao resgate das reservas monetárias. Alguns meses mais tarde, com a subida ao poder de Chandra Shekhar, também com uma minoria governamental de consentimento, a situação económica não se tinha alterado, e este executivo recorreu também ele aos apoios do FMI em Janeiro de 1991, para contrair uma soma no valor de 33,3 biliões de rupias. De modo a relançar a segurança na economia indiana, para atrair os depósitos dos não residentes, assim como o investimento estrangeiro. Contrariamente ao esperado, esta iniciativa não solucionou a conjuntura de crise, que se agravou em 1991, com a retirada de capitais estrangeiros que ascendiam aos 25 biliões de rupias, no período de Abril a Julho de 1991⁸⁰.

O impacto desta crise monetária, com fundamentos principais de origem política, afectou o comércio externo indiano, na medida em que, apesar do crescimento verificado neste período, as exportações registaram um crescimento humilde quando comparado com os anos anteriores, e as perdas das exportações no continente asiático

⁷⁸ A economia indiana encontrava-se numa situação de dependência energética petrolífera e vulnerável às oscilações que este mercado tivesse.

⁷⁹ Cfr. <http://www.imf.org/>

⁸⁰ Cfr. Índia 2000, Publications Division Ministry of Information and Broadcasting Government of India, Patiala House, New Delhi, 2000.

estimaram-se em 5 biliões de rupias, agravando-se ainda mais a situação pela subida do preço e o aumento dos seus custos de importação. O défice comercial indiano, no ano de 1991, atingiu os preocupantes 106 biliões de rupias⁸¹.

Esta crise fulminante não poderia ser disfarçada com engenharias financeiras, como era outrora feito, aproximando perigosamente o Estado Indiano da bancarrota. O processo de liberalização económica mostrava-se catastrófico para a Índia, que por sua vez, e pelos níveis já alcançados, não seria possível retroceder neste processo e assumir de novo as variadas políticas proteccionistas.

2.4. Recuperação económica

Um novo governo formado em Junho de 1991, uma vez mais através de minoria, desta vez tolerada pela oposição devido à situação preocupante do país, que obrigaria qualquer partido a adoptar políticas pouco populares, e que nenhum deles queria assumir, encetou na difícil missão de recuperar a confiança do país e fazer ressurgir a economia.

O orçamento de emergência apresentado em Julho desse ano traçou um novo caminho na economia indiana, reduzindo as despesas públicas e apostado na obtenção de receitas, que seriam conseguidas através de medidas como a revisão das taxas de juro. Obtendo-se um rendimento adicional de 20 biliões de rupias, a privatização de 20% de algumas empresas publicas, que rendeu 25 biliões de rupias ou a desvalorização da rupia, em duas fases, em 18%⁸². Este executivo também recorreu à ajuda do FMI, através do crédito, em duas tranches, de moeda estrangeira no valor de 22, 2 biliões de rupias. As reservas de moeda estrangeira que se encontravam praticamente esgotadas no final do ano de 1990, registaram no final de 1991 a impressionante quantia de 95 biliões de rupias, tendo os relatórios de 1992 calculado as reservas indianas em 125 biliões de rupias. Números que levaram o governo indiano a comunicar ao FMI que o seu auxilio financeiro já não seria necessário, em adição a este comunicado foi também decidido que o credito obtido no inicio dos anos 80 não seria utilizado na sua integra, reduzindo deste modo os encargos assumidos anteriormente. No entanto, a divida externa indiana ascendia aos 1800 biliões de rupias, mas seriam montantes referentes a dividas de médio e longo prazo, que não impediram que o espectro da bancarrota se desvanecesse

⁸¹ Idem

⁸² Idem

e que a Índia voltasse a possuir uma boa taxa de crédito perante os credores internacionais.

Por outro lado, na análise que fez à emergência das economias asiáticas, Eduardo R. Medeiros refere que “*o papel das exportações foi vital para a obtenção das taxas de crescimento económico*”⁸³ e, tal como outros países asiáticos, que assumiam a sua emergência, a posição da Índia no mercado mundial dependia da sua performance na exportação das suas produções. Estas foram afectadas pelas reduções nas importações, dado que muitas destas assentavam em bens de investimento direccionado para a produção industrial. Apesar da balança comercial positiva, esta não apresentava as vantagens aparentes que uma relação desta natureza deveria proporcionar, pois os dividendos obtidos não poderiam ser convertidos noutra moeda de maior interesse.

Na verdade, a “queda” da antiga URSS apresentou-se como um dos momentos mais difíceis para a conjuntura indiana. Levando a que existisse uma nova abordagem nas políticas de comércio externo. Foram também adoptadas novas medidas para encorajar as actividades exportadoras, nomeadamente, a reestruturação das linhas de crédito à exportação e o fomento da diversificação. Em simultâneo, foram removidas várias burocracias impeditivas do livre comércio, como as áreas de licenciamento e as taxas, sendo concedidas isenções às empresas exportadoras na ordem dos 30%, podendo aumentar quando a área exigia um grande investimento e um retorno a longo prazo.

Estas políticas, permitiram ao sector privado nacional obter os meios para competir nos mercados internacionais, despertando também a atenção dos investidores estrangeiros para as políticas que fomentavam o investimento.

Por essas razões, o governo indiano pretendeu levar a cabo em 2006 um crescimento económico que se mantivesse nos 10% ao ano, o que pela análise do quadro nº 3 na realidade apenas se verificou num determinado ano não podendo ser inferido que o mesmo se irá manter.

No entanto para o Primeiro-Ministro M. Singh, a meta é ambiciosa mas concretizável, prevendo que a Índia se destaque face aos outros países em desenvolvimento de rápido crescimento, aproximando-se da China, único país a possuir um crescimento sustentado por mais de uma década, de pelo menos 10% ao ano. Previsão assente no facto do país ter crescido 8% em três anos consecutivos.

⁸³ MEDEIROS, Eduardo Raposo de – *Economia Internacional*, 6ª Edição, ISCSP, Lisboa, 2000.

A Índia conseguiu esse crescimento apesar da escassez de energia e ao aumento dos produtos petrolíferos.

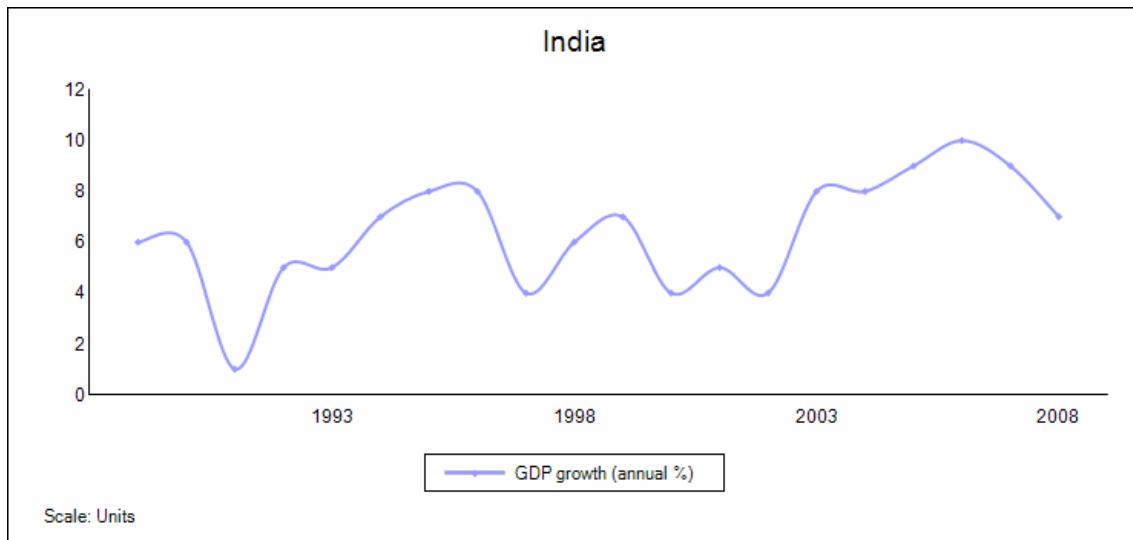


Gráfico nº 3 – Taxa de crescimento anual

Fonte: www.worldbank.org

Apesar de todo este crescimento, os níveis de pobreza não diminuíram. Por isso é necessário um enfoque equilibrado para fornecer segurança alimentar às camadas mais pobres da população, melhorando o ganho dos agricultores. A pobreza generalizada do país não pode ser dissociada de uma taxa de analfabetismo que se cifra nos 85%, segundo dados do Banco Mundial, assim como uma elevada taxa de mortalidade infantil.

3. Os “tigres asiáticos”

Podemos também considerar como economias emergentes, as “economias da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático”, formadas por duas vagas de NICs (New Industrialized Countries), a primeira a dos chamados “*Quatro tigres asiáticos*”⁸⁴: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, e a segunda composta pela Indonésia, Tailândia e Malásia. Que resultam de um conjunto de países oriundos do continente asiático, onde se desenvolveu uma dinâmica assinalável na segunda metade do século XX, e que segundo John Naisbitt “(...) *the principal emphasis will be on China, Hong*

⁸⁴ A expressão faz lembrar agressividade, porque essa é a característica fundamental dessas economias.

Kong, India, Indonesia, Japan, South Korea, Malaysia, The Philipines, Singapore, Taiwan, Thailand and Vietnam. These are the main dynamic of growth and change is located”⁸⁵.

Estes novos países industriais asiáticos, tiveram um espectacular crescimento económico nas últimas três décadas e os seus produtos manufacturados penetraram nos mercados internacionais, influenciando nas mudanças da produção a nível mundial. Além disso, converteram-se em importantes fornecedores de capital ao resto do mundo e também em notáveis receptores de investimento estrangeiro. Passaram em trinta anos de países subdesenvolvidos a desenvolvidos, mantendo taxas de crescimento médias do PIB próximas dos 6%.

Estas economias utilizaram uma estratégia de atracção de capital estrangeiro apoiada numa mão-de-obra barata e disciplinada e também na isenção de impostos e nos baixos custos de instalação das empresas.

Neste contexto, torna-se relevante estudar os processos históricos que levaram estes países a evidenciar-se no panorama mundial, sobretudo após a queda do muro de Berlim que é o enfoque do presente trabalho.

Foram denominados de tigres ou dragões asiáticos porque na Ásia, o dragão sempre foi considerado um símbolo de poder. Nesse sentido é referido que *“In East Asia, the dragon has been a compelling symbol of power for over a millennium.”*⁸⁶. Se inicialmente essa denominação era atribuída à China e posteriormente ao Japão, em virtude do seu desenvolvimento, tiveram de adaptar-se para utilizar essa mesma expressão a outros países, tal era o seu crescimento, como nos refere o mesmo autor: *“Over the next three decades four nearby little dragons – Taiwan, South Korea, Hong Kong, and Singapore – modernized even more quickly.”*⁸⁷.

Poderá dizer-se que a situação geográfica destes quatro países é similar, porque se encontram localizados no sudeste asiático, com clima tropical e sub-tropical húmido, com escassos recursos minerais, escassos solos férteis e uma superfície territorial também escassa. No entanto, a sua situação histórica é diferente, pelo que é necessário analisar cada um desses países separadamente.

⁸⁵ NAISBITT, John – “Megatrends Ásia: The eight asian megatrends that are changing the world”, Reprinted by Nicolas Breadley, London, 1996.

⁸⁶ VOGEL, Ezra F. – “The Four Little Dragons: The spread of industrialization in East Ásia”, Harvard University Press, Massachusetts, 1991, p. 1.

⁸⁷ Idem.

Ainda assim, podemos afirmar que três factores são comuns na explicação do seu crescimento, ou seja, a elevada taxa de poupança e investimento, a ênfase na acumulação de capital humano e ênfase na internacionalização da economia.

As sucessivas ondas de investimento, efectuadas no contexto de economias orientadas para a exportação, foram a alavanca para a transferência de tecnologia dos países mais avançados e que incorporaram as melhores tecnologias disponíveis em cada período. Também a política orientada para o crescimento económico, com ênfase na eficiência económica, e a prioridade atribuída ao capital humano, foram recriando as condições necessárias à assimilação do progresso técnico, e em simultâneo, possibilitando por uma equitativa distribuição da riqueza e rendimento.

O desempenho destas economias, baseia-se nas exportações de bens de consumo para os mercados da América do Norte, Ásia e Europa. Os sectores mais dinâmicos são o vestuário e a electrónica.

Existem ainda outros factores que favorecem o crescimento acelerado como as altas taxas de poupança e investimento, boa qualificação da mão-de-obra e salários baixos. Se na Coreia do Sul, se verifica um incentivo do governo nos sectores estratégicos, já em Hong Kong a economia se baseia no livre mercado. Mas todas estas economias matam uma estabilidade política e económica.

Para o desenvolvimento destas economias, contribui também a supressão das hierarquias nas empresas ou unidades de produção. Na medida em que, a organização moderna não pode basear-se no “chefe” e no subordinado” mas sim num funcionamento em equipa, com a exaltação do espírito de grupo.

Apesar dos sucessos até aqui descritos, a partir de meados dos anos 90, o crescimento das exportações cai rapidamente levando à apresentação de elevados défices de conta corrente. Mas aliado ao rápido crescimento, verificou-se também um aumento dos salários e conseqüente perda de competitividade. Levando a que a China “entrasse na corrida” assente nos seus salários mais baixos, conseguindo com isso tomar grande parte do mercado dos seus vizinhos asiáticos.

Através do crescimento dos empréstimos externos e a especulação imobiliária, comprometeu-se o sistema bancário vindo a repercutir-se negativamente na economia, originando défices comerciais e crise no sistema financeiro com a fuga de capitais. Esta crise generalizou-se em 1997 às economias asiáticas e repercutiu-se nas bolsas de valores de todo o mundo.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

No entanto, como poderá ser demonstrado pelos gráficos das páginas seguintes com referência à taxa de crescimento anual dessas economias, a crise rapidamente foi debelada.

4.4. Coreia do Sul

Este país veio a ser depois da II Guerra Mundial, o resultado de 1945 um acordo alcançado pelos Aliados na Conferência de Potsdam, entre os EUA e a URSS, fazendo através do paralelo 38, a divisão com a Coreia do Norte. Com a fronteira entre a zona norte da península coreana a ser ocupados pela URSS, enquanto a zona sul era controlada por forças dos EUA.

Neste contexto, a República da Coreia foi proclamada em 15 de Agosto de 1948, com Syngman Rhee como primeiro Presidente eleito. Através de eleições ocorridas com a presença de tropas norte-americanas.

Este país segundo estimativas de 2008, possui uma população cerca de 49.232 mil habitantes, com uma densidade de 501 habitantes por Km².



Mapa nº 4

Fonte: <http://geography.about.com/library/cia/blcsouthkorea.htm>

Tradicionalmente, a economia da Coreia do Sul baseava-se na agricultura, mas desde o início da década de 60, foi levada a cabo uma industrialização extraordinariamente rápida.

Os planos quinquenais económicos que começaram em 1962, concentraram-se no desenvolvimento industrial. As ajudas económicas, provenientes dos EUA e do Japão foram também muito importantes para o crescimento económico do país.

Este desenvolvimento, fundou-se no fomento de grandes concentrações, tornando possível desenvolver companhias de comercialização privadas com capacidade de entrarem nos mercados internacionais com marcas próprias.

O interesse do governo por esse crescimento originou que essas empresas se tornassem os principais beneficiários do processo de industrialização com um grande poderio económico e uma infra-estrutura de pequenos fornecedores, em casos como Taiwan.

Foram também levados a cabo programas de distribuição de terras, com uma área média de 0,89 hectares por propriedade. As técnicas agrícolas também se foram desenvolvendo paralelamente com a industrialização do país. Ao mesmo tempo diminuiu a percentagem de população activa na agricultura. Cerca de 22% da terra é cultivável, encontra-se ocupada por explorações agrárias na sua quase totalidade.

Apesar do golpe militar protagonizado pelo General Chun Doo-Hwan em 1980, a economia sul-coreana mantém o seu crescimento acelerado. Com o desenrolar de um movimento de protestos em 1987, foram convocadas eleições directas para Presidente, ascendendo ao poder Roth Tae Woo. Vindo este a aproximar-se dos seus vizinhos da Coreia do Norte ao pretender uma reunificação, gerando novos protestos severamente reprimidos.

No entanto, no início da década de 90, as principais culturas eram o arroz, batata, cevada e trigo. Posteriormente foi o sector hortofrutícola, que passou por um grande desenvolvimento.

O desenvolvimento industrial, tinha-se concentrado na indústria ligeira, com mão-de-obra intensiva, como o têxtil e indústria alimentar. No entanto, desde a década de 70, foi colocado um maior ênfase na indústria pesada com a intenção de fazer diminuir as importações. Tendo vindo a ter cada vez maior importância, o fabrico de químicos, a indústria automóvel, equipamentos electrónicos, siderurgia e cimento.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

À semelhança de outras economias asiáticas, a Coreia do sul não escapou á crise de 1997, inclusive com uma taxa negativa em 1998, no que respeita ao crescimento anual, com se infere dos dados do gráfico nº 4.

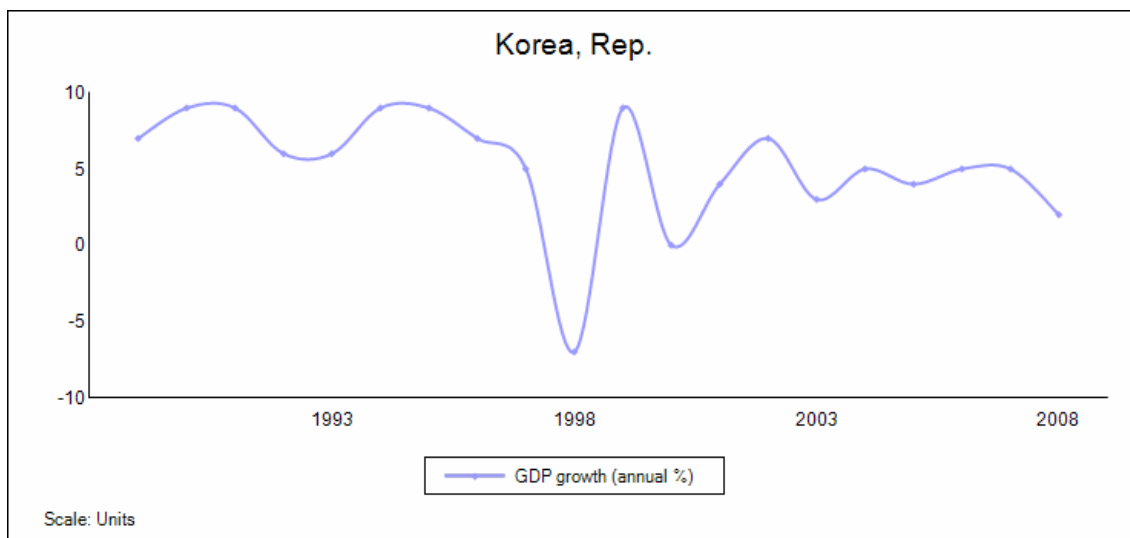


Gráfico nº 4 – taxa de crescimento anual

Fonte: www.worldbank.org

Após a crise a administração de Kim Dae-jung, tenta “dar asas” à economia promovendo em simultâneo a contenção da divisa – o *Won*. Em 1998, contrai empréstimos junto do FMI para evitar a bancarrota.

Neste período, a economia sul coreana está dominada por grandes holdings com base em grandes proprietários dos sectores industrial e financeiro, como Hyundai, Samsung, LG ou Daewoo. Assim através da direcção do governo, as holdings deveriam concentrar a sua actividade num sector, aplicar maior transparência na gestão e facilitar a entrada de capital estrangeiro.

Com a injeção de dinheiro público para estimular a economia, em 1999 o PIB cresceu cerca de 13 %. Mas baixando significativamente no ano seguinte. Não podemos também esquecer que a sua economia assenta numa enlevadíssima taxa de alfabetização que ronda os 98%.

Actualmente, os seus principais parceiros comerciais são a UE, a China, o Japão e a Arábia Saudita. Neste contexto, segundo estimativas de 2007, a Coreia do Sul tinha uma taxa de crescimento de 5%., com as exportações a incidirem sobre a electrónica, indústria química, produção automóvel e siderurgia.

4.5.Taiwan

O território situa-se no mar da China, no leste da Ásia, sendo constituído por uma ilha de 161 Km², e por mais 77 ilhas menores, duas das quais com regime off-shore (Kinmem e Matsu) e por alguns ilhéus habitados por pescadores. O seu relevo é montanhoso e o pico Yu shan atinge os 3997 m de altitude. Refugio dos líderes do Partido Nacionalista chinês, depois da sua derrota para os comunistas em 1949.

A maioria da população é de origem chinesa, sendo ainda considerada pelo governo chinês, como uma província integrante do seu território.



Mapa nº 5

Fonte: <http://geography.about.com/library/cia/blctaiwan.htm>

Com a derrota do Japão em 1945, o território de Taiwan, foi restituído à China. Mas em 1947, verificou-se uma sublevação que foi reprimida de imediato. Só em 1950 com a intervenção dos militares dos EUA, o seu governo foi protegido do regime comunista. Durante essa década os EUA enviaram ajuda económica e militar, tornando possível fortalecer a sua economia, apesar dos grandes gastos militares.

No início da década de 70, a situação mudou radicalmente, dado que o facto dos EUA estabelecer contactos com a China. Terminando 1979, as relações entre Taiwan e EUA, que até aí se verificavam. Muito embora se mantivessem a nível comercial.

Apesar disso, na década de 80, a economia de Taiwan continuou a expandir-se. Incrementaram contactos comerciais com a Europa ocidental, recusando a reconciliação proposta por Pequim. A Lei Marcial, vigente desde 1949, foi levantada em 1987.

Em 1990, foi proposto um plano para reestruturar o governo e introduziu-se um programa a longo prazo, para iniciar a reunificação com a China continental. Tendo os respectivos governos reunido em 1993 em Singapura.

Por outro lado, o governo já tinha iniciado na década de 80, um activo programa de industrialização, passando a ser o motor da economia. Não esquecendo também que “*Taiwan was the first little dragon to achieve na industrial breakthrough*”⁸⁸. A política económica colocou-se em pratica através de planos plurianuais, com objectivos de incrementar a produção e desenvolver a indústria para a exportação. Em 1991, foi também incrementado um programa de obras públicas.

No início da década de 90, a industria significava 40% do rendimento nacional anual, empregando cerca de 35% da população activa. A sua indústria destaca-se pela produção de equipamentos eléctricos e electrónicos. Outras indústrias relevantes são os produtos químicos, têxtil, refinarias, industria alimentar e construção naval.

Taiwan apresenta uma taxa de crescimento de 5,7% segundo dados de 2007, aliado a uma taxa de alfabetização de 96,1%., dos quais não é possível apresentar gráfico.

Os principais mercados de exportação são os EUA e a China, através de Hong Kong, logo seguido pela União Europeia. Neste aspecto a China joga um papel determinante porque reproduz os hábitos de consumo e as tendências emanadas de Taiwan, do mesmo modo que esta emita os do Japão.

Por outro lado, a mudança dos sectores de baixos custos e de mão-de-obra intensiva para os sectores intensivos em capital, conduziram a que se convertesse num dos maiores fabricantes de produtos electrónicos no mundo.

Assim à medida que vai crescendo o rendimento *per capita*, também se produz uma mudança na ordem de preferências dos seus habitantes.

⁸⁸ Ob. Cit, cap. 2.

4.6. Hong Kong

A história deste território é longínqua, começando por ser uma base naval inglesa na China. A sua entrega por um período indefinido ocorreu com o Tratado de Nanking em 1842⁸⁹.

Com o eclodir da II Guerra Mundial, o território sofreu influências na sua economia. Mas, com o fim do conflito, recuperou rapidamente o lugar de principal mercado da Ásia oriental. Nas décadas de 50 e 60, a política liberal de impostos, tornou Hong Kong atractivo para os investidores estrangeiros. Em consequência, o desenvolvimento económico transformou o território numa das regiões mais produtivas e ricas da Ásia.

Na década de 80, os laços comerciais com a China fortaleceram-se, através de uma série de actuações económicas conjuntas. O crescimento económico continuou, convertendo hoje Hong Kong numa das potências económicas da região.

Apenas 7% do seu território é arável, pelo que a esmagadora maioria dos alimentos são importados. Apesar disso, possuem produção hortícola.



Mapa nº 6

Fonte: <http://geography.about.com/library/cia/blchongkong.htm>

⁸⁹ Tratado que colocou fim à primeira guerra do ópio.

A situação geográfica de Hong Kong é no entanto privilegiada por servir de entrada na China, sendo essa uma das chaves do êxito do território.

A importância do território, como porto marítimo deve-se ao seu excelente porto natural de grande profundidade. Além disso, cobram baixas taxas aduaneiras, funcionando como um mercado exterior da china.

O campo da indústria teve um grande desenvolvimento, devido em parte a uma grande afluência de trabalhadores emigrantes chineses, durante a transição do regime comunista na China. A principal produção é a têxtil e o calçado, mas também os equipamentos eléctricos e electrónicos, relojoaria e alimentos processados. As principais importações são os alimentos, matérias-primas industriais equipamentos de maquinaria e transporte. Nas exportações destacam-se o têxtil e a informática. Os principais mercados de Hong Kong são a China, Japão, EUA, Singapura e Grã-Bretanha.

Para impulsionar os negócios baseados nas novas tecnologias, o seu governo criou um fundo para inovação, tendo optado pelas tecnologias da informação como sector estratégico a desenvolver.

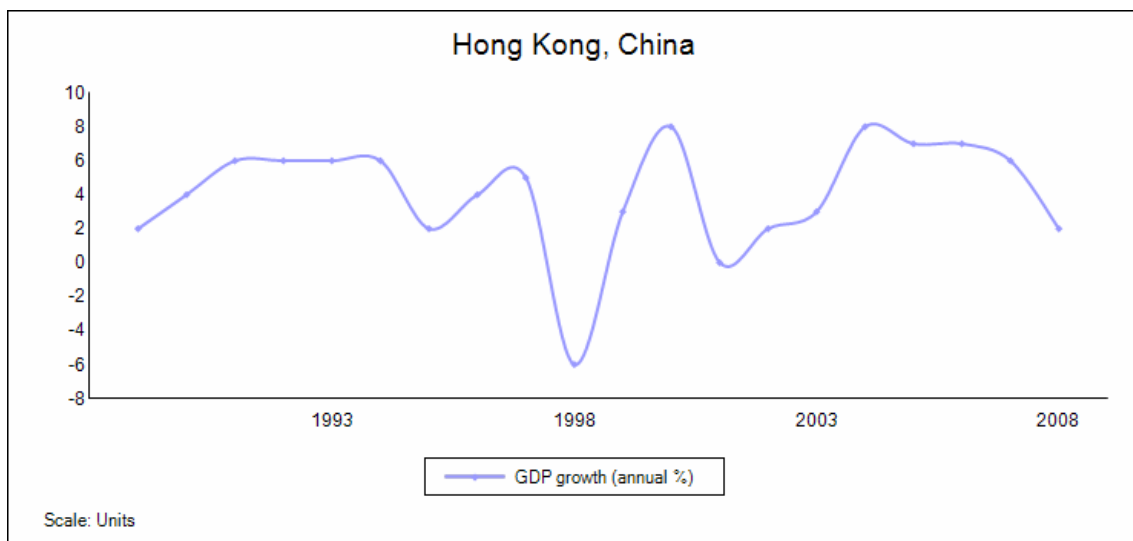


Gráfico nº 5 – taxa de crescimento anual

Fonte: www.worldbank.org

Hong Kong tem-se mantido como uma das economias mais livres do mundo, a par de Singapura. Pelo que a reputação como território dinamizador de negócios atrai investimento estrangeiro, potenciando em simultâneo as exportações. Pela análise do gráfico nº 5 verifica-se um “crash” em 1998, decorrente da crise generalizada de 1997, mas também um crescimento repentino nos anos seguintes. Continuando assim a possuir elevada taxa de crescimento face á generalidade dos países.

4.7. Singapura

A República de Singapura consiste na principal ilha de Singapura, ao largo da ponta sul da península malaia entre o Mar do Sul da China e do Oceano Índico, e 58 ilhas, com uma área de 624 Km², e uma população de cerca 4,5 milhões de habitantes.

Singapura separou-se da Malásia em 1965, convertendo-se num Estado soberano, integrando inclusivamente a ONU, mantendo no entanto os laços com a “Commonwealth”.



Mapa nº 7

Fonte: <http://geography.about.com/library/cia/blcsingapore.htm>

Nos 25 anos seguintes é governada pelo Primeiro-ministro Lee Kuan Yew, sendo substituído apenas em 1990 por Goh Chok Tong.

A política desenhada por Hon Sui Sen, provocou um crescimento de 8,5% entre 1966 e 1990, fazendo de Singapura uma das principais potências económicas da Ásia. O país passou de centro de distribuição a núcleo industrial, especializando-se em sectores de alta tecnologia. Além de ser um importante centro financeiro. As políticas sociais do governo foram paternalistas e tenderam a consolidar a posição dominante do Partido de Acção Popular no poder.

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

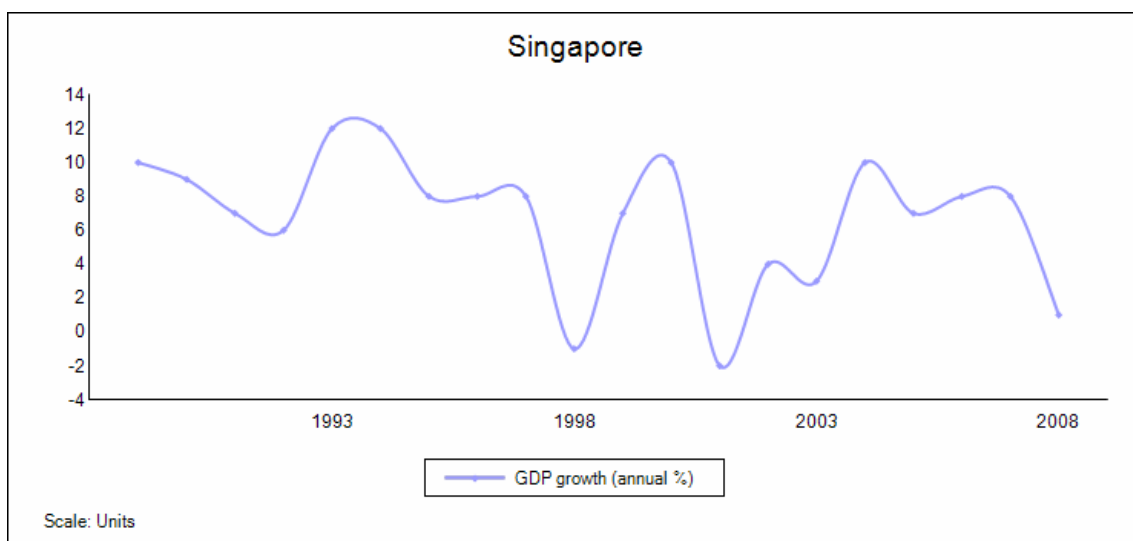
Apesar das críticas internacionais ao seu regime autoritário, este destacava a força económica, a manutenção do equilíbrio que evitava o conflito inter-racial e a sua resistência às ambições políticas e económicas dos vizinhos. Esse temor, levou o regime a fazer do seu país, membro fundador da ASEAN. Vindo a fazer uma aliança estratégica em 1971, com a Austrália, Grã-Bretanha, Malásia e Nova Zelândia.

A agricultura de Singapura é irrelevante, devido à limitada superfície e também à relativa pobreza dos solos. Mas as modernas técnicas de cultura intensiva, fizeram da parca superfície agrícola do país, uma das mais produtivas do mundo, como sucede com a produção de orquídeas para exportação.

A indústria cresceu rapidamente desde a década de 60 e apesar da necessidade de importar matérias-primas, produz hoje uma grande diversidade de artigos químicos, farmacêuticos, compostos electrónicos, petróleo refinado e alimentos processados.

Este crescimento económico tem por base, um sistema de economia aberta, através da qual muitos produtos podem ser importados sem restrições de quota. Assegurando além disso, um ambiente livre de greves porque os conflitos laborais são mínimos. A que não é estranho, a existência de um sistema de segurança social com compartição para a casa e a saúde dos trabalhadores.

Na sequência da crise asiática ocorrida em 1997, apenas Singapura manteve a estabilidade política, mas o seu volume de negócios foi também afectado pelos problemas dos vizinhos asiáticos, demonstrado pelo gráfico nº 6 no que respeita á taxa de crescimento anual.



Quadro nº 6 – taxa de crescimento anual

Fonte: www.worldbank.org

Apesar desse revés, o território de Singapura continua a ser um verdadeiro “case study” no que respeita ao rápido desenvolvimento económico. Não podendo deixar de ser associada a elevada taxa de alfabetização que se cifra em 93%, traduzindo ainda um elevado nível de qualificação da mão-de-obra.

Conclusões

Perante todos os sinais que foram sendo apontados ao longo do trabalho podemos apresentar algumas conclusões.

A primeira das quais é a complexidade e a novidade do problema que se apresenta a quem tem de tomar decisões de cariz político.

Mas talvez a mais importante de todas prende-se com o facto de que a segurança deixou de ser um dado adquirido mesmo nos EUA e na Europa.

Nenhuma potência parece, de momento, estar capacitada para modelar a ordem, porque na verdade o sistema é unimultipolar e unimultilateral. Todos os Estados mantêm, a certos níveis, uma certa liberdade de agir unilateralmente, e uma certa necessidade, obrigação ou interesse em respeitar quadros multilaterais.

Nunca como hoje a cooperação internacional foi tão forte e efectiva em todos os sectores da actividade humana, com organizações mundiais, regionais e especializadas, procurando encontrar interesses comuns que juntem povos e sociedades diferentes na procura de soluções de que todos beneficiarão.

Hoje o mundo enfrenta perigos que ultrapassam as fronteiras nacionais que afectam todos, como a questão do ambiente e das alterações climáticas que não se compadece com isolacionismos, como pretendem os EUA. Não por acaso, após o 11 de Setembro nos EUA, a sua natural tendência de resolver os conflitos pela via militar na qualidade de superpotência, provou no mundo actual não ser suficiente e, nalguns casos, ser o tratamento errado.

Assim como as novas tipologias dos conflitos, que já não se resumem à tradicional guerra entre Estados, pelo crescimento do fenómeno do terrorismo.

Actualmente os EUA, sozinhos ou aliados, com aprovação ou não do Conselho de Segurança da ONU, são ainda o único poder, mas caminhamos para uma ordem multipolar. A longo prazo é previsível que o Brasil, Japão, Índia e outros façam parte dessa ordem.

Podendo estar mundo ocidental em causa face à emergência do continente asiático. Alterando-se assim o paradigma do conflito entre blocos com o crescimento de uma oposição entre o norte e sul e já não entre o Oeste e o Este.

No que respeita às relações Sino-Europeias, houve a necessidade de perceber quais os recursos da UE, como um dos actores centrais deste trabalho, terá à sua

disposição para encarar uma relação considerada de uma forma geral, potencialmente central nas Relações Internacionais.

Analizou-se de uma forma sucinta, os papéis que quer a UE quer a China poderão desempenhar no século XXI. Bem como das oportunidades que cada um dos lados pode aproveitar se actuar em conjunto

A China começa a dar os primeiros passos no seu relacionamento com os outros países, encarando-os como iguais, quer pela troca de experiências, poderão transformar-se em fornecedores de meios e apoios ao desenvolvimento.

Se para a China a cooperação é uma experiência nova, para os Estados membros da UE ela é, também muito recente. A UE, hoje, surge de forma tão institucionalizada que a sua perenidade parece quase inquestionável quando, de facto é.

Ainda há pouco mais de 50 anos, a Europa vivia em guerra e a ideia de cooperação não passava de uma miragem. Nos nossos dias, a União é o resultado das vontades de cada Estado em cooperar com vista aos interesses da União e em ultima análise, os seus próprios.

Parece que o papel da UE na China será tanto maior quanto maior for o real interesse colocado por ambas as partes na cooperação e nas vantagens que daí advém.

Assim, a UE poderá ajudar a China a colocar em marcha as instituições, as políticas, os recursos humanos, as técnicas de gestão e todos os outros instrumentos que possibilitem à China constituir uma economia de mercado moderna e apta a concorrer no mundo global.

Se numa primeira análise as vantagens deste esforço não parecem evidentes, o facto é que as desvantagens de uma relação fria, distante ou até, de alguma forma, crispada são por demais evidentes. No entanto, numa observação mais cuidada podemos constatar que as relações comerciais que se estabelecem, as trocas culturais, a partilha de experiências, os intercâmbios de profissionais e peritos, bem como o simples contacto com outras formas de olhar o mundo são vantagens inquestionáveis e que importa reforçar.

Podemos afirmar então que a UE depende em primeiro lugar, da sua própria capacidade de transformar algumas “ameaças” em desafios na cena internacional. Já a China atribui um elevado grau de importância à UE como parceiro estratégico na cena internacional, porque conta com ela para o seu próprio crescimento, sobretudo ao nível económico.

Face aos dados disponíveis e às perspectivas de crescimento, é possível afirmar que a China dentro de poucos anos será o segundo pólo de um mundo multipolar. Mesmo sabendo, que entretanto, para salvaguardar o seu desenvolvimento económico, evolução política e a sua afirmação na cena internacional, prefere não intervir e que o mundo seja tão ordenado e previsível quanto possível.

Neste contexto a emergência da China, vem alterar o “estado de coisas” vigente nas ordens mundiais verificadas anteriormente, isto é decorrentes de conflitos, uma vez que se agiganta se disparar um único tiro, fazendo por isso uso da sua sabedoria milenar.

Outro aspecto com importância crescente é a vertente económica das relações internacionais, cada vez mais transnacionais e menos ligadas aos Estados, a que não será alheio o fenómeno desencadeado pela globalização a todos os níveis, nomeadamente nas chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação, a que se associarão as evoluções operadas nos meios de transporte.

Em relação à Índia, podemos concluir que o seu extraordinário crescimento económico, as suas capacidades nuclear, militar, científica e tecnológica, aliados ao aumento demográfico e ao esforço que o governo tem feito no sentido de formar uma mão-de-obra qualificada e fluente em inglês e em projectar uma imagem positiva do seu país através de indústrias mundialmente bem sucedidas com o cinema em Bollywwod, bem como da diplomacia, muito contribuiu para que o mundo não pudesse continuar a ignorar a presença forte deste país, não só no contexto regional como global.

A Índia tem ainda um largo caminho a percorrer para ser aceite como igual no restrito grupo das grandes potências. Mas continuando ao ritmo de crescimento que nos vem habituando e contornando as suas vulnerabilidades, chegará a um ponto em que não mais poderá ser ignorada pelas potências como EUA ou UE.

Finalmente, conclui-se por dizer que os paradigmas conhecidos para a definição da ordem mundial, estão efectivamente a mudar, tomando aspectos mais económicos e outros, como o ambiente, em detrimento das vertentes políticas e militar.

Em épocas anteriores, o equilíbrio de poderes se fazia entre potências europeias que partilhavam a mesma cultura, porque mesmo na guerra-fria não houve um verdadeiro conflito Este-Oeste mas uma disputa local europeia. Actualmente, pela primeira vez na história verifica-se uma ordem multipolar, global e multicivilizacional

A tese do fim da história promovida por Fukuyama, com o significado de que o século XXI seria um século americano foi rapidamente desfeiteada pela realidade, com

os primeiros sinais na década de 90, da emergência de países asiáticos na cena internacional. Pelo que poderemos seguramente falar numa alteração de paradigma de poder do ocidente global para um oriente global, tal a influência deste na estrutura da economia mundial, nomeadamente através da China e da Índia. Podemos inclusive chamar ao século XXI – O Século da Ásia, dado que será o seu epicentro geopolítico, apesar da resistência norte-americana.

Bibliografia

1. ABRAHAMAS, P. – “Ambedkar’s contribution for economic planning and development: its relevance, Kanishha publishers, New Delhi, 2002;
2. ADDA, Jacques, *A Mundialização da Economia*, 2 – Problemas, Terramar, Lisboa, 1997;
3. AHMAD, Talmiz – “China’s and India’s energy security strategies: competing for resources around the World”, in *Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* nº 10, ISCSP, Lisboa, 2006;
4. ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de Almeida – *Do Poder das Pequenas Potências: Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*, Lisboa, ISCSP, 1990;
5. ALVARES, Pedro, *O GATT: Uma visão clara das múltiplas implicações deste acordo de Comércio sobre a Ordem Internacional*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1994;
6. BANERJEE, Dipankar – “Perceptions of China from Índia”, in *Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* nº 10, ISCSP, Lisboa, 2006, p. 19-34;
7. BEDJAOU, Mohammed, “Para uma nova ordem económica internacional”, Trad. Pedro Tamem, Editorial Presença, Lisboa, 1979;
8. BENTO, Vítor, *Os Estados Nacionais e a Economia Global*, Almedina, Coimbra, 2004;
9. BERGER, Suzanne, *A Competitividade e as Novas Fronteiras da Economia*, Editorial Presença, Lisboa, 2007;
10. BONAGLIA, Federico e GOLDSTEIN, Andrea, *Globalização e Desenvolvimento*, Editorial Presença, Lisboa, 2006;
11. BONIFACE, Pascal – *Atlas das Relações Internacionais*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa, 2000;
12. BROOK, Christopher and MCGREW, Anthony – *Ásia-Pacífico in the world order*, Routledge, London, 1998;
13. CABRAL, Roque – *Ordem*, in *POLIS: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Lisboa-S. Paulo, Verbo, 1983-1987, vol. 4 (colunas 835-838);
14. CORADO, Cristina – *Integração Económica*, in *POLIS: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Lisboa-S. Paulo, Verbo, 1983-1987, vol.3 (colunas 194-197);

15. DAN, Wei, *Globalização e Interesses Nacionais: a perspectiva da China*, Coleção teses, Edições Almedina, Coimbra, Setembro de 2006;
16. _____, *A China e a Organização mundial de Comércio*, Livraria Almedina, Coimbra, Setembro de 2001;
17. DENT, Christopher, *Europe and East Ásia: a Trade relationship examined*, European Business Review, vol. 15, Bradford, 2003;
18. DUNNING, John H. – “Regions, Globalization and the knowledge-based economy”, edited by John H. Dunning, Oxford University Press, 2002;
19. EICHENGREEN, Barry – *A Globalização do Capital, uma história do sistema monetário internacional*, Bizâncio, Lisboa, 1999;
20. FERNANDES, José Teixeira, *Elementos de Economia Política Internacional*, Livraria Almedina, Coimbra, 2005;
21. FERREIRA, Maria João Militão, “A política externa Europeia – uma reflexão sobre a União Europeia como actor internacional”, Lisboa, ISCSP, 2005;
22. FUKUYAMA, Francis - *A Construção do Estado – Governação e Ordem Mundial no Século XXI*, Gradiva, Lisboa, 2006;
23. _____, *O fim da história e o último homem*, Gradiva, Lisboa, 1992;
24. GASPAR, Carlos, “A emergência da Ásia Oriental”, in “Política Internacional, vol. I, nº 10, Inverno 94/95;
25. GIDDENS., Anthony - *O Mundo na Era da Globalização*, 4ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 2002;
26. GOMES, Gonçalo Santa Clara – *O papel dos Estados Unidos Na Nova Ordem Internacional*, in Revista de Relações Internacionais nº 03, Setembro 2004;
27. GONÇALVES, Arnaldo – “A viragem político-económica da China e os desafios do terceiro milénio”, in VVAA, Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias, nº 2, 2º semestre de 1996, ISCSP, Lisboa, 1996;
28. GUERREIRO, Sara – *Reflexões sobre os Direitos do Homem, o Património Comum da Humanidade e a Humanidade*, in Estratégia, Vol. XIII, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa;
29. HOBDAY, Michael – “Innovation in East Ásia: the challenge to Japan”, Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited, 1995;
30. KEIJZER, Arne J. – *China: Estratégias para um mercado emergente*, Difusão cultural, Lisboa, 1994;

31. LARDY, Nicholas R. – “A China na economia mundial”, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Economia, Lisboa, 1995;
32. MANSINGH, Surgit – “India’s role in the international community”, in Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos nº 1, ISCSP, Lisboa, 1º semestre, 2002, p. 33-41;
33. MARSH, Steve e MACKENSTEIN, Hans, *The International Relations of the European Union*, Pearson Education Limited, Harlow/Essex, 2005;
34. MARTINS, Dora Alexandra Esteves, - *China: uma emergência pacífica?* in Revista de Relações Internacionais nº 10, Junho 2006;
35. McNamara, Dennis – “Corporativism and Korean Capitalism”, Edited by Dennis L. McNamara, Routledge, London and New York, 1999;
36. MEDEIROS, Eduardo Raposo de – *Economia Internacional*, 6ª Edição, ISCSP, Lisboa, 2000;
37. MEISSNER, Werner, “Cultural relations between the people’s Republic of China and the European union since 1978, in Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos nº 3, ISCSP, Lisboa, 1º semestre, 2003;
38. MENDES, Nuno Canas, “A crise Asiática: Análise dos seus efeitos nos blocos ASEAN-APEC e na China, in Barata, Óscar Soares (coord), Conjuntura Internacional, ISCSP, Lisboa, 1999;
39. _____, – *Estudos de Relações Económicas Internacionais*, Universidade Moderna, Lisboa, 1997;
40. MÖLLER, kay, China’s Relations With Europe: Less than strategie”, in Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos nº 3, ISCSP, Lisboa, 1º semestre, 2003;
41. MONTEIRO, Eugénio Viassa – “ A Expansão da economia indiana e os desafios para o empreendedorismo social” in Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos nº 11, ISCSP, Lisboa, 2007, p. 127-152;
42. MOREIRA, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*, Livraria Almedina, Coimbra, 2005;
43. MOREIRA, Carlos Diogo - *Metodologia: Planeamento e Estratégia na investigação Social*. ISCSP, Lisboa, 1994;
44. MURTEIRA, Mário – “China’s impact in the globalization of the world economy”, in Revista de Economia Global e Gestão, vol. XI, nº 3, 2006;

45. _____, “Economia do Mercado Global: Ensaio sobre condicionantes Mega e Macro das Estratégias Empresariais”, Editorial Presença, Lisboa, 1997;
46. NAISBITT, John – “Megatrends Ásia: The eight asian megatrends that are changing the world”, Reprinted by Nicolas Breadley, London, 1996.
47. OLIVEIRA, Amaury Porto de – *Tentando compreender a China*, in *Estratégia*, Vol. XVI, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa 2007;
48. OLIVEIRA, Luís Soares – *A crise das Economias do Pacífico e as suas implicações culturais*, ISCSP, Lisboa, 1999;
49. _____ – *Desenvolvimento económico conseguido, o modelo Sul-coreano*, Verbo, Lisboa, 1992;
50. _____ – *A Ordem no Pacífico – contribuição para o Livro de homenagem ao Professor Adriano Moreira*, ISCSP, Lisboa, 1995;
51. PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto – *Manual de Direito Internacional Público*, 3ª edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1993;
52. PETERS, Sanjay – “The re-emergence of China and Índia: implications for the global economy”, in *Daxiyanguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* nº 10, ISCSP, Lisboa, 2006, p. 35-76;
53. PILAT, Dirk – “Economics of rapid growth: Experience of Japan and Korea”, Aldershot: Edward Elgar Publishing Company, 1994;
54. PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira – *As Revoluções no Leste e a Nova Ordem Internacional*, in *ESTRATÉGIA*, Vol. V, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa;
55. PINTO, Raquel Vaz – “*Indo-China relations and the reform of United Nations*” in *Daxiyanguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* nº 10, ISCSP, Lisboa, 2006, p. 143-157;
56. RAINELLI, Michel – *A Organização Mundial do Comércio*, 1ª Edição portuguesa, Terramar, Lisboa, 1998;
57. RAMPINI, Frederico – “China e Índia – As duas grandes potências emergentes”, Editorial Presença, Lisboa, 2007;
58. RIBEIRO, J. M. Félix, “*O Século da Ásia*”, in “*O Economista*”, Anuário de Economia Portuguesa, 1994;

59. SACCHETI, Vice-Almirante António Emílio – *Estratégia da dissuasão na década de 90*, Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, nº 19, Lisboa, 1992;
60. _____ - *Segurança e Defesa (1996-2000)*, Comissão Cultural da Marinha – Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2000;
61. _____ - *A Conjuntura Internacional e os Novos Conflitos. A organização e defesa do ocidente face aos novos desafios*, in *Estratégia*, Vol. V, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa;
62. SANTOS, José Loureiro dos – *O Império debaixo de fogo – ofensiva contra a ordem internacional unipolar*, Reflexões sobre Estratégia V, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2006;
63. SCHOUTEN, Maria Johana (organização) – *A Ásia do Sudeste – História, Cultura e Desenvolvimento*, Vega, Lisboa, 1998;
64. SILVA, Jorge Tavares da – “Os desafios da integração da China na economia global”, in *Revista de Economia Global e Gestão*, vol. X, nº 3, 2005;
65. STERN, Robert W. – *Changing Índia: bourgeois revolution on the subcontinent*, Cambridge University, Cambridge, 1999;
66. STIGLITZ, Joseph E. – “Globalização: a grande desilusão”, Trad. M^a Filomena Duarte, TERRAMAR, Lisboa, 2002;
67. STORPER, Michael – “Latecomers in the global economy”, edited by Michael Storper, Routledge, London, 1998;
68. TAMANES, Ramón, *Estrutura Económica Internacional*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000;
69. TODD, Emmanuel – *Após o Império: Ensaio sobre a decomposição do sistema americano*, Edições 70, Lisboa, 2002;
70. TSENG, Wanda, RODLAUER Markus and ROBINSON, David et ali, - *China, competing in the global economy*, International Monetary Fund, Washington D.C. 2003;
71. TZU, Sun – *A arte da guerra*, Coisas de Ler Edições, Almargem do Bispo, 2002;
72. WANG, Xiaomin – “China’s perceptions of Índia”, in *Daxiyangguo – Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* nº 10, ISCSP, Lisboa, 2006, p. 5-17;

73. V.V., *A Organização Mundial do Comércio e a Resolução de Litígios*, Fundação Luso-Americana para o desenvolvimento - Conferência de 13 de Maio de 1997, Faculdade de Direito da universidade de Lisboa, Lisboa, Abril de 1998;
74. VOGEL, Ezra F. – “The Four Little Dragons: The spread of industrialization in East Ásia”, Harvard University Press, Massachusetts, 1991.
75. YUSUF, Shaihd, WINTERS, L. Alan et ali – “Dancing with giants: China, India and the global economy”, edited by Alan L. Winters, The World Bank, Washington, 2007;

PUBLICAÇÕES PERIODICAS

1. Diário de Notícias;
2. Jornal de Economia: “OJE”;
3. Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias

WEBGRAFIA

- www.aeportugal.pt
- www.brookings.edu/views/articles/shambaugh/20040901.pdf
- www.ciari.org
- www.cidadevirtual.pt/acnur
- www.china.org/english
- www.delidn.cec.eu.int
- www.en.ceua.org/
- www.ec.europa.eu/external_relations/asem
- www.europa.eu.pt
- www.expresso.clix.pt
- www.filosofiavirtual.pro.br
- www.geomundo.com.br/geografia-30130.htm
- www.jornaldefesa.com.pt
- www.ieei.pt
- www.infoplease.com
- www.ipri.pt
- <http://geoconfluences.ens-lsh.fr>
- www.lse.ac.uk/Depts/intrel/EFPC/Papers/Burnett.doc

- www.min-nestrangeiros.pt
- http://mospi.gov.in/nso_4aug2008/web/nso.htm
- www.mne.publinet.com.pt/
- www.osce.org
- www.politcaexterna.com.br
- www.rand.org/pubs/conf_proceedings/2005/RAND_CF199.pdf
- <http://www.surveyofindia.gov.in/>
- www.unicef.org/wto
- www.un.org
- www.worldbank.org

Do fim do mundo bipolar à emergência de novos actores internacionais

ANEXOS

1. Mapa da União Europeiaia



Fonte: http://europa.eu/abc/maps/index_pt.htm

2. Mapa da Ásia



Fonte: <http://www.infoplease.com>

3. Mapa da China



Fonte: <http://www.infoplease.com>

4. Mapa da Índia



Fonte: <http://www.infoplease.com>

5. Mapa de Hong Kong



Fonte: <http://www.infoplease.com>

6. Mapa da Coreia do Sul



Fonte: <http://www.infoplease.com>

7. Mapa de Taiwan



Fonte: <http://www.infoplease.com>

8. Mapa de Singapura

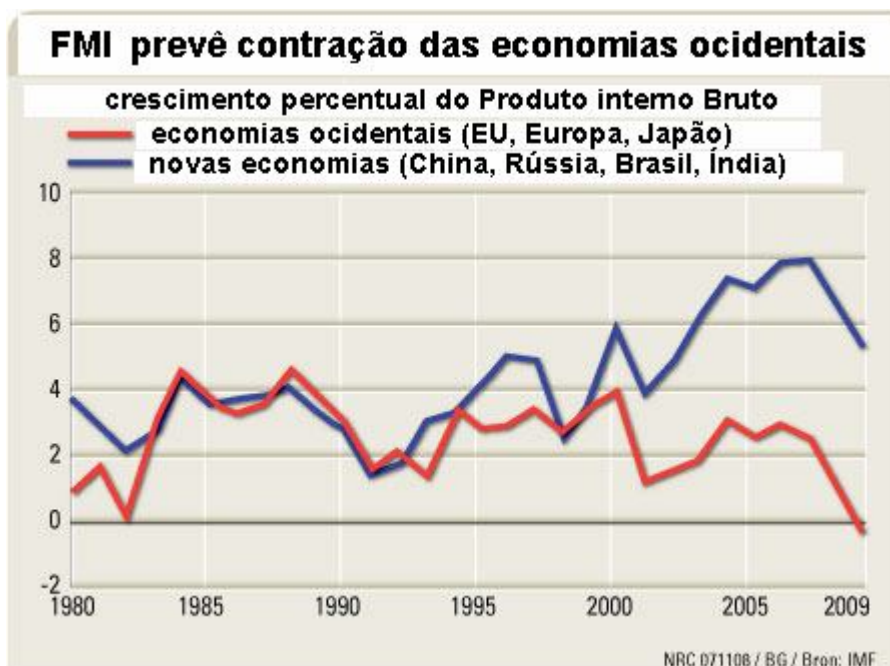


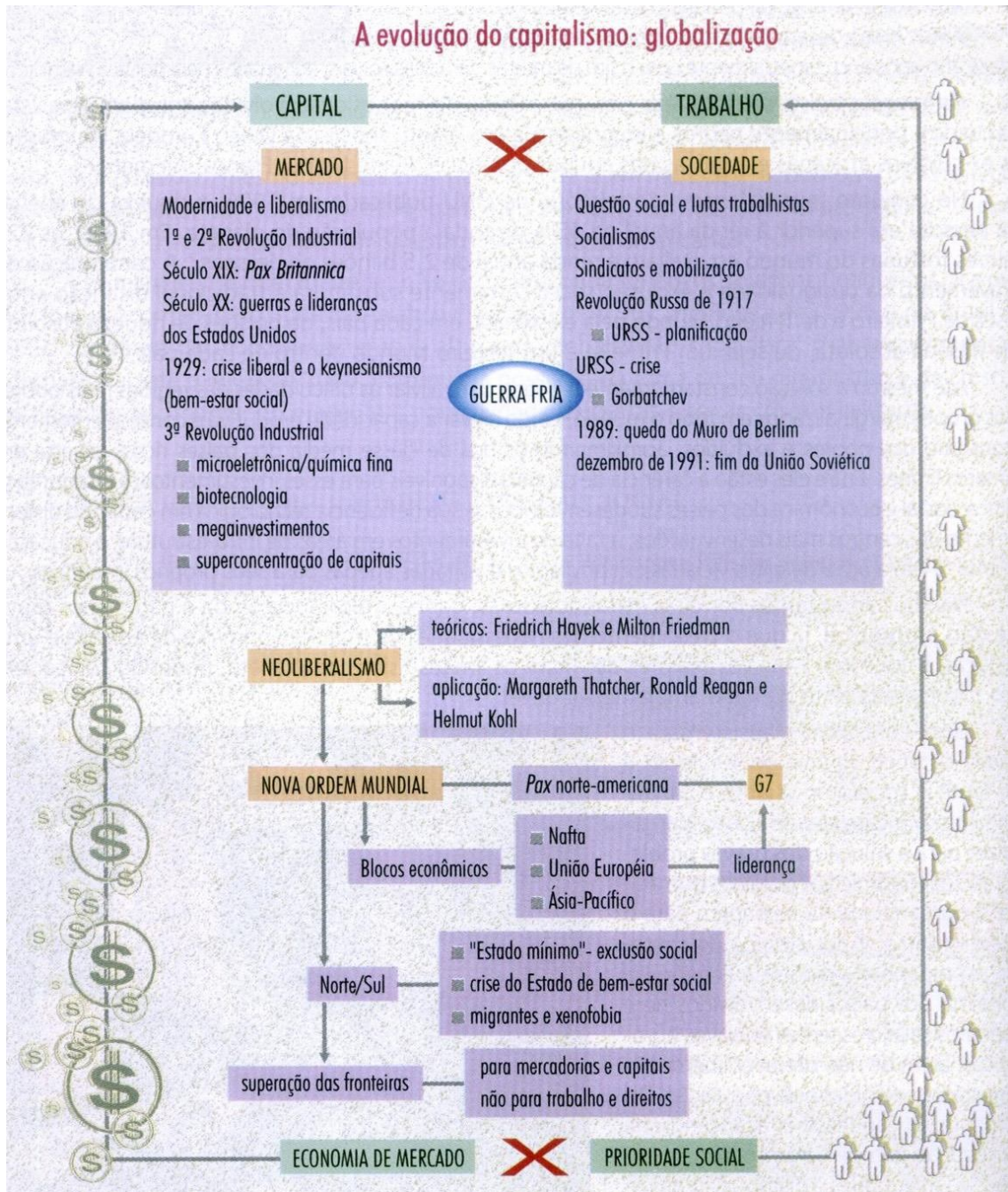
Fonte: <http://www.infoplease.com>

9. Mapa da ASEAN

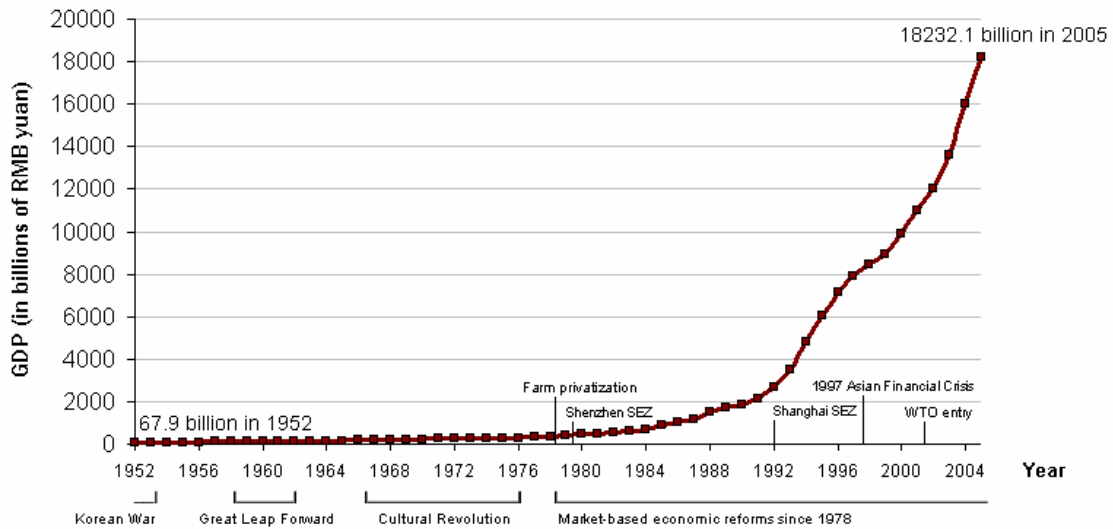


Fonte: <http://www.infoplease.com>





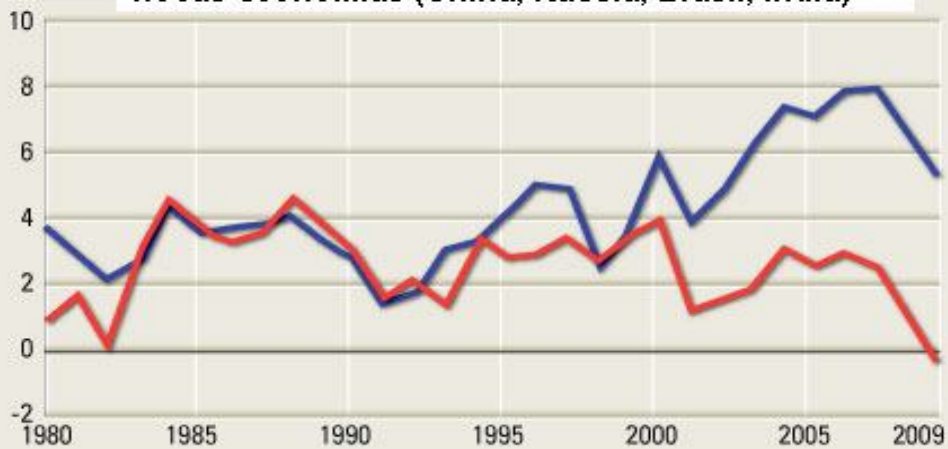
People's Republic of China's Nominal Gross Domestic Product (GDP) Between 1952 to 2005



FMI prevê contração das economias ocidentais

crescimento percentual do Produto Interno Bruto

— economias ocidentais (EU, Europa, Japão)
 — novas economias (China, Rússia, Brasil, Índia)



NRC 071108 / BG / Bron: IMF